

**SOCIOLOGIA**

**M**

**2002**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH**  
Curso de Ciências Sociais  
Disciplina: Monografia em Ciências Sociais

# **AUTOGESTÃO EMPRESARIAL E HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ALTERNATIVA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL**



SOCIOLOGIA  
A - 044  
M732/99

Jorge Luiz Cunha Lima  
Mat. 9723811

Maio - 2002

BH/UFC

JORGE LUIZ CUNHA LIMA

**AUTOGESTÃO EMPRESARIAL E  
HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA  
ALTERNATIVA EM CONSTRUÇÃO NO  
BRASIL**

Monografia apresentada à  
Universidade Federal do Ceará  
(UFC), Centro de Ciências  
Humanas - Curso de Ciências  
Sociais, para obtenção do Grau  
de Bacharelado, sob orientação  
da Professora Dr.<sup>a</sup> Alba Maria  
Pinho de Carvalho.

SOCIOLOGIA  
A-044  
M732/99

Fortaleza, Ceará, 2001.  
Prof. Maria Helena Oliveira de  
Coordenadora do Curso

Universidade Federal do Ceará  
Fortaleza – 2001.2

BH/UFC

“Deve-se recordar e afirmar que, numa visão global, a família constitui um dos mais importantes termos de referência, segundo os quais tem de ser formada a ordem sócio-ética do trabalho humano”.

**João Paulo II**

BH/UFC

Aos meus pais, à Ana Clébia e à Sueli Cisne.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Assim, manifesto minha gratidão de forma particular aos discentes e docentes do Curso de Ciências Sociais (UFC/UNIFOR) e, em especial, à Professora Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC) pela amizade, ao Professor Carlos Versiani (UFC) pelo apoio amigo e ao Professor Rosendo Amorim (UNIFOR) pela sabedoria;

Portanto, também agradeço aos meus pais (Maria Zenóbia & Francisco Luiz) pelo empenho e orientação, sem os quais não teria tido condições de realizar esse curso; à minha amada inseparável Maria Sueli Cisne pela compreensão, amor e incentivos; à minha irmã Ana Clébia Cunha Lima pelo feliz incentivo humano e profissional; e a Deus, principalmente, por dar-me uma sabedoria e uma força de vontade precisa para realizar meus estudos, em benefício da humanidade e ao crescimento pessoal.

## RESUMO

A autogestão deve ser entendida como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de trabalhadores organizados, onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participarem, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade. Assim sendo, a participação dos trabalhadores na gestão e nos lucros da empresa evitaria os desvios de recursos no atendimento dos interesses do trabalhador. Como efeito, isso cria um interesse coletivo na retenção dos rendimentos ao possibilitar a descentralização do poder, a transparência nas receitas fiscais e a capitalização humanizada da empresa. Portanto, o fenômeno da autogestão empresarial é um fato social que se relaciona à reorganização do movimento trabalhista brasileiro.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I. AS CONCEPÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS DA AUTOGESTÃO PARA A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>18</b>
1.1. A posição anarquista .....	22
1.2. A posição marxista .....	44
1.3. A posição da Igreja Católica .....	62
<b>CAPÍTULO II. AUTOGESTÃO EMPRESARIAL E HUMANIZA- ÇÃO DO TRABALHO: UMA ALTERNATIVA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>69</b>
2.1. As transformações no mercado de trabalho e a formação da autogestão no Brasil (1990 – 2001) .....	69
2.2. Autogestão: uma alternativa em construção no Brasil .....	85

<b>CAPÍTULO III. O FENÔMENO SÓCIO-ECONÔMICO DA AUTOGESTÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS</b>	96
<b>3.1. A autogestão brasileira: humanização do trabalho</b>	96
<b>3.2. Indústria de Cobertores Parahyba Ltda (PE) e fábrica de Cobertores Parahyba (SP): práxis autogestionárias alternativas no Brasil atual</b>	102
<b>3.2.1. A Indústria de Cobertores Parahyba Ltda (PE)</b>	110
<b>3.2.2. A Fábrica de Cobertores Parahyba (SP)</b>	114
<b>CONCLUSÃO</b>	118
<b>ANEXO</b>	127
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	129

## INTRODUÇÃO

O desejo de investigar o tema, ora em pauta, vincula-se a uma questão que a mim se impõe pela curiosidade e interesse, enquanto estudante de Ciências Sociais: “por quê a autogestão é uma alternativa que vem sendo socialmente construída como solução democrática para determinados problemas sócio-econômicos face a questão do desemprego, da injustiça social e do não exercício pleno da cidadania na sociedade brasileira, na década de 90?”.

Ademais, a investigação sobre o fenômeno social da autogestão é fundamental, porquanto é preciso compreender a ação dos movimentos sociais dos trabalhadores cooperados no Brasil. De fato, tais organizações buscam um sistema sócio-econômico democrático e alternativo que possibilite o enfrentamento dos conflitos na relação capital/trabalho, como o desemprego, a precarização do trabalho, o desmonte das conquistas trabalhistas que, indiscutivelmente, vem agravando o cenário de injustiça social e de negação da cidadania.

Em verdade, no contexto de vulnerabilização do trabalho, a autogestão constitui uma forma de enfrentamento de questões que atingem a

classe trabalhadora. A rigor é uma alternativa ainda em construção no Brasil. Assim, procuramos investigar o significado da alternativa de autogestão nas empresas no cenário da vulnerabilização do trabalho. Um elemento importante a destacar é que a autogestão não é um projeto sócio-econômico proposto pela elite nacional e sim um projeto da classe trabalhadora organizada, em busca da realização prática da própria cidadania na sociedade brasileira.

Destarte, a produção das Ciências Sociais em relação à temática da autogestão é crescente, à medida que as relações autogestionárias são mais evidentes em sua prática alternativa, como uma forma de luta contra as desigualdades sociais que abalam o Brasil. Assim, a produção científica das “Ciências Sociais” sobre a autogestão expressa uma dupla óptica: uma abordagem mais geral e ampla, e uma abordagem mais específica com enfoque de determinadas questões.

Na abordagem mais geral, as obras centralizam uma explicação teórico-histórica do sistema autogestionário em sua práxis efetiva. É um nível de elaboração em que teóricos e estudiosos revelam suas idéias e interpretações sobre a estruturação e o desenvolvimento da experiência autogestionária na dinâmica da História. Neste nível, referimo-nos a obra de Nanci Carvalho, *Autogestão: o nascimento das ONGs* (1995).

Em uma abordagem mais específica e dirigida, as obras discutem a autogestão privilegiando determinados temas, como a “democracia participativa”, o “autogoverno”, a “justiça social”, as “relações de trabalho”, a “humanização das relações de trabalho” etc. São temas que ajudam a entender a autogestão a partir de enfoques peculiares que a constituem. Nesta direção, situamos o trabalho de Luís Gutierrez, *Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa* (1998).

Em termos de bases teóricas sobre autogestão, merece destaque, como produção de referência, a de Gustavo Luís Gutierrez, cuja obra “Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional: uma análise crítica da evolução formal da empresa média atual” configura, de uma forma geral, a administração e a organização da autogestão como algo relacionado às questões sociais da realidade, enfatizando como a ação participativa dos trabalhadores edifica uma alternativa mais adequada as suas necessidades. Além do mais, sua obra discute historicamente a evolução e a estruturação geral da administração autogestionária, exibindo teorias e idéias gerais sobre o desenvolvimento político-econômico da empresa autogestionária na sociedade, enfocando a participação do trabalhador nos lucros como a base da principal característica do sistema autogestionário: a democracia participativa.

Uma outra obra de referência em nossos estudos é a de Nanci Valadares de Carvalho, “Autogestão: o nascimento das ONGs”, em que a autora discute e explicita, de uma forma sistematizada, a estrutura física de uma organização autogerida em sua práxis. Nesta linha, Nanci Carvalho discute, também, a estrutura interna da ONG autogestionária através de uma explicação detalhada sobre a organização dos trabalhadores na empresa, a fim de que sejam evidentes a importância central do trabalho humanizado e desburocratizado, onde o trabalhador se sente livre e realizado em seu trabalho.

Em nossa análise, tais obras constituem pontos importantes de referência na explicação do fenômeno sócio-econômico da autogestão, enquanto objeto de estudo da Sociologia, possibilitando-nos elementos para avançar na problematização desse fenômeno no contexto do Brasil contemporâneo.

A rigor, esse referencial teórico possibilitou-nos construir questões que configuram o nosso objeto de estudo: Qual o significado da autogestão no cenário sócio-econômico brasileiro na década de 90? O por quê da autogestão como alternativa de luta contra a vulnerabilização do mundo do trabalho? Essas questões apontam no sentido da reconstrução dos fatos que estão relacionados ao fenômeno da autogestão que, por sua vez, interliga-se ao reflexo da crise das relações de trabalho no contexto brasileiro.

No Brasil atual, a autogestão tem como princípio a participação nos lucros das empresas, onde o trabalhador, encontrando sua realização no trabalho, investiria seu tempo e esforço no aumento da eficiência da produtividade industrial. Neste sentido, a autogestão se traduz na inserção participativa dos trabalhadores nas relações de produção, humanizando a relação Capital/Trabalho.

Segundo a óptica marxista, essa inserção participativa do trabalhador nos negócios da empresa diminuiria as contradições comuns na relação capital/trabalho. Com efeito, tal inserção reduziria as desigualdades de renda, causando uma maior eficiência na administração empresarial, tornando as relações sociais mais adequadas à dignidade humana.

Todavia, para garantir a concretização dessas metas, seria necessária a sua regulamentação em uma legislação forte e comprometida, que possibilite a participação do trabalhador nos lucros e resultados das empresas. Na Constituição Federal brasileira (1988), há somente um artigo que abre uma oportunidade para a construção da autogestão no país (art. 7º, XI). Contudo, ainda não é o suficiente para garantir o apoio e a continuidade dos incentivos do Estado para a formação de empresas autogeridas, pois o governo prefere atrair capital estrangeiro e investir no setor privado para desenvolver o potencial econômico nacional.

Como outro pressuposto, a participação do trabalhador na gestão empresarial evitaria, com sucesso, os desvios de recursos no atendimento dos interesses do trabalhador, construindo um interesse comum na retenção dos rendimentos. Assim, através da fiscalização coletiva participativa a autogestão caminha no sentido de superar a excessiva centralização das decisões e a falta de capitalização das empresas por uma administração descompromissada com o todo empresarial. A rigor, as experiências autogestionárias têm revelado uma maior transparência das suas receitas para uma finalidade fiscal.

Portanto, a tese é de que a autogestão criaria um estímulo maior do trabalhador pela manutenção dos recursos dentro das empresas, transformando as relações entre capital/trabalho em uma atividade livre da alienação individual e da dominação hierárquica do poder centralizador decisório, a fim de que os trabalhadores possuam um desempenho satisfatório nas finanças e na economia de mercado.

Assim sendo, temos como hipóteses orientadoras da nossa investigação:

a) A idéia de que a autogestão no Brasil significa, primeiramente, uma tentativa de humanizar as relações de trabalho em resposta aos problemas sociais do desemprego, devido à vulnerabilização do trabalho, no rastro do desmonte das conquistas trabalhistas, imposto pelo ajuste da nova ordem do capital, através das políticas neoliberais que reduziram, significativamente, os direitos trabalhistas, em favor da uma reestruturação do Estado, voltada aos interesses centrais do capital internacional. Desta forma, como consequência, a formação de cooperativas autogestionárias priorizaria a manutenção dos empregos e a continuidade da empresa pós-falência no mercado, tendo os próprios trabalhadores como proprietários.

b) A idéia de que a autogestão significa, também, uma luta contra as desigualdades sociais, fundadas na elitização do acesso aos benefícios sociais que descarta a participação da maioria dos indivíduos no exercício de seus direitos e deveres sociais, garantidos pela norma, desvalorizando as relações de trabalho na sociedade.

c) A tese de que a autogestão significa uma luta contra a alienação do trabalhador em relação à sua situação social, decorrente da própria dinâmica da relação capital/trabalho em que o papel social do trabalhador é determinado em relação às necessidades do mercado consumidor e não em relação às suas necessidades enquanto tal, provocando a desarticulação e/ou enfraquecimento da organização da classe trabalhadora.

d) A idéia de que a autogestão significa uma luta contra a atitude de passividade face às mudanças nas relações de trabalho, implicando a deterioração dos direitos trabalhistas, em favor da maximização dos interesses do capital, que vem gestando a insegurança do e no trabalho.

Os problemas nas relações de trabalho têm implicado a vulnerabilidade da política representativa dos sindicatos brasileiros fortemente dirigidos pelas redefinições do mundo do trabalho. Neste cenário de vulnerabilização e desmonte, os trabalhadores buscam uma nova alternativa de organização empresarial democrática, mais coesa e justa: fundada em relações de trabalho de novo tipo. No Brasil, a autogestão foi portanto a alternativa mais adequada para as cooperativas de trabalhadores demitidos nos percursos da reestruturação produtiva e do próprio ajuste brasileiro.

A autogestão está relacionada ao fenômeno do desemprego estrutural e da precarização das relações de trabalho, frente ao descaso do

Estado em enfrentar a questão social que vem atingindo fortemente a classe que vive do trabalho. Assim, tudo fica entregue ao mercado que age de acordo com os interesses do capital. Por isso, os trabalhadores desempregados, excluídos do mercado formal de trabalho organizam-se em cooperativas autogestionárias como forma de fugir do desemprego. Portanto, o fenômeno da autogestão empresarial é um fato social que se relaciona à reorganização do movimento trabalhista brasileiro.

Como fenômeno contemporâneo, a autogestão brasileira vem difundindo-se à medida que é adotada e vivida dentro das empresas através de trabalhadores conscientizados da sua situação de vulnerabilidade. Esses *homens cooperados* vão construindo uma coesão através do sistema autogestionário, participando nos lucros e nos resultados da empresa autogerida. Em verdade, nessas empresas as relações sociais tornam-se mais democráticas. Os trabalhadores autogeridos e organizados são importantes ao sucesso desse sistema na sociedade, diferentemente da posição do indivíduo heterogerido que vivencia desigualdades no trabalho cotidiano.

Como pesquisador, procuramos nos fundamentar na discussão sobre a autogestão para circunscrever nosso objeto de estudo em termos do fenômeno autogestionário no Brasil atual, enquanto alternativa emergente que viabiliza a humanização das relações trabalhistas, através do trabalho participativo e organizado.

Para tanto, nossa discussão realizar-se-á utilizando as categorias marxistas (trabalho alienado, mais-valia, capital constante, capital variável etc.), a fim de compreender e explicar adequadamente os fatos relacionados à autogestão como uma alternativa em construção no Brasil capitalista. Assim sendo, todo nosso esforço investigativo está voltado para uma análise crítica, compreensiva e histórica desse fenômeno social.

Para a realização da investigação encarnada neste trabalho monográfico, desenvolveu-se um percurso metodológico em termos da pesquisa bibliografia e trabalho de campo. Sobretudo, a pesquisa bibliográfica possibilitou-nos uma discussão teórica através de obras, documentos e artigos científicos publicados sobre a autogestão. Por seu turno, a pesquisa de campo, devido as nossas dificuldades financeiras, foi realizada em “sites da Internet”, onde as experiências autogestionárias brasileiras encontram-se, possibilitando-nos uma análise direta do fenômeno *in loco*.

Assim, a pesquisa via Internet evidenciou-se como fonte principal de pesquisa empírica, na busca de dados atuais — históricos e características dinâmicas das empresas autogestionárias — e de uma explicação compreensiva sobre o fenômeno da autogestão no Brasil, como alternativa em construção. Além do mais, essa pesquisa possibilitou-nos um acúmulo de informações sobre as empresas autogestionárias Cobertores Parahyba, através de e-mails, telefonemas interurbanos, acessos aos sites eletrônicos das empresas e associações autogeridas.

Portanto, nosso trabalho monográfico está dividido em três capítulos fundamentais que abrem um discurso sobre a autogestão, enquanto alternativa em construção no Brasil atual.

O primeiro capítulo abordará o panorama das “concepções teórico-históricas da autogestão para a humanização do trabalho”, com o objetivo de dar uma explicação crítica sobre a precarização do trabalho no capitalismo e o surgimento do movimento autogestionário. O nosso intuito é configurar uma base teórico-histórica da autogestão, que é fundamental para um entendimento das questões que serão abordados nos capítulos posteriores. Assim sendo, estarão abordados os principais fatos relacionados à teoria e às experiências autogestionárias na História do movimento trabalhista, que evidenciam as

insatisfações dos trabalhadores com o seu momento sócio-histórico no mundo contemporâneo.

Assim, cronologicamente serão abordados sucintamente fatos da teoria autogestionária da segunda metade do século XIX até princípios do século XX, onde discutiremos os princípios teóricos da posição anarquista, da marxista e da Igreja Católica, que tanto contribuíram à construção da autogestão teórico-prática na história do desenvolvimento das relações de trabalho e do movimento trabalhista organizado.

O segundo capítulo discutirá a autogestão empresarial e sua relação com a humanização do trabalho, como uma alternativa em construção no Brasil contemporâneo. Ademais, serão comentadas as transformações no mercado de trabalho e a formação da autogestão, como uma via democrática participativa. O objetivo deste capítulo é revelar como surgiu a autogestão e a humanização do trabalho no Brasil.

Enfim, o terceiro capítulo evidenciará o fenômeno sócio-econômico e político da autogestão em empresas brasileiras a partir da experiência da Indústria de Cobertores Parahyba Ltda. (PE) e da Fábrica de Cobertores Parahyba (SP), tomadas como exemplos de autogestão brasileira. Neste ponto, será apresentada uma abordagem sobre cada uma destas empresas com o objetivo de discutir a autogestão e a humanização do trabalho como possíveis no Brasil atual.

## **CAPÍTULO I**

### **AS CONCEPÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS DA AUTOGESTÃO PARA A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Nesse momento é importante discutir introdutoriamente as principais concepções teórico-históricas dos movimentos sociais no século XIX e XX, a fim de avaliar a gênese da autogestão no movimento trabalhista. Com a finalidade de compreender a sua adoção como alternativa humanizadora do trabalho assalariado. Assim sendo, as posições políticas do movimento anarquista, marxista e católico vêm preparar o advento prático dessas concepções teórico-históricas democratizadoras do trabalho no mundo capitalista. Para tanto, é necessário investigar a historicidade das relações de trabalho no capitalismo.

A problemática capitalista das relações de trabalho assalariado vem conduzindo a dinâmica da história da humanidade em sua complexidade fundamental. O capitalismo procura manter o poder econômico e financeiro para ditar uma estratificação social adequada aos ditames de sua práxis. O surgimento e a aprimoração da maquinaria no âmbito industrial determinaram

as inovações técnicas e a essencialidade de uma tecnologia industrial presente. No século XVIII, a primeira Revolução Industrial normalizou historicamente a Divisão Internacional do Trabalho e trouxe novas realidades na vida dos homens.

Os Problemas e soluções bombardearam as ações humanas e a racionalização do trabalho a partir de bases científicas, em suas exigências tipicamente financeiras, criaram novos modos de transcender os resquícios do período Pré-capitalista. Assim sendo, seria fundamental desenvolver formas de ação racional da administração para dinamizar as relações econômicas entre produção e demanda. Isso desenvolveria as novas táticas produtivas que garantissem uma parcela significativa do lucro para investimentos nas mãos da burguesia ascendente, na perspectiva de mudar a forma prática de acúmulo de capital. Para tanto, a rentabilidade seria prioridade ao desenvolvimento das relações produtivas do capitalismo.

Na passagem do século XVIII ao início do XIX, a disponibilidade de homens livres trouxe a possibilidade de adesão maciça de trabalhadores no interior das fábricas, onde a nova ordem seria produzir e formar um mercado consumidor de bens econômicos. Conseqüentemente, a constelação de recursos utilizados na produção de bens e serviços (terra/renda, capital/juros, trabalho/salário), a fim de atender as necessidades da sociedade, sofreu transformações significativas em sua concepção útil, porque se tornou complexa e recebera novas conceituações dentro da área financeira e econômica. Os agentes produtivos (empresários) tornaram-se responsáveis pelas transformações dos recursos produtivos em bens e serviços que, por sua vez, colaboraram para a evolução das estruturas das unidades produtoras (empresas). Assim sendo, a população adquiriu participação de destaque ao ser constituída pelos donos dos recursos produtivos e consumidores.

Já no século XIX, uma nova dinâmica nas relações comerciais de compra e venda surgia, onde os consumidores procuravam maximizar a utilidade dos bens consumíveis, adquirindo aqueles bens e serviços de preços mais acessíveis. Por sua vez, os agentes produtivos também buscavam maximizar seus lucros na produção de bens e serviços mais requisitados pelos novos consumidores; e ampliar suas rendas, donde possam empregar seus recursos para maiores remunerações.

Sabendo-se disso, nota-se que no século XIX as relações entre empresários e proletários encarnavam as lutas de classe, enquanto que a estratificação social mudava consideravelmente. Tudo isso contribuiu à formação de diferentes correntes político-ideológicas do conservadorismo burocrático, onde a teoria é subordinada à práxis; do historicismo conservador que separa teoria e práxis; do pensamento liberal-democrático burguês que rezava o real adaptado ao ideal; e a concepção socialista-comunista que concebia a teoria e a práxis inseparáveis na história. Essas correntes procuravam construir as estruturas sociais que dessem conta das transformações de seu tempo (Karl Mannheim, 1986). Por seu turno, a objetividade administrativa reclamava uma eficácia concreta e prática para desenvolver e dar continuidade às mudanças propostas. Contudo, é a tecnologia que determinaria a dinâmica capitalista em seu fim pretendido: o domínio dos meios de produção e o controle das bases economicamente lucrativas (Harry Braverman, 1974).

Fundamentado na contradição capital/trabalho, o problema da política capitalista estaria na luta de classes entre capitalistas e assalariados. Ora, no século XIX, a política empresarial capitalista não reconhecia os direitos trabalhistas como algo benéfico ao que pretendiam.

“Nessa fase, o sistema capitalista fundamentava-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, que teria total liberdade econômica para produzir, fazer circular riquezas (...), fixar salários. E as atividades econômicas não seriam planejadas, nem reguladas, nem controladas pelo Estado, cuja função seria manter a ordem necessária ao funcionamento das empresas privadas. A produção industrial era realizada em pequenas e médias fábricas, onde havia a divisão de trabalho, uso de máquinas (...), empregando mão-de-obra assalariada e produzindo em larga escala, a fim de proporcionar lucros ao empresário capitalista”.<sup>1</sup> (AQUINO, 1995: 127.)

O empenho que os capitalistas possuíam em lucrar excessivamente sobre a produção da classe proletária trazia grandes transtornos às relações entre empresários e operários. Aqui, o trabalho excedente (mais-valia) era fonte de riqueza da burguesia, e de exploração e alienação dos trabalhadores. Os baixos salários e o grande número de horas de trabalho mal remunerado contribuíram para as primeiras manifestações grevistas de oposição à política capitalista e, conseqüentemente, ao Estado. A nova classe exigia a humanização das relações de trabalho, que se resumia na melhoria de vida no trabalho com uma remuneração adequada à sua sobrevivência socioeconômica e redução das horas de trabalho.

De fato, o descontentamento da classe proletária dava-se pela percepção e consciência de que a economia internacional estava escravizando o trabalhador, violentando sua dignidade humana, em favor de uma classe burguesa interessada em satisfazer seus anseios lucrativos de investimentos bem remunerados. O trabalho alienado tornou-se um meio eficaz para obtenção do desenvolvimento do sistema capitalista, em seu rigor racionalizante dos meios de produção.

Portanto, nesse contexto histórico surgia o movimento anarquista como primeira ação dos trabalhadores organizados, a fim de contestar

radicalmente a ordem e os ditames capitalistas. Agora se inicia a luta pela liberdade da classe proletária contra a desumanidade do trabalho alienado.

### **1.1. A posição anarquista**

No século XIX, a resistência a exploração capitalista encarnou-se de diferentes formas, constituindo distintas alternativas de relações trabalhistas que se afirmaram na cena pública em diferentes momentos históricos. A questão social acirrou-se com a crescente crise da estabilidade social, pois o ritmo de vida mudava consideravelmente as formas de ver a realidade humana em si. A insatisfação com a industrialização, a existência de uma maquinaria que competia com a mão-de-obra provocando desempregos, a falta de segurança social, a desigualdade social, entre outros fatores, contribuíram para o surgimento de novas ideologias que contestavam o sistema capitalista, como o anarquismo.

“Como movimento social, as várias correntes do anarquismo foram mais ativas durante o século XIX e princípios deste século, sobretudo como reação à ascensão do capitalismo Industrial na Europa e no Estados Unidos.”<sup>2</sup> (JOHNSON, 1997: 17)

A situação de profunda miséria do proletariado começaria, portanto, a incentivar ao surgimento de idealizadores com o propósito de uma sociedade mais justa e humana. Além do mais, as duras imposições dos empresários tornavam o trabalho exaustivo e de péssimas condições a sua realização. Assim sendo, a classe proletária resolveu formar coalizões no favorecimento de criação dos sindicatos. Já com uma organização mais consciente, os sindicatos promoviam uma representatividade mais aguçada e convicta de seus ideais. Considerando esse contexto de exploração, o movimento anarquista encontrou terreno fértil para sua ação ideológica, tendo o francês Pierre-Joseph Proudhon agindo em conformidade com suas idéias anarquistas pacíficas. A posição anarquista, na forma pacífica, dentro desse

contexto histórico do capitalismo, defendia a descentralização do poder de uma forma democrática.

“...[o Anarquismo propunha] uma organização da sociedade onde não haja nenhuma forma de autoridade imposta. Para (...) qualquer mudança social deve ser feita com base na fraternidade e na cooperação entre os homens.”<sup>3</sup> (ALMANARQUE ABRIL, vol.1, 1995: 274)

Ademais, concebiam a organização sindical como universal e autônoma, na perspectiva de vivenciar uma conciliação com a classe empresarial, a fim de dar mais ênfase à classe proletária no sistema capitalista. Contudo, o movimento anarquista proscreve a propriedade privada porque assume a concepção de que todos os problemas provêm desta base fundamental do capitalismo como forma de roubo. Dessa forma, delineiam-se os primeiros princípios básicos de contestação ao poder centralizado da ação administrativa empresarial. O anarquismo, portanto, não é um movimento contrário à organização da vida social, mas contrário ao uso inadequado da coerção e da força para mantê-la. Portanto, se os interesses da política capitalista fossem abolidos, assim como sua prática socioeconômica, as formas sociais coletivas, cooperativistas poderiam ser mantidas, sem o uso da força coerciva das formas autoritárias das administrações centralizadas.

“No entanto, a contradição fundamental do sistema capitalista provocaria o rompimento das forças de transformação: na produção capitalista, os produtos, socialmente produzidos, são apropriados não pelos produtores — os operários —, mas pelos donos dos meios de produção — os capitalistas. E aí está o problema — a origem do conflito: *enquanto o Trabalho cria, o Capital se apropria.*”<sup>4</sup> (AQUINO, Op. cit., 1995: 199)

A rigor, considerando a política capitalista, em sua essência, constata-se que a industrialização buscava a burocratização de suas

instituições para o real amadurecimento das relações capitalistas, como meio eficaz para adquirir o controle confiável dos fenômenos sócio-econômicos.

“A organização burocrática e o controle hierárquico são manifestações concretas de alienação do trabalhador de suas atividades profissionais. Os capitalistas preferem a organização burocrática a qualquer outra, porque somente assim poderão controlar a renda obtida na produção e, além disso, poderão evitar que os trabalhadores adquiram elementos como iniciativa e experiência, para se envolverem numa produção cooperativista própria, ou ainda colocarem em jogo a hegemonia dos capitalistas nos escritórios ou nas próprias fábricas.”<sup>5</sup> (MOTTA & PERREIRA, 1980:300)

A dinâmica social desenvolve-se em torno das exigências imprevisíveis da ação racionalizada da burocracia industrial. Em tal dinâmica, as economias financeira e administrativa da propriedade privada transcendem os valores humanos, porque o lucro tornou-se um fim necessário a ser atingido de qualquer forma. Somente a Ciência poderá ditar o ritmo de desenvolvimento das indústrias e determinar o futuro da classe proletária.

“Assim através do direcionamento do desenvolvimento científico e tecnológico para um rumo socialmente aproveitável de forma diferenciada e com a adoção de uma estrutura burocrática adequada convenientemente, é que são dadas as condições para a reprodução ampliada do modo de produção...”<sup>6</sup> (GUTIERREZ, 1989: 70)

Desse modo, a reprodução ampliada da produção obtém sua eficácia maior quando a maquinaria reduz o tempo de produção, substituindo os trabalhadores em suas atividades mais comuns. Como resultado, o capitalista recebe mais capital, pois a máquina não cansa, nem reclama do ritmo de produção empregado na fábrica.

“A maquinaria tem também no sistema capitalista a função de destruir a massa de trabalhadores de seu controle sobre o próprio trabalho.”<sup>7</sup> (BRAVERMAN, 1977: 168)

O anarquismo, portanto, veio favorecer a introdução de ideologias e a formação de organizações, como o sindicato. É a construção de um pensamento que acreditava na descentralização do poder autoritário, a fim de constituir uma relação democrática entre os homens, em que a classe proletária substituiria a dominação ideológica capitalista, na perspectiva de tornar a administração empresarial mais favorável à justiça social dentro das relações de trabalho assalariado, propondo um gerenciamento interno dinâmico e adequado aos propósitos dos trabalhadores. Melhor dizendo, o ideal seria reverter o conceito de “trabalho alienado” em sua ação, direcionando-o à humanização das atividades sociais, pois “o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho”.

O anarquismo também pretendia modificar a política ideológica do capitalismo na forma como a concorrência seria encarada. Ora, a concorrência rezada por Proudhon não seria um fim em si mesma.

“Mas antes uma concorrência dotada de um princípio superior que a ‘socializa’, que operaria numa base de troca leal, num espírito de solidariedade; uma concorrência que, salvaguardando a iniciativa individual, restituiria à coletividade as riquezas que atualmente a apropriação capitalista lhe subtrai.”<sup>8</sup> (GUÉRIN, 1968: 60)

Portanto, o anarquismo analisava o capitalismo como um sistema que degradava a vida em seu sentido maior: a solidariedade. “O capitalismo promove (...) a utilização técnica de conhecimentos científicos, o surgimento do direito e da administração racionalizados”<sup>9</sup> (COSTA, Maria Cristina Castilho, 1987: 67). A rigor, o confronto Capitalismo/Anarquismo expressava interesses antagônicos em jogo: o interesse da nova classe burguesa (empresários) que almejava manter-se no poder, como um meio para dominar a economia em seu lucro; e, em oposição, o interesse da nova classe de homens livres (proletários) pretendendo transformar o seu meio de vida,

através de uma organização social que caberia aos indivíduos de firmas propósitos que, por sua vez, representariam o pensamento ideológico próprio dessa classe em sua dinâmica social.

A posição anarquista propõe reformas institucionais do capitalismo que envolvam a realidade dos trabalhadores, pois a força coerciva das organizações empresariais internas e a do Estado massacram a solidariedade humana, onde a burocracia jaz como força fundamental que garante o lucro nos recursos rentáveis.

“A estrutura interna das organizações produz um ambiente autoritário distinto, quanto aos paradigmas, da organização espontânea do homem em sua forma de vida.”<sup>10</sup> (GUTIERREZ, Op. cit., 1989: 32)

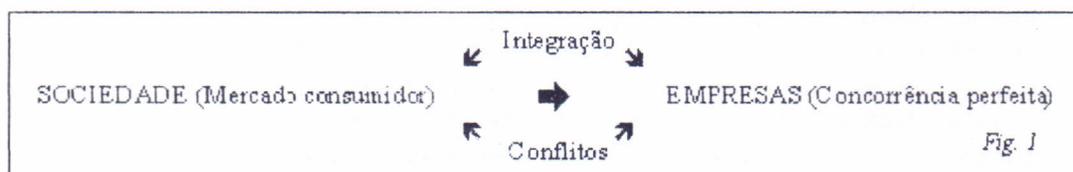
A organização heterogerida das empresas não cria soluções aos conflitos decorrentes da problemática do trabalho assalariado. O trabalhador está preso ao processo ideológico e político do capital. A empresa capitalista é parcial e unilateral em sua ação a respeito dos conflitos sócio-econômicos que definam o caráter da justiça social.

“Esta empresa, enquanto organização heterogerida, é a organização como instrumento de dominação e alienação, limitada pelo caráter contraditório da técnica e pelo conflito de interesses materiais e simbólicos. A organização heterogerida é controle, cujo modelo acabado é a organização burocrática.”<sup>11</sup> (Ibid., 1989:64)

O movimento anarquista apenas demarcou os primeiros passos contraditórios à política socioeconômica do capitalismo. Incentivou a organização do movimento trabalhista em uma ideologia marcada pela busca de transformações socioeconômicas adequadas aos interesses dos trabalhadores. Segundo Aquino, de certa forma, o pensamento ideológico anarquista foi parcial, pois não conseguiu resolver e enfrentar, com mais

profundidade, a questão social da classe proletária. Ora, o ritmo de industrialização e o aprimoramento de técnicas determinariam a evolução social em sua complexidade, porque a invenção cultural determinaria as formas mais adequadas para a manutenção do capitalismo. Isso diz que a cultura capitalista conduziria as mudanças de seu tempo, conforme suas necessidades de manutenção do sistema que, fundamentalmente, é imprevisível e essencialmente dinâmico em suas forças. Em verdade, segundo a avaliação de Aquino, somente o Socialismo Marxista conceituaria o fenômeno capitalista como uma totalidade em si; independente dos desejos humanos por natureza histórica.

Ademais, o movimento anarquista expressaria a dinâmica capitalista nos seguintes termos:



Interpretando esta figura 1\*, verifica-se que a dinâmica das relações capitalistas entre a sociedade e as indústrias (empresas) configura-se numa profunda dependência econômica, onde as estruturas sociais deveriam obrigatoriamente integrar-se às exigências da revolução tecnológica industrial que, de certa forma, dominaria as formas de produção e ditaria as transformações sociais. Os conflitos observáveis são devido à especulação do capital sobre a produção do trabalho humano, pois o capitalismo possui um sistema especulativo racionalizado que propicia, de uma forma objetiva, os atritos entre a classe proletária e a classe empresarial. A concorrência

\* Essa figura é uma sistematização nossa para representar, graficamente, a relação básica entre a sociedade e as empresas de concorrência perfeita.

contribuiria para o equilíbrio econômico e promoveria inovações técnicas cabíveis para atender o mercado consumidor em sua complexidade histórica. De qualquer forma, as relações de trabalho assalariado dependeriam do capital como um processo lógico no interior do sistema, que determinaria profunda e inconcebivelmente o dia-a-dia dos trabalhadores, a fim de controlar a ação consciente dos trabalhadores sobre sua realidade. Neste sentido, o homem depende do capital para viver em sociedade por imposição do sistema.

Então, como entender a lógica do capital nesse contexto das relações de trabalho assalariado?

“O capital! é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista (...) estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis.”<sup>12</sup> (HARVEY, 1992: 307 – 308)

Ou seja, essa lógica sempre estará presente enquanto houver relações de dominação (Weber, 1989). Assim, a alienação das relações de trabalho realizaria uma forma de exploração, que fetichiza a realização do trabalhador em seu trabalho. Assim sendo, a realidade do capitalismo reproduzirá suas relações de produção, sempre voltada à flexibilidade do sistema diante das crises periódicas, em busca de soluções que garantam sua dominação geral. Portanto, a lógica do capitalismo está relacionada ao tempo e espaço de seu contexto histórico.

“Embora crises na experiência do espaço e do tempo, no sistema financeiro ou na economia mais ampla possam constituir uma condição necessária das mudanças políticas e culturais, as condições suficientes residem num plano mais profundo, inseridas na dialética internalizada do pensamento e da produção de conhecimentos. Pois sempre é verdade que, como disse Marx (...), ‘erigimos nossa estrutura na imaginação antes de a erigirmos na realidade.’”<sup>13</sup> (Ibid., 1992: 309)

A rigor, essa imaginação referida por Karl Marx é a utopia. Os anarquistas buscavam erigi-la na realidade do século XIX, a fim de que seus objetivos de libertação dos trabalhadores e destruição do capitalismo fossem possíveis na práxis. A utopia anarquista foi uma forma de luta organizada dos trabalhadores submersos em relações de exploração. E para isso é preciso voltar à dinâmica histórica do capitalismo.

A cada passo na História, o sistema capitalista construía sua forma imperialista de executar sua ação dominadora da consciência humana. Para tanto, a formação do monopólio e oligopólio econômicos seria importante, porque as empresas capitalistas facilitariam a ampliação das relações de exploração do trabalho. A sua expansão influenciava a todos, seja cultural ou politicamente. Mas, foi na economia que esse sistema encontrou a base da sua estruturação, reproduzindo-se nos diferentes âmbitos da vida social, alicerçado numa ideologia capaz de escamotear a sua lógica excludente. Na contradição básica que o funda — capital x trabalho — o capitalismo gestou a sua oposição. “O desenvolvimento do sistema capitalista resultou também numa classe operária cada vez mais organizada e combativa”<sup>14</sup> (CAMPOS, 1988: 217). Essa mesma classe acreditava em seus sonhos e depositava suas esperanças em seus ideais de luta que, todavia, por um lado, seriam efêmeros e por outros realizáveis. Essas esperanças e idéias encarnam-se em ideologias revolucionárias que assumem diferentes formulações no bojo de movimentos políticos difusos.

Podemos analisar essa construção ideológica de oposição ao capitalismo, considerando as influências dos movimentos utopistas na História. Ao usarmos a opinião de Max Weber, observaremos que esta construção em si é valorativa, porque se sustenta em uma ética da convicção. Mesmo assim, a racionalidade não deixa de existir, pois essa formulação serve ao bem coletivo. O bem coletivo para ser alcançado, às vezes, faz apologia à quimera. O movimento anarquista é a encarnação de uma utopia. Para entendê-la, é preciso ter a consciência do real conceito de utopia; aliás, não é sem propósito que o anarquismo possuía ideais, de certa forma, utopistas para a época. E ao vivenciar o utopismo radical, encontrou o fracasso prático de seus ideais de luta.

Ora, a utopia “...é a imaginação criadora, exigente, que faz presente o futuro real, a partir do presente passível de ser transformado e melhorado”<sup>15</sup> (GUARESCHI, 1994: 121). Essa é a perspectiva de uma ideologia que tenta viver sua convicção, a fim de torná-la uma realidade possível de ser construída no âmbito social. Para tanto, a questão limiar seria a problemática do poder, como um meio ideal para concretizar os anseios dos que idealizaram e assumiram as utopias. Dessa forma, o poder tornaria possível, ou não, a realização de um fato utópico. Contudo, devemos considerar que a institucionalização reduz a perfeição da utopia. É o que avalia Pedro Demo:

“O que começa na História sob o entusiasmo da utopia, vi cedendo à ferrugem do tempo. E é exatamente por isto que é preciso mudar, não porque seja possível exterminar o poder, mas porque é possível aumentar sempre mais a participação. Porquanto utopia é geralmente um protesto contra o poder. Sugere fortemente que uma angústia fundamental da sociedade é, de um lado, a inevitabilidade do poder, e, de outro, sua tendência opressora. De fato, toda utopia é ao mesmo tempo realizada e atraída pelo poder. É realizada pelo poder, já que se não se institucionalizar, jamais sairá da teoria e da especulação.”<sup>16</sup> (DEMO, 1987: 144)

Assim, a utopia precisa ser institucionalizada para ser realizada e, justamente, nesta realização que reside o perigo de perder a sua dimensão de utopia.

Considerando a análise do anarquismo, constata-se que, na História da humanidade, a ação anarquista contribuiu para a ascensão da classe proletária quando acreditou na realização de seus ideais que pretendiam reformas institucionais de base, em relação à problemática do trabalho assalariado e das contradições aí encarnadas. A dinâmica capitalista determinava o que seria aceitável e subversivo para os seus padrões. Os conflitos, enquanto expressão da luta de classes, tornavam-se cada vez mais freqüentes e eram vistos como subversão. Neste contexto, os anarquistas eram vistos pelos representantes do poder como destruidores perigosos. E, em sua utopia, os anarquistas consideravam-se como redtores. De fato, na sua óptica, acreditava-se também que “...o anarquista, ao contrário do emérito destruidor, seria o regenerador que vai estabelecer o equilíbrio necessário à sociedade”<sup>17</sup> (COSTA, Caio. 1988: 16).

Em sua proposta política, o anarquismo defendia a ação direta dos indivíduos na construção da vida social que, em suma, seria o “não delegar responsabilidades, autogerir-se a partir de certas organizações que estão dadas”<sup>18</sup> (Ibid., 1988: 20). Com isso, os anarquistas pretendiam uma organização coletivista que não aceitaria decisões isoladas, de caráter capitalista que implicaria uma responsabilidade centralizada, nas mãos dos detentores do poder. A comunhão de ideais e luta deveria ser o elo do movimento, que garantiria sua força diante da ameaça do capital sobre o trabalho.

“A luta proposta é no sentido de que o trabalhador subverta esta relação organizando ele mesmo a sua vida, as suas ocupações, a sua

organização dentro de sua empresa e de sua comunidade.”<sup>19</sup> (Ibid., 1988: 21)

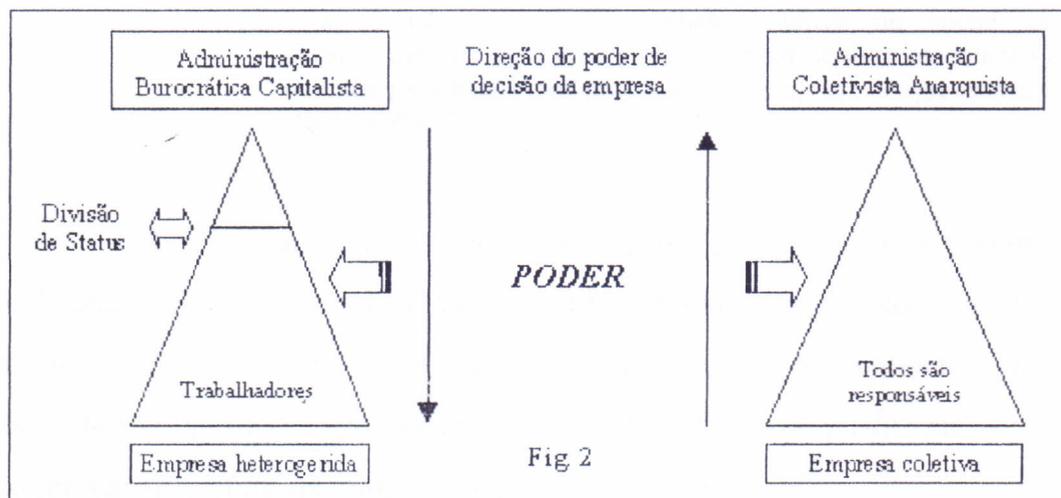
Os anarquistas almejavam, portanto, que o poder, na sua dimensão administrativa de gestão das empresas, assumisse a forma descentralizada. Neste sentido, a empresa teria que aceitar a ação participativa da classe trabalhadora como uma forma de direcionar o poder nas decisões substanciais na empresa, “de baixo para cima” (vide figura 2 abaixo)\*. Sendo assim, temos nessa figura duas pirâmides que representam duas empresas distintas: uma capitalista e outra anarquista. A primeira, caracteriza-se como empresa heterogerida, possuindo uma administração burocrática de poder decisório centralizado. Esse poder advém de cima para baixo, manifestando relações de dominação entre indivíduos, através de uma hierarquização de setores empresariais. Sabido disso, no ápice da pirâmide reside a gerência heterogerida e na base a classe de trabalhadores subalternos. Aqui, os trabalhadores não participam na gerência empresarial, pois o trabalho é alienado. Por fim, a segunda pirâmide caracteriza-se como empresa autogerida de idealização anarquista, possuindo uma administração coletivista descentralizada onde todos são responsáveis pela produtividade e regulação da empresa. As relações são democráticas entre os indivíduos e o poder de decisão provém de baixo para cima. Isso significa que inexiste divisão de status dentro da empresa. Os trabalhadores são cooperados e possuem objetivos comuns, reconhecendo-se em seu trabalho.

Em verdade, a proposição anarquista implica uma mudança qualitativa no procedimento das empresas heterogeridas, no sentido do redirecionamento do poder administrativo em sua forma tradicional. Isso

---

\* Essa figura é também uma sistematização nossa para representar, graficamente, a distinção básica entre a concepção capitalista e a anarquista de poder na empresa.

colocava em xeque a ação das forças coercivas que o sistema capitalista propunha para manter a exploração do trabalho.



Avançando na configuração do pensamento anarquista, cabe explicitar o seu entendimento sobre os campos da luta. Caio Túlio Costa, em obra introdutória ao anarquismo, assim delineou a posição dos anarquistas:

“Afirmaram fundamentalmente (...) que a prioridade na luta de classes estaria no campo econômico e não rejeitaram a política, mas sim a política burguesa.”<sup>20</sup> (Ibid., 1988: 19)

Em verdade esta determinação da ação político-ideológica do anarquismo materializou uma ameaça à estrutura da propriedade privada: atingindo a base burocrática da dinâmica do capital produtivo encarnado nas empresas heterogeridas. De fato, a determinação de uma tentativa de transformação das bases institucionais, pelo anarquismo, trouxe a possibilidade de uma formação de comunidades federadas e autônomas no interior das empresas, na perspectiva de uma substituição político-administrativa das formas de participação dos trabalhadores nas decisões. Contudo, essa forma de conceber a propriedade como coletiva e a sociedade como possível de ser mais justa foi, efetivamente, melhor configurada nas

formulações do russo Bakunin. Em uma de suas manifestações públicas defendeu que:

“...a sociedade e a propriedade coletiva ou social estejam organizadas de baixo para cima por meio da livre associação e não de cima para baixo mediante a autoridade, seja de que classe for.”<sup>21</sup>  
(Ibid., 1988: 22)

Bakunin acreditava que a derrubada do capitalismo poderia ser realizada pelos intelectuais e outros vários indivíduos da classe média, até mesmo os marginalizados. Por fim, segundo Caio, Bakunin entendia que cada indivíduo cooperado expressa um forte coletivismo anarquista que se baseia no mutualismo entre os trabalhadores.

“Sob o coletivismo anarquista cada membro das cooperativas operárias estaria obrigado a realizar um trabalho manual e receberia uma retribuição proporcional a sua contribuição direta do trabalho. Trocando em miúdos, o critério da distribuição basear-se-á no trabalho e não na necessidade. O Estado seria substituído por uma federação livre de associações autônomas que desfrutariam de liberdade de separação e garantiriam uma total liberdade.”<sup>22</sup> (Ibid., 1988: 23)

Dessa forma, o anarquismo propõe uma alternativa de solução para a problemática da exploração do trabalho assalariado pelo capital, buscando, assim, fugir da alienação das atividades humanas. Em verdade, dentro da orientação anarquista, a organização dos trabalhadores fortalece-se de forma crescente, diante da prepotência da burguesia internacional. Indiscutivelmente, o coletivismo anarquista era favorável às vastas organizações operárias.

Para adentrar na análise do ideal anarquista, é fundamental configurar suas bases filosóficas em termos da realidade do homem moderno, que caracterizava a vida social no século XIX. A rigor, o anarquismo

propugnava “...que o homem possui, por natureza todos os atributos necessários para viver em liberdade e concórdia social”<sup>23</sup> (Ibid., 1988: 16). Entretanto, esse ideário libertário anarquista não conseguiu alcançar a realização e a racionalidade exigida para o seu sucesso como movimento organizado. A ação de seus líderes caiu em uma convicção amarrada no utopismo idealista, como meio para alcançar os propósitos almejados. Aliás, Caio Túlio Costa faz uma fecunda apreciação avaliativa do ideário libertário anarquista:

“Não se pode negar que ao combater o autoritarismo e todas as formas de poder os anarquistas tocaram o cerne do problema da modernidade. A ingenuidade das teorizações e a fraqueza da doutrina que nunca se apresentou como um corpo sistemático completo e acabado é da gênese do próprio anarquismo.”<sup>24</sup> (Ibid., 1988: 28)

A rigor, a posição anarquista radicalizava-se cada vez mais à medida que a sociedade pós-industrial desumanizava as relações de trabalho assalariado. Inegavelmente, era do interesse da burguesia industrial acumular capitais suficientes para o desenvolvimento do sistema capitalista. Este sistema estava fundamentado nas relações formais que tendiam para uma burocratização econômica e administrativa das sociedades em suas relações diversas. De fato, os problemas sociais que se agregavam no cenário social de então, aumentavam a ira do movimento anarquista levavam a uma radicalização de seus ideais em suas assembléias internacionais. Conseqüentemente, vários idealizadores desse movimento entendiam que as organizações cooperativistas entre os trabalhadores deveriam emancipar-se frente ao poder autoritário e centralizado do capitalismo. Especificamente Proudhon — um dos formuladores do anarquismo pacifista —, ao analisar e refletir sobre a problemática do capitalismo, “...viu a liberdade individual profundamente radicada no processo natural de desenvolvimento da sociedade

humana”<sup>25</sup> (Ibid., 1988: 35). Essa visão revelava as insatisfações e, mesmo indignação, dos anarquistas frente à realidade de exploração do trabalho que marcava o contexto da época. Em verdade, os anarquistas não concebiam o fenômeno capitalista como um processo irreversível na História, que tende a complexificar-se à medida que as relações de produção se desenvolviam sobre uma base burocrática sistematizada com o avanço técnico-científico.

Com a internacionalização do anarquismo (1864), quanto mais os anarquistas propunham a realização de seus ideais radicais, mais se esqueciam da sistematização do movimento. De fato, esta sistematização é fundamental ao sucesso do sindicalismo como forma de organização dos trabalhadores e como saída ao risco do utopismo radicalizado sob a forma do Anarco-Sindicalismo. A rigor, os anarquistas acreditavam na possibilidade da ação autogestionária como um fim em si mesmo, dentro dos seus propósitos revolucionários. A respeito, Caio Túlio Costa assim descrevia as idealizações anarquistas:

“Aspiravam a uma sociedade em que todos os homens seriam proprietários e cada um teria de volta os frutos de seu trabalho. Para isto tinham esboçado um sistema genial: uma instituição pública, autônoma, incluída em Constituição, uma espécie de banco de crédito popular que instituiria o crédito gratuito concedendo aos produtores (individuais ou em grupo) adiantamentos de capital livre de interesses. Eram contrários à igualdade econômica e cada indivíduo deveria ser remunerado conforme seu serviço. Defendiam apenas uma reforma no sistema da propriedade para torná-lo livre da exploração de classes. Consideravam a família a base essencial da sociedade e a propriedade da terra e dos outros meios de produção condição necessária para a existência social da família”.<sup>26</sup> (Ibid., 1988: 67)

Esses ideais resgatados por Caio Túlio Costa demonstram a possibilidade do realizável e do irrealizável, do utópico e do utopismo, que pairam sobre as assembléias internacionais promovidas pelos anarquistas no século XIX. A rigor, a propriedade dos meios de produção e o exercício do

poder autoritário sobre as relações de trabalho assalariado constituem uma realidade que desafia o movimento anarquista. Indiscutivelmente, no contexto social do século XIX, o ideal anarquista da autogestão dos trabalhadores no interior das indústrias assume uma dimensão utópica. Esse desejo é retratado através da busca de reformas estruturais das instituições capitalistas, onde o trabalhador será o beneficiado, recebendo, proporcionalmente, ao seu tempo de trabalho investido.

Na prática, o movimento anarquista conseguiu incentivar a formação de organizações associativas e cooperadas que privilegiavam o trabalhador. De fato, os ideais e as lutas anarquistas revelavam a vontade do movimento em querer transformar o seu tempo de uma forma revolucionária. Na realidade, foi nesse espírito que as primeiras organizações associativas e cooperadas de trabalhadores começaram a ter forma concreta. A burguesia mostrava-se atenta a tudo. Segundo Caio Túlio Costa, a movimentação anarquista pela humanização do trabalho assalariado se tornava uma grande preocupação para a burguesia no sentido da manutenção das relações privadas. No entanto, os ideais anarquistas não se concretizaram no cenário de exploração do trabalho do século XIX.

Em verdade, em meio a utopias e idealizações, o movimento anarquista não consegue efetivar as suas proposições, encarnando-as em mudanças. Nesta perspectiva, declara-se o fracasso do anarquismo. No entanto, é importante perceber e resgatar o seu significado histórico na constituição de uma via de transformação. Avalia Caio Túlio Costa:

“Mas deve-se argumentar também que sem os anarquistas singelos e aventureiros Marx não teria preconizado o fim do Estado após a ditadura do proletariado e a abolição das classes sociais. E o anarquismo, esta paradoxal mescla de positivismo com idealismo, não conseguiu jamais formar um organismo aglutinador e impulsionador de seus objetivos; apesar de seus esforços não

logrou se quer abalar as estruturas do sólido Estado moderno. Eis seu fracasso e seu fascínio.”<sup>27</sup> (Ibid., 1988: 29)

Avaliando a dinâmica da movimentação anarquista, vê-se que eles não conseguiram enxergar que a sociedade capitalista, no século XIX, se transformava com as inovações tecnológicas, que teriam papel chave no crescimento do sistema capitalista. A rigor, pareciam ignorar essa realidade histórica e insistiam em conscientizar os trabalhadores de seu papel fundamental na sociedade para a sua transformação. Faltaram-lhes bases objetivas de análise para impulsionar a vontade revolucionária.

A ideologia do anarquismo defendia que a liberdade só seria alcançada caso os trabalhadores encontrassem a sua conscientização libertadora. O meio ideal para tanto seria a educação dos indivíduos. Kropotkin, fundamentando essa esperança em seu discurso público, dizia:

“Aí temos nossa esperança: a educação. Esquecermos dela tem seu preço, pois é sempre através dela que a mão-de-obra já organizada pela própria educação conseguirá fazer, prevalecer a sua liberdade.”<sup>28</sup> (MALATESTA, 1980: 5)

Kropotkin enfatiza os ideais de liberdade e educação como elementos estratégicos na luta. No entanto, suas reflexões anarquistas situavam-se numa idealização romântica, não conseguindo alcançar o sucesso prático de seus ideais revolucionários.

Avançando no ideário anarquista, a educação (conscientização) possibilitaria uma organização capaz de criar a liberdade ideal dos indivíduos para uma vida digna e humanizada. Assim sendo, a participação do trabalhador nas atividades administrativas internas das empresas viabilizaria as relações de trabalho assalariado mais justas e coerentes. Isso demonstra que Kropotkin acreditava que o trabalhador desalienado contribuiria à

humanização das relações de trabalho. Assim, Kropotkin manifesta-se em seu discurso:

“...em essência o organizador da sociedade é o ser humano que, utilizando-se de duas armas — a liberdade e a participação — chegará à construção de uma real sociedade igualitária.”<sup>29</sup> (Idem)

Os anarquistas propunham o “trabalhador livre” da alienação e dos fetiches das relações de trabalho assalariado. Como parâmetro de uma sociedade igualitária, sustentavam a idealização de uma sociedade anarquista como um conjunto de pequenas comunidades cooperativas dedicadas a distintas modalidades da atividade produtiva, sem visar o lucro e fundada na “autogestão empresarial participativa dos trabalhadores” e no intercâmbio direto (troca). Segundo Aquino (1995), Pierre-Joseph Proudhon, o primeiro a utilizar a denominação “anarquia” para caracterizar suas teorias, propõe a substituição do mecanismo capitalista de produção, distribuição, consumo e crédito, pelas cooperativas e idealiza, também, usar bônus de trabalho ao invés de dinheiro.

Dessa forma, na utopia anarquista, a democracia almejada pelas classes proletárias entrava em conflito com o ideal democrático da burguesia sob as relações de dominação típicas do sistema burocrático moderno. Assim, também condenando a corruptibilidade do sufrágio universal em sua ineficácia, “...o anarquismo denuncia o engano da democracia burguesa”<sup>30</sup> (Ibid.,1980: 11).

Dentro do ideário anarquista, a ação revolucionária deveria partir do indivíduo e, conseqüentemente, da comunidade associativa e cooperativa. Ou seja, a conscientização do indivíduo, como sujeito na transformação de seu tempo, garantiria o acesso à participação do trabalhador nos interesses administrativos das empresas, sejam privadas ou estatais. Cabe, então,

questionar: o movimento anarquista assume uma dimensão mais individualista do que societário ou mais societário do que individualista? Errico Malatesta sintetiza a posição de Bakunin sobre esta questão da seguinte forma:

“...é simultaneamente individualista e societário. Ele não se cansa de repetir que é, partindo do indivíduo livre, que se poderá construir uma sociedade livre. De cada vez que ele enuncia os direitos que devem ser garantidos às coletividades, tais como o direito de autodeterminação e separação, ele coloca o indivíduo como principal beneficiário desses direitos. A liberdade não é mais do que o direito absoluto pelo qual qualquer ser humano não tem para si próprio, outra sanção além da sua própria consciência, de se determinar pela sua própria vontade e de não ser responsável para mais ninguém além de si mesmo.”<sup>31</sup> (Ibid., Ip. lit., 1980: 26)

Essa discussão traz-nos o entendimento anarquista a respeito das relações trabalhistas assalariadas vistas como desgastadas pela exploração do trabalho, refletindo a inconformidade dos indivíduos em relação à ação de dominação do poder autoritário dos empresários burgueses, principalmente quando esses agiam em parceria com o Estado, na manutenção de seus interesses em defesa da propriedade privada.

A rigor, as desigualdades sociais cresciam juntamente com os problemas de ordem social, pois os homens sofriam com as conseqüências da evolução técnico-científica que o capitalismo revelava então ao mundo (desemprego, exclusão social etc.). Nesse momento histórico de grave questão social, os anarquistas julgavam que a culpa dessas desgraças estava na propriedade privada e no sistema burocrático, ao fornecerem privilégios aos burgueses através da obtenção do lucro. E isso trazia a denúncia e, ao mesmo tempo, a insatisfação da classe proletária contra o sistema capitalista.

Nesta direção, Errico Malatesta (1853 – 1932) — um dos grandes anarquistas do século XX — ao criticar o capitalismo, afirmava: “Uma

sociedade igualitária deve ser fundamentada sobre o acordo livre e unânime de todos os seus componentes”<sup>32</sup> (Ibid., 1980: 81). Ele sabia que um dos principais veículos de manutenção do poder autoritário corruptível seria o sufrágio universal, considerando grande falha do sistema. E, tomando-a, Malatesta investia contra a organização das instituições que se beneficiavam com essa forma abominável de garantir o poder autoritário, que massacrava o direito à liberdade e inibia a ação conscientizadora dos homens. Então, é através da conscientização de seus deveres e direitos que os trabalhadores, segundo os anarquistas modernos e contemporâneos, conseguiriam autodeterminar-se na relação de trabalho humanizado. Segundo Malatesta, “Impossível ser livre sem ser economicamente independente...”<sup>33</sup> (Ibid., 1980: 87).

Certamente, todas essas concepções anarquistas fundamentavam-se na capacidade dos trabalhadores — associados e cooperados — em transformar o seu modo de vida e, acima de tudo, em serem responsáveis pela autogestão empresarial, enquanto indivíduos conscientes. Para tanto, dever-se-ia garantir antecipadamente a unidade da organização sindical, na busca de seus propósitos utópicos. Contudo, a inconformidade em relação à realidade desumana na sociedade moderna capitalista alimentava o ódio, enquanto elemento chave na construção do espírito revolucionário anarquista. Devido a esses fatos, muitos anarquistas radicalizavam suas idéias, ficando, no entanto, apenas no desejo de sistematização do pensamento teórico do movimento. Segundo Malatesta:

“Uns e outros queriam derrubar simultaneamente poder político e propriedade individual, e organizar a produção, consumo e toda a vida social por meio da obra direta e voluntária de todas as forças e de todas as capacidades, que existem na humanidade e que procuram naturalmente manifestar-se e atuar.”<sup>34</sup> (Ibid., 1980: 89)

De certa forma, o anarquismo caminhava lado-a-lado com o marxismo, como dois irmãos que constantemente entravam em conflito ideológico, mas lutavam pela mesma utopia: o fim da ordem capitalista e sua exploração desumana. Assim, ambos objetivavam o fim do capitalismo e do Estado, meditando a ascensão da classe proletária em sua vez histórica. “O anarquismo é inseparável do marxismo. Opô-los um ao outro é colocar um falso problema”<sup>35</sup> (Ibid., 1980: 102). Ambos nasceram da insatisfação dos proletários com a exploração do trabalho assalariado. No entanto, no desenrolar da História, cria-se uma crescente distância entre a proposta anarquista e a marxista. Avalia Malatesta:

“Mas o fosso entre anarquismo e marxismo só se tornou intransponível no início deste século [XX], isto é quando a Revolução Russa, libertária e soviética em 1917, cedeu pouco a pouco lugar a uma formidável máquina Estatal, ditatorial e policial. O anarquismo, a idéia anarquista, foi liquidado na Rússia, como de resto foram liquidados os próprios soviets.”<sup>36</sup> (Ibid., 1980: 103)

Apesar de alguns atritos com a ideologia marxista, o anarquismo resgatou os anseios dos homens que buscavam uma nova forma de viver seu mundo. Vale ressaltar que essa busca dos proletários sob a orientação anarquista objetivou muito mais que apenas criticar o sistema capitalista em si. Ou seja, a classe proletária queria participar das ações administrativas das empresas, como garantia da prática livre e humanizadora da autogestão nas relações sociais das empresas. Segundo Guérin:

“...o anarquismo, após Proudhon, é o advogado por excelência da associação operária, que nós chamamos hoje autogestão. Os libertários não querem a gestão econômica pelo capitalismo, mas rejeitam também a gestão econômica pelo Estado, porque a revolução proletária será aos seus olhos esvaziada de todo o seu conteúdo se os trabalhadores caírem sob uma nova forma de dominação: a dos burocratas.”<sup>37</sup> (Ibid., 1980: 103)

Ou seja, a autogestão definia-se como saída segura para a classe proletária, enquanto o trabalhador conciliar-se como sujeito histórico. Então, os anarquistas compreendiam a autogestão como um meio eficaz de destruição da opressão e da injustiça social. Segundo Malatesta, Guérin disse:

“A autogestão é a democracia na fábrica. O trabalhador desdobra-se: ele é simultaneamente produtor confinado na sua especialidade e co-gestor da empresa. Ele deixa de ser alienado e escapa ao salário e recebe a quota-parte dos lucros da empresa.”<sup>38</sup> (Ibidem)

Essa autogestão, na concepção anarquista, para ser possível deve incentivar a solidariedade entre os trabalhadores organizados, a fim de que as relações de produção deixem de ser alienadas. Para tanto, o interesse sindical tem que possuir um objetivo centrado no atendimento das necessidades comuns de organização dos trabalhadores. Conforme Guérin, na interpretação de Malatesta, a união da classe proletária seria o primeiro passo como objetivo concreto do movimento anarquista. E sobre a autogestão, disse:

“O seu objetivo deve ser o interesse geral e portanto teriam que enquadrar-se num plano de conjunto. Esta planificação não seria burocrática, como no comunismo de Estado, mas animada de baixo para cima e regulada em comum pelos diversos delegados das unidades de produção.”<sup>39</sup> (Ibid., 1980: 103)

Nesse caso, complementando, o elemento estruturador do anarquismo, que possibilitaria a autogestão, seria o federalismo proudhoniano como unidade sem coação, onde é feito um pacto livre e livremente consentido entre os diversos grupos quer no plano econômico, quer no plano administrativo. Esta federação, como uma pirâmide, que enlaça localmente, regionalmente e nacionalmente e também de um modo internacional, associa entre elas, simultaneamente, empresas e comunas autônomas.

Assim sendo, a posição anarquista, na concepção de Daniel Guérin (1980), valorizava o indivíduo, pois seria através do indivíduo livre que o anarquismo se propunha a edificar uma sociedade livre, reaparecendo, assim, o princípio federalista. Segundo Malatesta, ao discutir o indivíduo na sociedade, disse Guérin:

“O indivíduo não é um meio mas o próprio fim da sociedade e por isso o anarquista entende ajudar o indivíduo a libertar-se plenamente, a cultivar e a desenvolver todas as suas forças criadoras. A sociedade lucra tanto como o indivíduo, porque ela é formada, não por seres passivos, mas por uma edição de forças livres e portanto um conglomerado de energias individuais.”<sup>40</sup>  
(Ibid., 1980: 106)

Portanto, o postulado humanístico do anarquismo, em favor de uma resolução alternativa da problemática do trabalho assalariado através da autogestão empresarial, onde o indivíduo é o sujeito transformador de seu tempo, falhou devido ao romantismo e ao radicalismo de seu paradoxo idealismo e positivismo revolucionário. Agora, as concepções marxistas reaparecem com a Comuna de Paris, no fim século XIX, e pós a Segunda Grande Guerra Mundial, no início do século XX, com o Modelo Iugoslavo de Autogestão Empresarial, como fundamentais à implantação de experiências autogestionárias inseparáveis da relação teoria/práxis.

## **1.2. A posição marxista**

As transformações dirigidas pelas ações revolucionárias vêm desenvolver a dinâmica das relações sociais na História. Sem dúvida, os conflitos de classes são o veículo que direciona e constrói o futuro dos homens dentro de suas perspectivas de luta. É a luta política, encarnando ideais e concepções em termos dessa ação revolucionária. Dentre tais concepções que constituem as chamadas “ideologias revolucionárias”

destaca-se o marxismo que, no imaginário social, representa a ideologia revolucionária por excelência.

Analistas do pensamento revolucionário (Tomazi, Johnson, Aquino, Aron, Bobbio) destacam o vínculo entre anarquismo e marxismo, enfatizando que, em determinados aspectos, a concepção anarquista coincide com a concepção marxista. E esta coincidência dar-se, sobretudo, em relação à questão chave da superação do trabalho assalariado como forma de constituição da mais-valia. Especificamente, Johnson explica esta relação:

“Comunistas e anarquistas socialistas argumentam que o Estado serve principalmente para defender os interesses da dominação e exploração capitalistas e que, se a posse priva do capital e o trabalho assalariado pudessem ser eliminados, as pessoas tenderiam naturalmente para arranjos sociais coletivos, cooperativos, nos quais a ordem poderia ser mantida sem coerção de uma autoridade centralizada.”<sup>41</sup> (JOHNSON, 1997: 17)

Contudo, existiam também idéias anarquistas que conflitavam em sua maioria com o marxismo. Diferenças ideológicas que já foram postas na Primeira Internacional (1864), na disputa entre Marx e Bakunin, da seguinte forma:

“Se para Marx o proletariado industrial era a classe verdadeiramente revolucionária, para Bakunin eram todos os pobres, explorados e camponeses sem terra. Se para Marx a participação operária na política, bem como a tomada do Estado como meio revolucionário, se colocava como indispensável, para Bakunin o caráter revolucionário das lutas implicava a negação de qualquer instituição política e qualquer autoridade, como o Estado. Assim, enquanto o marxismo advogava a socialização dos meios de produção e planejamento centralizado via Estado, a facção anarquista advoga uma federação de comunas livres e auto-administrativas.”<sup>42</sup> (TOMAZI, 1993: 229)

Sem dúvida, o anarquismo comunista — facção do anarquismo com idéias comuns ao marxismo — e o anarquismo econômico — organização da

autogestão empresarial contra o autoritarismo — contribuíram para criticar a exploração do trabalho fundamentada na relação capital/trabalho. Ademais, essas duas facções do anarquismo ajudaram a fortalecer a ideologia marxista sobre a busca da justiça social pelo homem. Indiscutivelmente, o anarquismo e o marxismo disputavam o poder ideológico da classe operária. Com o início da Segunda Internacional (1891), a visão marxista foi consolidada como pensamento da classe operária ao avaliar as relações de exploração do trabalho no capitalismo dentro da relação capital/trabalho. Para Marx e Engels a defesa dos interesses do proletariado implicava a negação dos interesses burgueses e a construção de uma sociedade sem classes. Para isso, os operários deveriam se organizar e unificar suas lutas (Tomazi, 1993).

Na realidade, sabemos que as dicotomias dentre as classes sociais colaboram para a realização dos eventos revolucionários, sejam a favor da classe burguesa, sejam a favor da classe proletária. Contudo, o que importa de fato é a gênese dessas dicotomias e como elas poderão modificar a relação capital/trabalho que, na lógica capitalista, é essencialmente uma relação de exploração. De fato, é esse o cerne do sistema capitalista: a acumulação do capital dá-se pela exploração do trabalho. Portanto, a concepção marxista vem incidir o seu foco analítico nesta contradição básica capital/trabalho para compreender as bases fundamentais do sistema capitalista, na perspectiva de sua transformação. É o que Marx enuncia como princípio básico na Tese XI sobre Feuerbach: “Os filósofos limitam-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se é de transformá-lo.”

Inegavelmente, Marx possuía a intenção de propor uma ampla transformação política, econômica e social, não se limitando somente em contribuir para o desenvolvimento da ciência econômica. Em verdade, Marx preocupava-se em desvendar o capitalismo em sua lógica e leis de

funcionamento do que fazer, simplesmente, uma mera crítica convencional sobre os fatos históricos.

A análise marxiana veicula uma interpretação da história centrada na luta de classes. Assim, configura como, a partir de uma nova forma de produção, surgida com o desenvolvimento da Revolução Industrial (século XVIII). A classe burguesa constituiu-se fazendo emergir uma nova classe: o proletariado. São sujeitos sociais que encarnam a contradição básica capital/trabalho. O proletariado encarnado os interesses do trabalho em confronto com os interesses do capital, busca, ao longo da História, construir suas bases políticas fundamentais à legitimação de seu poder, como classe social que aspira à transformação do capitalismo.

A rigor, na lógica capitalista, essa classe é utilizada como um meio de aumento da produtividade e do lucro sobre a margem de trabalho não pago, a mais-valia. Essa relação determina a inserção da classe proletária como um objeto e não como sujeito da história. Isso mostra uma classe social que vende sua força de trabalho para conseguir subsistir no meio social. Em troca, recebia o salário como pagamento do trabalho desempenhado na produção, propiciando com este trabalho explorado a acumulação do capital. A rigor, há o trabalho excedente e não pago — mais-valia — que caracteriza essa relação de trabalho assalariado. Nestas condições de exploração do trabalho, o padrão de vida do trabalhador fica aquém de um padrão de vida digno.

Dessa forma, o sistema de exploração capitalista é envolto na ideologia que mistifica o trabalho afirmando que “o homem é para o trabalho e o trabalho é o único meio que possibilita a riqueza e o bem-estar individual”. Tal ideologia camufla a exploração do trabalho como dimensão fundante do sistema capitalista.

O capitalismo direcionou a mais-valia como forma de acumulação de capital, formando o poder uma classe: a burguesia que encarna os interesses do capital. Historicamente, essa classe burguesa modificou os padrões de produção e consumo, consolidando, sob múltiplas formas, a exploração do trabalho. De fato, o sistema capitalista favorece o crescimento da dominação político-econômica da burguesia em degradação ao bem-estar coletivo. Quanto mais produtos, mais lucro e mais exploração no trabalho e mais precarização dos trabalhadores. Nessa óptica afirma Raymond Aron:

“O caráter contraditório do capitalismo se manifesta no fato de que o crescimento dos meios de produção em vez de se traduzir pela elevação do nível de vida dos trabalhadores leva a um duplo processo de proletarização e pauperização”<sup>43</sup> (ARON, 1997: 137)

Nesse caso, os conflitos sociais fundados nas relações de exploração a partir da economia, são a expressão da luta pelo, no sentido de transformar o sistema capitalista. O acirramento das relações de dominação pela burguesia contribuem para intensificar a luta de classes que, de fato, constitui o fundamento para o surgimento de movimentos revolucionários por uma vida social de emancipação do trabalho. A análise marxista explicita um aspecto-chave:

“A luta de classes tenderá a uma simplificação. Os diferentes grupos sociais se polarizarão em torno da burguesia e do proletariado, e é o desenvolvimento das forças produtivas que será o motor do movimento histórico, levando, pela proletarização e pela pauperização, à explosão revolucionária e ao surgimento (...) de uma sociedade não antagônica.”<sup>44</sup> (Ibid., 1997: 139)

Antes de tudo, a formação da consciência de classe pela via da luta política torna-se a pedra angular do movimento marxista, onde os trabalhadores devem possuir uma visão transcendente sobre sua realidade e confiar no seu poder de transformação da História, enquanto coletividade consciente de seu papel histórico, como sujeitos ativos ou partido político. Na

visão marxiana, esta consciência de classe não é algo essencialmente que se forma simplesmente por um processo de raciocínio. Para Marx, a consciência de classe se gesta na vida e na luta para transformar as condições de vida. Segundo Aron, Marx acreditava que o homem é uma construção sócio-histórica que condiciona a sua consciência:

“Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas ao contrário, é sua existência social que determina a sua consciência. A humanidade nunca se propõe tarefas que não possa realizar.”<sup>45</sup> (Ibid., 1997: 104)

Essa óptica marxista declara a importância da conscientização da classe proletária para a transformação da sociedade capitalista. Nesse momento, a ação social revolucionária consciente explicita algumas mudanças a serem feitas nas bases do sistema produtivo, como, por exemplo, a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Isso, portanto, reflete a expressão duma insatisfação com a dinâmica dos processos capitalistas. Assim, o ensejo do proletariado de transformar o seu tempo denuncia a injustiça, a indignidade das relações humanas e a ausência da democracia plena nas sociedades contemporâneas.

O lucro é o fim último do sistema capitalista. Sendo assim, a propriedade privada é o alicerce das estruturas e infra-estruturas deste sistema, onde a economia-política é contrária à justiça social. O empresário é o administrador da rentabilidade da produção, no uso dos processos adequados à produção do excedente, a fim de garantir seu lucro. Assim como o trabalhador, o empresário é alienado porque serve aos interesses do mercado, direcionando a economia mundial em favor dos monopólios econômicos e financeiros do capital. Por sua vez, este capital torna viva a esperança do capitalista e garante a sua subsistência histórica, apesar das crises freqüentes que assolam as estruturas de mercado.

Contudo, é a concorrência que irá ditar o ritmo do capitalismo em sua prática histórica, na formulação de seu caráter típico de empreendedor de mudanças estruturais. Segundo a visão de Karl Marx, no discurso de Aron:

“O caráter concorrencial anárquico do mecanismo capitalista e a necessidade de circulação do capital criam uma possibilidade permanente de hiato entre a produção e a repartição do poder de compra. O que equivale a dizer que, é da natureza de uma economia anárquica comportar crises.”<sup>46</sup> (Ibid., 1997: 150)

A dinâmica da problemática das relações de trabalho assalariado, discutindo essa economia anárquica, vem alertar também sobre o problema da redução e a estagnação salarial. As discussões salariais constituem o problema essencial das relações humanas dentro da política capitalista, pois mexe com a faixa de lucro rentável para o empreendimento financeiro. Dessa forma, a mão-de-obra mais barata promove uma margem maior de lucro rentável para investimentos, porque não mexe muito no lucro total obtido pelo trabalho excedente. Portanto, aumentar mais a produção e alargar o mercado consumidor é garantir a formação de monopólios. A concorrência garantirá os mais aptos a suportar as transformações e as inovações tecnológicas em favor da política monopolista internacional. Então, aumentar os salários é favorecer à formação de capital sem disponibilidade de poder de investimento significativo aos interesses do capital. Ora, o problema do trabalho assalariado gira também para outro rumo favorável a sua existência. Segundo Aron, ao observar a posição marxista frente aos efeitos da relação capital/trabalho, revela o seguinte:

“O que impede a elevação dos salários é o excedente permanente de mão-de-obra não empregada, que pesa sobre o mercado de trabalho e modifica as relações de troca entre capitalistas e assalariados, em detrimento dos operários. A permanente mecanização da produção tende a liberar uma parte dos operários empregados. O exército de reserva e a própria expressão do mecanismo de realização do progresso técnico-econômico do

capitalismo. É ele que pesa sobre o nível dos salários, impedindo-o de subir.”<sup>47</sup> (Ibid., 1997: 155)

Nesse contexto, considerando a divisão social do trabalho, Karl Marx verifica a possibilidade de mudança das exigências qualificativas sobre o trabalhador para atender as mudanças no mercado capitalista. O trabalhador deve buscar formas de realizar-se pessoal e profissionalmente na sociedade, a fim de que seu potencial humano favoreça a edificação de sua dignidade. A rigor, o homem deve produzir para todos e não só para si. Segundo Aron, Marx deduz a existência do homem total em oposição ao homem especializado, na seguinte discussão:

“O homem total é o que não é mutilado pela divisão do trabalho. Para Marx (...) o homem da sociedade industrial moderna é (...) um homem especializado. Adquiriu uma formação específica, para exercer uma profissão particular. Permanece encerrado a maior parte de sua vida nessa atividade setorial, deixando de utilizar muitas aptidões e faculdades que poderiam se desenvolver. Nessa linha, o homem total seria aquele que não fosse especializado. Alguns textos de Marx sugerem uma formação politécnica, onde todos os indivíduos fossem preparados para o maior número possível de profissões. Com tal formação, não estariam condenados a fazer a mesma coisa, de manhã à noite. Se o significado do homem total é o homem não amputado de algumas das suas aptidões pelas exigências da divisão do trabalho, esta noção é um protesto contra as condições impostas aos indivíduos pela sociedade industrial, protesto ao mesmo tempo inteligível e simpático. Efetivamente, a divisão do trabalho tem como resultado fazer com que a maioria dos indivíduos não realize tudo aquilo de que são capazes. O homem total não seria o homem capaz de fazer tudo, mas aquele que realiza autenticamente sua humanidade, que exerce as atividades que definem o homem”<sup>48</sup> (Ibid., 1997: 160-161).

Ademais, como sugere Marx, o trabalho deve ser humanizado para que o homem não perca de vista a essência fundamental de trabalhar para suprir suas necessidades humanas. Devido a isso, o trabalhador deve evitar a alienação econômica mantida pelo poder político do capitalismo, evitando

perder-se na coletividade inconsciente de sua força modificadora. A alienação econômica atinge diretamente o *self* (eu) do trabalhador, fazendo-o recuar na dinâmica social, marginalizando-o diante da realidade e deslocando-o de sua conscientização fundamental a respeito de sua competência como homem sócio-histórico, capaz de modificar seu tempo e, ao mesmo tempo, transcendê-lo.

Ora, o trabalho é essencialmente humano, porém a alienação econômica desvirtua e desencoraja a atividade do trabalhador, impondo condutas estranhas frente à sua própria humanidade. Assim, a propriedade privada e a anarquia do mercado são tipos de alienação econômica que agem diretamente sobre os interesses das classes em conflito. Todavia, a análise da economia capitalista era a análise da alienação dos indivíduos e das coletividades que se distanciavam do controle de sua própria existência, em um sistema determinado e subordinado pelas leis de mercado. Nem os próprios empresários escapavam da alienação.

“Os empresários também são alienados, pois a finalidade das mercadorias de que dispõem não é atender as necessidades realmente sentidas pelos outros, mas são levadas ao mercado para obter lucro. O empresário se torna escravo de um mercado imprevisível, sujeito aos azares da concorrência. Explora os assalariados, mas nem por isso ele é humanizado no seu trabalho, pelo contrário, aliena-se em benefício de um mecanismo anônimo.”<sup>49</sup> (Ibid., 1997:162)

É necessário que os homens gozem sua humanidade na realização de todas as suas aptidões, porque é necessário exercer e expressar a grandeza da humanidade no trabalho. A associação dos trabalhadores tornaria isto possível, porque “o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”<sup>48</sup> (REALE, 1991: 203).

O trabalho, por seu turno, é externo ao homem e por este fato é alheio a si mesmo. Então, o trabalho não constitui uma satisfação de suas necessidades, mas é um meio para satisfazer necessidades estranhas. Nesse caso, o operário se torna tanto mais pobre quanto maior for a riqueza que produz, quanto mais a sua produção aumenta em potência e tamanho. O operário é o objeto e não o sujeito de suas ações produtivas dentro da dinâmica capitalista. Isso o define por dentro, destruindo a sua auto-estima como algo fundamental para sua sobrevivência na sociedade.

Sem demora, a análise da problemática do trabalho assalariado erguida pelo marxismo, enfatizava a criação da autogestão como uma alternativa política participativa. E foi ligada à Comuna de Paris que a autogestão desenvolveu seus primeiros passos dentro de uma teorização marxista.

“Ligada à autogestão, a comuna marca profundamente inúmeras propostas comunitárias e tem seu ponto de referência maior na teorização marxista sobre o assunto. Formula uma proposta política altamente participativa, dentro da perspectiva federativa da nação, na qual o comando de Paris se alimentaria da capacidade de participação das comunas menores dispersas pelo país.”<sup>49</sup> (DEMO, Op. cit., 1987: 146)

De fato, a Comuna de Paris (1871) evidenciou as propostas em prol da formação de associações de trabalhadores em uma investida revolucionária na busca da justiça social. Foi uma tentativa dos diversos setores do operariado para controlar os negócios públicos, onde a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Federação das Câmaras Sindicais e o Conselho Geral da Comuna de Paris — agindo em unidade — contribuíram para a revolução e a implantação das comunas. Na realidade, esse movimento tornou-se real devido a concentração cada vez maior dos trabalhadores nas grandes empresas, promovendo impulsos e tenacidades necessários para a

formação de movimentos sindicais fortes e organizados. A liderança das massas fôra fundamental para a sua conscientização e à indução da revolução. A organização política da classe proletária agigantava-se e ameaçava a formação sociopolítica da burguesia industrializada européia, pondo-a em pânico. Assim, a organização popular através de comunas refletiva o desejo do trabalhador em participar e dirigir a sociedade, como sujeito sócio-histórico.

“Dirigir a nova sociedade ficava a cargo do ‘povo organizado em comunas’, que a essência do novo poder era ‘um governo do povo pelo próprio povo’. É sabido que estas idéias lhe foram sugeridas pela vida, pela heróica experiência dos ‘communards’ de Paris.”<sup>50</sup>  
(Artigos & Discursos, 1983: 25)

Contudo, as divergências ideológicas entre partidos trabalhistas, em seu caráter político, impossibilitaram a efetividade permanente das comunas, pois, à medida que os antagonismos de grupos tornaram-se mais freqüentes mais o movimento comunal se distanciava de uma possibilidade prática aceitável para as estruturas sociais do contexto histórico. Cada partido tentava exercer sua supremacia sobre os outros. Não existia uma síntese política capaz de argumentar a manutenção do caráter democrático do movimento comunal. Então, a ruína da Comuna de Paris foi puramente as divergências partidárias de cunho político-administrativo, porque o conceito de poder coletivo ainda não transcendera a ideologia capitalista individualista, modificando e ferindo os fundamentos do movimento comunal: a igualdade e a justiça social para todos. Oportunamente, Raymundo Campos explicita da seguinte forma as intrigas entre os partidos trabalhistas:

“O governo da Comuna de Paris foi formado por uma aliança de partidos populares: socialista utópicos e científicos, anarquistas e jacobinos. Essa diversidade de posições políticas impediu a formulação de um programa político conseqüente e os comunidos

formação de movimentos sindicais fortes e organizados. A liderança das massas fôra fundamental para a sua conscientização e à indução da revolução. A organização política da classe proletária agigantava-se e ameaçava a formação sociopolítica da burguesia industrializada européia, pondo-a em pânico. Assim, a organização popular através de comunas refletiva o desejo do trabalhador em participar e dirigir a sociedade, como sujeito sócio-histórico.

“Dirigir a nova sociedade ficava a cargo do ‘povo organizado em comunas’, que a essência do novo poder era ‘um governo do povo pelo próprio povo’. É sabido que estas idéias lhe foram sugeridas pela vida, pela heróica experiência dos ‘communards’ de Paris.”<sup>50</sup>  
(Artigos & Discursos, 1983: 25)

Contudo, as divergências ideológicas entre partidos trabalhistas, em seu caráter político, impossibilitaram a efetividade permanente das comunas, pois, à medida que os antagonismos de grupos tornaram-se mais freqüentes mais o movimento comunal se distanciava de uma possibilidade prática aceitável para as estruturas sociais do contexto histórico. Cada partido tentava exercer sua supremacia sobre os outros. Não existia uma síntese política capaz de argumentar a manutenção do caráter democrático do movimento comunal. Então, a ruína da Comuna de Paris foi puramente as divergências partidárias de cunho político-administrativo, porque o conceito de poder coletivo ainda não transcendera a ideologia capitalista individualista, modificando e ferindo os fundamentos do movimento comunal: a igualdade e a justiça social para todos. Oportunamente, Raymundo Campos explicita da seguinte forma as intrigas entre os partidos trabalhistas:

“O governo da Comuna de Paris foi formado por uma aliança de partidos populares: socialista utópicos e científicos, anarquistas e jacobinos. Essa diversidade de posições políticas impediu a formulação de um programa político conseqüente e os comunadados

perderam tempo precioso com longas discussões de reduzido alcance prático.”<sup>51</sup> (CAMPOS, Op. cit., 1988: 218-219)

A rigor, a Comuna de Paris foi considerada por Marx como o primeiro movimento de massa capaz de implantar um Estado da classe operária. Em seu contexto, constituiu uma possibilidade de maior expressão que daria ao proletariado o controle político de Paris, apesar do curto período de tempo em sua atividade prática. Karl Marx acreditava que a teoria deveria ser inseparavelmente unida à prática para o sucesso do movimento proletário.

Ademais, Marx almejava que o comunismo atendesse as necessidades dos trabalhadores, a fim de a legitimação do pensamento comunista fosse possível e capaz de modificar as estruturas sociais que, conseqüentemente, atingiriam a sociedade. Sem dúvida, mobilizar os trabalhadores é conscientizá-los de sua fundamental importância histórica; é evitar os fetiches que tornam anacrônicas todas e quaisquer ações democráticas no trabalho humano: distanciando-se das necessidades artificiais promovidas pela alienação do trabalho e aproximando-se do trabalho livre de opressão capitalista. É comunista, portanto, a sociedade que tornar possível as relações de produção humanizadas, onde o trabalhador se sinta capaz de transcender os problemas sociais de seu tempo, alcançando sua dignidade devida. Por isso, a administração democrática que o comunismo propunha referia-se à autogestão, onde o trabalhador participaria das bases administrativas em sua forma homogeneizada, contrapondo-se à heterogeneidade da administração capitalista. O sistema comunista representaria a liberdade do operário frente às dicotomias do capitalista.

O capitalismo é imprevisível na construção da História, como um sistema que impossibilita o bem-estar coletivo, pois cria a alienação do

trabalho à manutenção das relações de exploração para a produção da mais-valia.

Então, qual é o fato importante do sistema socialista para a formação de uma autogestão adequada às necessidades humanas?

“É o facto de este sistema funcionar e se aperfeiçoar encontrando novas formas e métodos no desenvolvimento do democratismo, na ampliação dos direitos e das possibilidades administrativas do operariado na produção e em toda prática sociopolítica (...) É este a autêntica autogestão socialista do povo...”<sup>52</sup> (Artigos e Discursos, Op. cit., 1983: 26)

A teoria marxista autogestionária incentivou a organização de várias associações de trabalhadores na História, a fim de que estes encontrassem uma forma mais digna de exercer sua humanidade possível. Então, essa possibilidade trouxe o modelo de planificação econômica e administrativa iugoslavo como prática realizável exemplar. A autogestão tornou-se a base desse modelo iugoslavo, onde se manifestou mais adequado e mais democrático ao trabalhador. Tudo ocorreu para fazer uma tentativa de extinguir o Estado e suas forças coercivas que desarticulam a consciência dos trabalhadores organizados. Nesse sentido, legitimar a ação revolucionária através de uma implantação planejada das formas econômicas e administrativas de gerir as empresas (indústrias) é fundamental para o sucesso teórico da ideologia marxista em sua práxis.

Após a Segunda Guerra Mundial (século XX), adotou-se o sistema socialista de Estado em variadas economias e administrações submissas à influência da antiga União Soviética. E com a Iugoslávia não foi diferente. A descentralização dos processos de gestão administrativa e a implantação da coletivização dos meios de produção aconteceram na Iugoslávia de uma forma mais destacada. A partir de 1950:

“O modelo iugoslavo caracterizou-se pelos princípios da descentralização e da autogestão. Ambos tendentes a afastar o Estado da direção central da atividade econômica. Desestimulando a planificação global, o Governo iugoslavo desencadeou, particularmente na década de 60, um processo de derretimento do Estado, com a nítida intenção de construir uma economia competitiva de mercado, embora conservando a característica fundamental das economias socialistas: a propriedade coletiva dos meios de produção. (...) o alvo das mudanças era a construção de uma espécie de capitalismo sem acionistas individuais.”<sup>53</sup> (ROSSETI, 1984: 325-326)

Sem demora, o Estado incentivou os trabalhadores a exercerem a gestão das unidades de produção, da seguinte forma:

“Passaram a ser controladas por comitês de administração eleitos por conselhos sociais constituídos por um terço dos trabalhadores de cada empresa. Os comitês administrativos, como órgãos de *autogestão empresarial*, deixariam de receber da Central de Planificação os objetivos a cumprir. Estabeleceria o Estado apenas as metas vitais da economia...”<sup>54</sup> (Ibid., 1984: 326)

Dessa forma, o Estado Iugoslavo detém somente o poder de regular e coordenar o crescimento econômico, observando cuidadosamente os níveis de acumulação e de investimento; e condicionando as aplicações de capital nos setores fundamentais para manter o sistema em vigor. Segundo Rosseti:

“As empresas, embora de propriedade estatal-coletiva, têm autonomia para decisões administrativas, técnicas, de produção e de canalização dos resultados obtidos. Estes são redistribuídos aos trabalhadores ou então destinados aos diversos fundos de reinvestimento das empresas. A decisão referente às parcelas para cada uma dessas duas finalidades é privativa dos comitês administrativos. O Estado detém poderes apenas fiscalistas, apropriando-se de uma taxa-padrão incidente sobre os resultados brutos apurados. Essa taxa, afinal, retorna para o próprio sistema empresarial, por ser a base da constituição dos fundos estatais de investimentos básicos.”<sup>55</sup> (Ibidem)

Esse afastamento do Estado iugoslavo do modelo ideal atinge todas as dimensões da economia e da administração planificadas, onde há o incentivo à implantação de propriedades privadas que concorreriam economicamente com as empresas estatais-coletivizadas, admitindo-se com o Plano Qüinqüenal de 1961- 1965 a propriedade privada rural. Dessa forma, na óptica de Rosseti:

“As fazendas estatais ocupam cerca de 15% da área cultivável. Os restantes 85% são constituídos por uma estrutura minifundiária privada, cuja área média está em torno de 5 hectares. Desses minifúndios provêm por volta de 70% da produção agrícola da economia.” <sup>56</sup> (Ibidem)

Assim agindo o Estado Iugoslavo, as estruturas de mercado coexistem com dois tipos de sistemas econômicos antagônicos, favorecendo a desintegração gradual do sistema mais prejudicado e menos competitivo: o autogestionário. Na realidade, o modelo iugoslavo de autogestão necessitava de uma estabilidade econômica à estrutura das relações de produção, com o apoio e a determinação do Estado em manter a coletivização econômica e administrativa in loco. Havia uma indefinição e uma deficiência nas relações produtivas, onde podia se notar uma maior eficiência dos minifúndios privados maximizando seu poder produtivo. Por sua vez, o sistema socialista foi parcial e equivocado em sua prática teórica no modelo iugoslavo.

Como uma contradição da economia iugoslava, o Estado incentivava as pequenas empresas privadas a evoluírem economicamente, afetando a economia e administração iugoslava, desintegrando o campo econômico coletivista e o amadurecimento sócio-histórico das empresas autogeridas. Então, seria necessário um incentivo as reformas das estruturas administrativas e econômicas do Estado, a fim de que todos os fatores fundamentais à existência da autogestão fossem possíveis de se manterem

como fenômeno único na economia iugoslava. A rigor, até o meio urbano sofreu as conseqüências da concorrência direta das empresas privadas na economia e na formação de riquezas plausíveis à coletividade. Como disse Rosseti:

“E no próprio meio urbano, ao lado das empresas estatais-coletivas, cujos recursos são administrados com base no sistema de autogestão, subsiste a pequena empresa de propriedade privada. É livre a iniciativa de estabelecimentos, que empreguem um máximo de 5 trabalhadores [ademais, aí está a flexibilidade e a ação liberal do modelo iugoslavo pregado pelo Estado].”<sup>57</sup> (Ibid., 1984: 326-327)

Em suma, a respeito do modelo iugoslavo, podemos afirmar que seu insucesso foi devido ao não amadurecimento da administração econômica do Estado, que tentava omitir as falhas do sistema tolerando a existência de empresas privadas. Mesmo assim, a dicotomia não demorou muito a se manifestar como fatalidade para o modelo autogestionário iugoslavo que, por seu turno, beneficiaria o trabalhador em suas necessidades sociais. O setor privado da economia mostrou-se mais dinâmico, devido aos incentivos do Estado à sua existência como microfenômeno do capitalismo dentro do macrossistema socialista em vigor. Isso desarticulou toda uma estrutura voltada para o trabalho coletivo que necessitava de um regime econômico-político coeso com os ideais socialistas práticos. Sem demora, o Estado se afastou das proposições marxistas que possibilitavam o crescimento econômico e administrativo do capital para o trabalhador. O Estado iugoslavo preferiu então centralizar seus investimentos mais significativos na microeconomia privada, pois acreditava que essa estratégia iria dinamizar e consolidar a economia nacional. Na óptica de Rosseti, a ação do Estado no mercado concorrencial entre empresas autogeridas e heterogeridas deu-se da seguinte forma:

“A coexistência dessa estrutura de propriedade e de gestão com o modelo do socialismo de Estado é assegurado pelo estreito regime de consultas e de informações entre os vários escalões do sistema. Evidentemente, há desencontros técnicos e mesmo de diretrizes. Constatando-se sua ocorrência, o Estado assume a posição de um *centro de regulação*. Afasta-se, entretanto, após a correção do desvio. E mantém-se na posição de um organismo destinado a assegurar o equilíbrio global, a dirigir os rumos de seu crescimento e a decidir sobre a estrutura da oferta global. As empresas receberam um grau de autonomia que as aproxima de um regime competitivo de mercado. Suas decisões são adotadas a partir das indicações do mercado. Apenas em casos especiais o Estado estabelece preços. Mas mesmo estes últimos são preponderantemente fixados a partir dos mecanismos e das forças da oferta e da procura.”<sup>58</sup> (Ibid., 1984: 327)

Dessa forma, o Estado iugoslavo dentro do sistema socialista (século XX) preocupava-se somente em centralizar as metas vitais da economia e a corrigir os desvios em relação às diretrizes e aos modelos do Plano para o Desenvolvimento Nacional. O socialismo foi unilateral e fictício em sua práxis. Houve uma tentativa de aplicar radicalmente o modelo real ao ideal sem considerar a problemática entre a relação teoria e prática, vivenciando uma política mista de incentivo à propriedade privada e à manutenção de uma pseudoautogestão empresarial. No fundo, a base do mercado iugoslavo foi gradativamente privada.

Contudo, o fracasso da autogestão empresarial nos diversos países (no século XIX e meados do século XX) deve-se a problemática relação dialética entre a teoria e a prática, além da inadequação desse sistema às particularidades dos fatos sociopolíticos, econômicos e históricos de cada nação. Ora, o processo prático do vir-a-ser não deve ser imposto pela defesa dos interesses dos grupos de pressão que determinam a ordem sócio-econômica e, muito menos, pelo planejamento político prático radical. Esse processo prático deve ser sugerido pelas transformações sócio-econômicas e,

principalmente, políticas, pois haveria uma obediência à verdadeira ordem natural dos fatos sócio-históricos

Mas, o que significa este processo dialético prático para que uma autogestão atenda as necessidades humanas evitando-se, assim, as falhas teóricas e práticas passadas?

“Significa que não podemos calcular *a priori* o que uma coisa deveria ser ou o que deverá ser. Podemos apenas influenciar o curso geral do processo de vir-a-ser. Não compete ao pensamento político erigir um esquema absoluto do que deve ser. A teoria (...) é uma função do processo de vir-a-ser. A relação dialética entre a teoria e a prática consiste no fato de que, antes de mais nada, a teoria, ao surgir de um impulso definitivamente social, clarifica a situação. E no processo de clarificação a realidade passa por uma mudança. Penetramos assim em uma nova situação de que uma nova teoria.”<sup>59</sup> (MANNHEIN, 1976: 152)

E quando ocorre o surgimento de teorias e orientações plausíveis ao contexto sócio-histórico a que se inserem?

“Apenas quando as (...) situações estruturais mudam e são substituídas gradativamente por outras é que surge a necessidade de novas teorias e novas orientações.”<sup>60</sup> (Ibid., 1976: 200)

A principal falha da tentativa de uma autogestão em favor da classe proletária na história foi a tentativa de uma aceleração do processo revolucionário sem uma organização do pensamento político ideológico — sem a fortaleza necessária para o atendimento das necessidades dos trabalhadores organizados, por sua vez, como um partido político no desejo de Karl Marx —, radicalizando assim as transformações das bases estruturais sócio-econômica e políticas sem que houvesse um pleno amadurecimento satisfatório das forças produtivas. Então, podemos relatar que o marxismo centralizava sua atenção na história fundamental da esfera da economia-política.

Portanto, a autogestão empresarial não obteve sucesso nos séculos anteriores e princípio do século XX, por não haver organização da consciência política para o amadurecimento dos ideais proletários e burgueses; por não ter havido o esgotamento das forças produtivas da economia local; e por não conceber as lutas de classes em seu tempo histórico. A revolução dever-se-ia acontecer de uma forma gradativa e coerente com a realidade das transformações sociais exigidas pela História, na promoção de uma gestão empresarial, capaz de respeitar a humanidade do trabalhador. Tudo isso, revela a importância da constituição de uma nova administração empresarial, mais convincente com as necessidades do trabalhador, tomando como referência a busca pela justiça social. Eis, então, o que pensamos ser a posição marxista a respeito da problemática do trabalho assalariado em favor da autogestão empresarial. Resta-nos agora avaliar as contribuições teórico-históricas da Igreja Católica para o desenvolvimento do significado da autogestão, como alternativa em construção.

### **1.3. A posição da Igreja Católica**

A questão do trabalho humano é tipicamente a essência da doutrina social da Igreja Católica, cuja ação se restringe à justiça social para o feliz desenvolvimento da liberdade do homem, enquanto dotado de razão para administrá-la dignamente — segundo suas necessidades em evidência. Nesse sentido, em sua encíclica, João Paulo II diz:

“Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, principalmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. E no contexto de tal ‘questão’, o problema do trabalho foi objeto de uma contínua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.”<sup>61</sup> (PAULO II, 1982: 13)

O programa social da Igreja almeja a transcendência do homem sobre sua principal problemática: a crise do trabalho no século XX. O trabalho é entendido como uma questão social fundamental à sobrevivência do homem, cuja dignidade consiste em usufruir dos resultados satisfatórios de seu esforço contínuo.<sup>62</sup> O trabalho é a contribuição para a construção de uma auto-estima (self) e do bem-estar louváveis às faculdades de sua própria humanidade. Então, por que o trabalho humano é tão importante para a Igreja Católica?

“...o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução — ou melhor, a gradual solução — da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de ‘tornar a vida humana mais humana’, então por isso mesmo a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva.”<sup>63</sup>  
(PAULO II, João. Op. cit., 1982: 14)

Ademais, a problemática do trabalho assalariado também é entendida pela Igreja Católica como originária na dicotomia entre trabalho/capital, cujas conseqüências delineavam o aparecimento dos conflitos de classe. Contudo, a realidade capitalista faz desenvolver fenômenos que são antagônicos ao bem-estar da humanidade, na promoção de conflitos externos e, principalmente, internos no homem. Neste caso, os conflitos externos se referem à impossibilidade de um livre desenvolvimento dos fatores materiais que se comprometam com o preenchimento das necessidades mais básicas do ser humano. Por sua vez, os conflitos internos abrigam os bloqueios psíquicos que não favorecem à inter-relação dos indivíduos para uma correta interação social destes em favor do bem-estar. Assim, a evolução tecnológica pode tanto libertar os homens das dificuldades de seu tempo, como também pode aprisioná-los como escravos do próprio sistema capitalista. Então, como isso é possível?

<sup>62</sup> Vide passagem bíblica Ecle 3, 12-13 para uma melhor compreensão sobre a expressão referida.

“Quando a mecanização do trabalho ‘suplanta’ o mesmo homem, tirando-lhe o gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e para a responsabilidade; igualmente, quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o homem a ser escravo da mesma.”<sup>64</sup>  
(Ibid., 1982: 20)

Então, o firme propósito da Igreja Católica é valorizar a humanização do trabalho relacionada com a liberdade para o cumprimento da dignidade humana, no desenvolvimento de sua subjetividade própria. Sobre a humanização do trabalho, nos diz Paulo II:

“As fontes da dignidade do trabalho devem ser procuradas sobretudo não na sua dimensão objetiva, mas sim na sua dimensão subjetiva. Isto quer dizer somente que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, o seu sujeito. E relacionar-se com isto é imediatamente uma conclusão muito importante de natureza ética: embora seja verdade que o homem está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada, o trabalho é ‘para o homem’ e não o homem ‘para o trabalho’. E por esta conclusão se chega a reconhecer justamente a preeminência de significado subjetivo do trabalho sobre o seu significado objetivo”.<sup>65</sup>  
(Ibid., 1982: 23-24)

Desta forma, a Igreja Católica deseja que o homem se torne o sujeito de seu tempo e capaz de transcender as dificuldades do seu cotidiano, exercendo livremente a sua subjetividade distante da opressão.<sup>66</sup>

Além do mais, a Igreja Católica, como saída plausível para o exercício de subjetividade humana no trabalho, propõe a vivência consciente da solidariedade dentre os homens. Na perspectiva de uma organização participativa da classe trabalhadora em associações e na gestão de empresas.

“Desde então, a solidariedade dos homens do trabalho e, simultaneamente, uma tomada de consciência mais clara e mais compromissária pelo que respeita aos direitos dos trabalhadores da parte dos outros, produziu em muitos casos de mudanças profundas. Foram excitados diversos sistemas novos. Desenvolveram-se diversas formas de neocapitalismo ou de

<sup>66</sup> Vide passagem bíblica **Mc** 2, 27-28 para uma melhor compreensão sobre a expressão referida.

coletivismo. E, não raro, os homens do trabalho passam a ter a possibilidade de participar e participam efetivamente e no controle da produtividade das empresas. Por meio de associações apropriadas, eles passam a ter influência no que respeita às condições de trabalho e de remuneração, bem como quanto à legislação social”.<sup>67</sup> (PAULO II, Op. cit., 1982: 29-30)

Sem dúvida, a Igreja Católica declara que é importante a solidariedade no trabalho, como forma de humanização da atividade pela justiça social. Então, qual é a causa social que a Igreja defende em favor do trabalho humanizado? E por que?

“Assim, é necessário prosseguir interrogando-se sobre o sujeito do trabalho e sobre as condições da sua existência. Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo (...) é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo...”<sup>68</sup> (Ibid., 1982: 31)

A solidariedade dentre os homens é um fundamento significativo para o exercício da consciência coletiva da moral católica.<sup>69</sup> A ação social da Igreja Católica necessita desta unidade solidária para que seja possível a sua concretização prática e ideológica na sociedade contemporânea.

Desta forma, como um princípio fundamental de sua ação social, a Igreja Católica prega a prioridade do trabalho humano frente ao capital para uma melhor inserção do homem na sociedade, na promoção de seu bem-estar.

“Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto que o ‘capital’, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa

<sup>69</sup> Vide passagem bíblica At 2, 44 para uma melhor compreensão sobre a expressão referida.

instrumental. Este princípio é uma verdade evidente que resulta de toda a experiência histórica do homem.”<sup>70</sup> (Ibid., 1982: 42)

Ademais, há uma oposição considerável da Igreja Católica em relação aos fenômenos do determinismo sócio-econômico, ideológico e cultural do capitalismo sobre os indivíduos, pois o capitalismo impõe formas de costumes universais que degradam a dignidade humana. Sobre a Indústria de Massa, a Igreja alerta para o perigo do esfacelamento da ética e da moral, com o objetivo de alcançar fins lucrativos que mantenham o sistema capitalista sempre operante, apesar das crises tão freqüentes que assolam suas estruturas econômicas. “Por seu turno, a Igreja desabafa sua ira anticapitalista, contra a exploração sócio-econômica que promove a miséria e a exclusão social dos indivíduos, apoiando a formação e a ação de grupos solidários a sua ideologia sócio-religiosa, à medida que possuam como meta a construção da justiça social. Nesse sentido, no fim do século XIX, Leão XIII denuncia os ditames do capitalismo ao fazer a seguinte crítica:

“O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços.”<sup>71</sup> (LEÃO XIII, 1999: 23)

Indiscutivelmente, o trabalhador deve libertar-se de sua condição de instrumento do capital, buscando realizar-se em seu trabalho. A rigor, a ação social da Igreja Católica é uma tentativa contra o acirramento radical da exclusão dos trabalhadores da sociedade e a desvalorização da realidade das necessidades humanas. Essa crítica ocorre devido ao salário ser menos importante que o lucro na sociedade contemporânea. Para a Igreja, a vida humana é mais importante que os interesses do capital.

A questão do salário é outra pedra angular nos conflitos dentre classes sociais, pois no capitalismo a realidade social do trabalhador depende profundamente das questões salariais que, por sua vez, determinam a forma

de vida de cada um dos trabalhadores. Consciente disso, a Igreja Católica exprime que o salário deve refletir a dignidade do ser humano, pois deve ser entendido como um meio material capaz de amenizar o sofrimento humano em suas necessidades. Então, o trabalho é o fundamental para que a família exista como célula da sociedade. Assim sendo, o salário deve ser um meio que proponha a estabilidade, a segurança e o justo sustento dos trabalhadores.

E quando a relação entre trabalho/salário não colabora para a edificação das dimensões humanas, fica difícil a humanidade viver a sua espiritualidade. Ora, enquanto o homem vive o seu bem-estar social sua realidade espiritual faz mais sentido. Aqui a subjetividade do indivíduo é considerada como algo importante para o seu desenvolvimento intelectual, espiritual e material. Mas, quando as relações de trabalho assalariado no capitalismo impedem a edificação da dignidade humana, fica clara a insatisfação dos trabalhadores com sua forma de vida, bem limitada ao cotidiano enfadonho. Sabendo disso, olhando para a condição da classe operária de 1891, disse Leão XIII:

“O salário deve ser suficiente ao sustento de quem trabalha e da família de que é responsável. Quando o salário é como o exige a justiça natural, o operário acumular economias, com as quais constitui uma propriedade, e com a propriedade eleva-se socialmente, de modo a aproximar-se da classe remediada e assim reduzir as distâncias que hoje [15 de maio de 1891] constituem o perigo da luta de classe.”<sup>72</sup> (Ibid., 1999: 8)

As lutas de classe só trazem sofrimento para os oprimidos e excluídos, ampliando ainda mais a miséria social, bem como seus efeitos na sociedade, como: a fome, a criminalidade, a prostituição, a violência, a marginalidade, o desemprego etc. Sendo assim, a ação social da Igreja Católica comunica sua insatisfação com as relações humanas individualistas,

criticando os responsáveis pela crise social.<sup>73</sup> Segundo a “doutrina social da Igreja Católica”, o Estado deve possibilitar o surgimento dos meios eficazes que colaboram para a realização social do homem, como cidadão e trabalhador. Ademais, Leão XIII enfatiza a importância do Estado em patrocinar o bem-estar da classe trabalhadora, com o intuito de desenvolver as relações humanas para o fortalecimento do interesse comum. Da seguinte forma:

“...o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssima a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerência; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum. E é evidente que, quanto mais se multiplicarem as vantagens dessa ação de ordem geral, tanto menos necessidade haverá de recorrer a outros expedientes para melhorar a condição dos trabalhadores.”<sup>74</sup> (LEÃO XIII, Op. cit., 1999: 34)

Portanto, a discussão realizada neste capítulo atingiu seu objetivo de revelar a construção das concepções teórico-históricas da autogestão para a humanização do trabalho. Sem dúvida, este capítulo possibilitou-nos a realização de outras discussões sobre a experiência autogestionária, ainda neste trabalho. Por isso, agora analisaremos a autogestão no Brasil (1990 – 2001), enquanto alternativa em construção.

---

<sup>73</sup> Vide passagem bíblica Tg 5, 4ss para uma melhor compreensão sobre a expressão referida.

## **CAPÍTULO II**

### **AUTOGESTÃO EMPRESARIAL E HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ALTERNATIVA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL**

#### **2.1. As transformações no mercado de trabalho e a formação da autogestão no Brasil (1990 – 2001)**

O acelerado desenvolvimento da economia brasileira do pós-guerra (1945) até o final da década de setenta ampliou extraordinariamente as oportunidades ocupacionais, assegurando uma expansão do emprego no ritmo do forte crescimento da população ativa urbana. Entretanto, esse dinamismo econômico e de expansão do emprego urbano fez-se acompanhar da ampliação de desigualdades e da concentração de renda.

A constituição do mercado de trabalho no Brasil fez parte do processo de industrialização. As características de industrialização brasileira forjando o modelo de desenvolvimento do país e a conformação do nosso

mercado de trabalho. Dentre os principais efeitos deste modelo, cabe destacar: um forte movimento de migração populacional das cidades do interior e do meio rural para os grandes centros urbanos; a constituição de pólos habitacionais associados à expansão da periferia marginalizada; e a formação de ciclos de crescimento populacional desigual, não planejado, pois uma marca fundamental do desenvolvimento brasileiro é a heterogeneidade.

A industrialização trouxe, juntamente com a constituição do mercado de trabalho, um processo de institucionalização das relações trabalhistas, dando corpo a um determinado padrão de contratação e de cobertura dos trabalhadores por uma gama de direitos. Neste processo constituiu-se, então, o chamado modelo de desenvolvimento fordista. A rigor, as características centrais do fordismo eram a produção e o consumo em massa de produtos padronizados, a produção de bens duráveis e o controle rígido da produção. Estas características da produção fordista eram organizadas basicamente através da grande indústria. As condições econômicas e sociais para o estabelecimento deste modelo eram asseguradas pelo Estado através do Welfare-State, na Europa, onde as relações de trabalho eram normalizadas exclusivamente pelas regras do emprego formal. Já no modelo de Estado-desenvolvimentista, típico da América Latina, pretendia-se desenvolver a economia, incentivando a criação de indústrias e serviços voltados para o crescimento interno do Estado. Sobre os dois modelos — resguardadas as especificidades que os caracterizam — o pleno emprego era a meta central das políticas do Bem-Estar Social para o crescimento da economia pós-29. Por seu turno, os países de política desenvolvimentista priorizavam o crescimento industrial frente à parasitária economia agroexportadora. Apesar do desemprego alarmante, o pleno emprego não seria o objetivo principal para o desenvolvimento das relações econômicas e, sim, a indústria nacional para formação de capital interno.

No entanto, os anos 80 foram palco de uma forte crise deste padrão desenvolvimentista construído ao longo das décadas anteriores. Três fatores se somaram na conformação desta crise: a crise fiscal do Estado, a terceira revolução industrial e a globalização. A crise de financiamento do Estado foi o motor do acelerado endividamento e das altas taxas de inflação. A nível mundial, as políticas de ajuste na América Latina e o colapso do Welfare State foram a marca mais evidente. A crise do Estado trouxe consigo uma forte perda do dinamismo econômico.

Com o advento da globalização (década de 80 e 90), nos circuitos da chamada Revolução Industrial Técnico-Científica — a Terceira Revolução Industrial — e a nova conformação dos mercados, os níveis de competitividade foram redefinidos, provocando a desestruturação de vários setores da economia industrial e obrigando as empresas a se reestruturarem com as novas tecnologias de produção e de gestão. Nesse sentido, Alba Carvalho avalia:

“Na raiz de todas essas transformações contemporâneas, enquanto matriz desta ‘nova civilização’, está a revolução técnico-científica, a tão propalada revolução tecnológica. De fato (...) a revolução tecnológica está mudando, de forma decisiva, o modo de viver, de trabalhar, de conviver, de se comunicar e de se relacionar na sociedade em que se vive.”<sup>1</sup> (RIGOTTO, 2001: 14)

Indiscutivelmente, considerando as transformações da Revolução Tecnológica na sociedade contemporânea em que vivemos, o controle rígido e direto da produção é substituído pelo controle flexível dos mercados (controle de informações e marcas) e, muitas empresas multinacionais passam a se organizar em redes. Isso tudo era fundamental à reorganização espacial e econômica da produção e do mercado consumidor, a fim de que a ampliação do capital realizasse a continuidade do capitalismo. A rigor, a Ciência da Computação foi estratégica para o acesso e o controle da informação,

remodelando a concorrência entre empresas por melhores mercados e lucros. Por seu turno, as inovações inventivas promoveram a nova divisão social do trabalho. Segundo a óptica de Hunt e Sherman:

“Em muitos outros setores industriais, os empresários percebem que, aumentando a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzindo os custos de produção, era possível ampliar a sua margem de lucros. Esse período caracterizou-se por uma ‘verdadeira explosão de atividades inventivas...’ ”<sup>2</sup> (HUNT & SHERMAN, 1998: 55)

A característica principal deste modelo é a presença do capital financeiro como base para o processo de acumulação do capital, dentro de uma nova dinâmica, a acumulação rentista. É a dominância do capital financeiro em termos da financeirização da economia. De fato, sob tal dominância financeira, as demais estratégias econômicas — e dentre elas a reestruturação produtiva — estão a ela subordinadas.

Como efeito de um ambiente globalizado, nos ciclos do capital produtivo, a acumulação flexível provocou profundas transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho, gerando o enfraquecimento do poder sindical. No caso brasileiro, esses efeitos caracterizaram a década de 90 no âmbito da experiência do ajuste do país à nova ordem do capital. Inicia-se, a partir desta mesma década, o chamado ajuste brasileiro, através da ampla intervenção do capital financeiro internacional na economia nacional. É um período marcado pelo desregulamento do Estado e pela instabilidade econômica.

Neste cenário de redefinições do capital, verifica-se a vulnerabilização do trabalho, fundado na flexibilização dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, analisa Alba Carvalho:

“A rigor, é uma nova exclusão social que se manifesta na transformação da problemática do emprego, em termos de dois

fenômenos essencialmente imbricados: o desemprego estrutural massivo e a precarização das condições duras e penosas sem proteções e garantias. É a denominada ‘flexibilização dos direitos trabalhistas’, configurando as conquistas sociais como obstáculos à extrema mobilidade do capital no seu afã de competitividade.”<sup>3</sup> (RIGOTTO. Op. cit., 2001: 21)

Hunt e Sherman, adentrando nesta configuração do novo universo dos que vivem do trabalho, avaliam:

“A diminuição da produção de bens de capital obrigaria as indústrias (...) a despedirem trabalhadores, provocando queda do valor global dos salários, o declínio da renda nacional e a retração do mercado consumidor. Em consequência disso, haveria um corte na produção de bens de consumo e demissões em massa de operários nas indústrias (...). os salários e as rendas declinariam ainda mais, agravando a saturação ou o excesso de bens de consumo no mercado. As sucessivas repercussões em ambos os setores culminariam em um colapso econômico.”<sup>4</sup> (HUNT & SHERMAN. Op. cit., 1998: 101)

Neste processo de instituição do modelo de acumulação flexível, o capital concentra-se e exclui uma grande parcela da população do mercado de trabalho. Por outro lado, surgem formas descentralizadas de organização da produção. Trabalhadores que, antes eram subordinados inteiramente a uma determinada rotina de trabalho, têm agora sua atividade subordinada a uma dinâmica de acumulação flexível capitalista. Assim sendo, a vida dos trabalhadores na empresa é regulada por contratos temporários de prestação de serviços. Isso é um exemplo do intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho atual. Como consequência, a moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho.

No Brasil da década de 90, a nova estrutura do mercado de trabalho num contexto de acumulação flexível, começa a ser formada, então, por três grandes categorias de trabalhadores: 1) um núcleo de trabalhadores no

mercado formal articulado, a 2) um grupo de trabalhadores autônomos e a 3) um grande grupo periférico de subcontratados. Por seu turno, a terceira categoria de trabalhadores é, na verdade, um oceano de excluídos que participam, eventualmente, do mercado de trabalho de maneira informal e sob precárias condições de trabalho. Nesta mesma categoria se incluem aqueles organizados pelas chamadas cooperativas de serviço, constituídas pelo empresariado nos circuitos da mundialização do capital, congregando trabalhadores precarizados sob diferentes modalidades.

As sociedades modernas, desde o princípio dos anos 90, estão enfrentando enormes dificuldades em ampliar oportunidades de emprego trabalho e renda. No Brasil, a crise do emprego ganha em complexidade devido ao rápido processo de reestruturação e abertura econômica, promovendo uma acentuada transformação no mercado de trabalho. Esse processo de mudança do mercado de trabalho vem associado à expansão do desemprego estrutural e à precarização do trabalho no âmbito da informalidade, da terceirização, dos contratos temporários, enfim, do trabalho sem proteção e segurança.

Entre 1990 e 2001, a reestruturação produtiva das empresas hoje — fortemente capturadas pelo capital estrangeiro — e a desregulamentação do Estado provocaram uma redução significativa dos empregos estáveis e de tempo integral no Brasil. Assim, cada vez mais, as empresas e o Estado estão priorizando a subcontratação de trabalhadores por tempo limitado e eventual. A estratégia de redução do tamanho da força de trabalho está provocando um grande crescimento de diferentes formas de trabalho.

Nesse momento, os impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro e derivados da reestruturação produtiva da economia estão agregados aos efeitos de quase duas décadas (80/90) de estagnação econômica. A rigor, a

economia do país na década de 80 é fortemente obstruída pelos índices inflacionários e a década de 90, nos processos do ajuste brasileiro, apresenta taxas de crescimento econômico muito aquém do desejável. E, não há perspectivas de melhoras, segundo avaliações e perspectivas apontadas pelos analistas. Em verdade, as propostas e planos que circulam no interior do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) não sinalizam na direção da retomada de um crescimento sustentado e com distribuição de renda e, nem mesmo, de um real crescimento que prescreve a autonomia do país, face o domínio dos detentores do poder neste ciclo de mundialização do capital, particularmente as forças do capital que materializam a hegemonia norte-americana. Ao longo dos anos, as alternativas tradicionais não têm demonstrado resultados satisfatórios: o Proger, o Pronaf, o Seguro Desemprego e o “Avança Brasil”, adotados nos anos 90, têm um alcance deveras limitado em sua eficácia prática.

Indiscutivelmente, as transformações no modelo de desenvolvimento brasileiro, no âmbito dos processos de inserção à nova ordem do capital, estão provocando alterações substanciais no mercado de trabalho. As principais mudanças são: a redução acelerada da participação da indústria e da agricultura na economia nacional; a crescente presença da terceirização no funcionamento do ciclo produtivo; o aumento da informalização precarizada; a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho numa dinâmica de intensa exploração; e a subproletarização. Nesse sentido, o movimento sindical também vem perdendo sua capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora, pois a terceirização, o trabalho informal e o medo do desemprego, promovido pelas intervenções sócio-econômicas do neoliberalismo, evidenciaram o enfraquecimento da força sindical. Então, quais são os reais objetivos da ideologia político-econômica do

neoliberalismo no Brasil? Francisco de Oliveira e José de Paulo Netto fornecem-nos uma fecunda chave analítica:

“Os objetivos são os mesmo (...) Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil. O afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional.”<sup>5</sup> (SADER & GENTILI, 1995: 28, 30)

É importante, aqui, ressaltar o novo perfil da classe trabalhadora brasileira no âmbito das redefinições do universo do trabalho, enfocando dois fenômenos-chave: a emergência de um novo tipo de trabalhador polivalente — extremamente capacitado e especializado — funcional às exigências da economia global; a expansão de um crescente segmento de trabalhadores precarizados que vivenciam o desmoronamento dos direitos trabalhistas. É “o novo e precário mundo do trabalho” no Brasil, no dizer de Giovanni Alves (2000).

Em verdade, a precarização do mundo do trabalho no Brasil advém das propostas econômico-financeiras do neoliberalismo. De fato, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial constituem agentes modificadores das estruturas sócio-econômicas brasileiras. Assim, Atilio Borón e Luís Fernandes, avaliam:

“O problema é que a aplicação das receitas neoliberais de estabilização e de ajuste estrutural tendem precisamente a produzir as condições sociais menos promissoras para que as economias em questão possam sobreviver exitosamente aos imperativos da abertura comercial e da liberalização dos mercados. Em outras palavras, com o catecismo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em suas mãos, nossos governos estão destruindo a educação e a saúde públicas, acentuando as desigualdades sociais, acrescentando a proporção de pobres estruturais e marginais de todo tipo que não podem ser

'reconvertidos' e incorporados criativamente à economia moderna. Mas a incapacidade do neoliberalismo de oferecer uma resposta satisfatória, em termos econômicos, sociais e políticos, é igualmente evidente." <sup>6</sup> (Ibid., 1995: 90, 100)

Os efeitos da "abertura irrestrita" da economia brasileira, com a entrada massiva do capital estrangeiro e o conseqüente aumento do volume de falências empresariais, bem como os processos de reestruturação gerencial de grandes empresas, com a nova organização em rede, estão levando grupos de trabalhadores a buscar formas de organização para assumirem o controle da organização do seu trabalho e dos processos produtivos. A rigor, a acelerada expansão da precarização do trabalho e o aumento estrutural das taxas de desemprego tendem a levar, cada vez mais, os grupos em situação de risco e excluídos do mercado de trabalho a buscarem formas alternativas de sobrevivência. Neste contexto, começam a surgir no Brasil experiências de empresas em regime de autogestão. Isso significa que o crescente desemprego e a insuficiência das políticas de geração de emprego têm levado um segmento de trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho e renda, seja na economia informal. Segundo o IBGE (1997), existiam mais de 12 milhões de trabalhadores no mercado informal, ou em cooperativas de diferentes tipos.

Por causa da magnitude dos efeitos do ajuste estrutural na economia brasileira, a maioria das organizações associativas e cooperativas encontra reais dificuldades de se estabelecer e de se viabilizar a médio prazo. A restrição e/ou fragilização da representatividade dos sindicatos e ausência de políticas sindicais eficazes, para a requalificação dos trabalhadores dentro das novas exigências do mundo do trabalho, agravam a vulnerabilização do trabalho. Ademais, a falta de políticas públicas voltadas para determinadas questões impostas ao mundo do trabalho — a assessoria, acompanhamento, qualificação técnica, apoio jurídico, comercialização e crédito — e a falta de

tecnologias adequadas às pequenas escalas de produção, deixam estes empreendimentos organizados pelos trabalhadores em frágeis condições de concorrência em mercados cada vez mais exigentes.

Adentrando na avaliação das possibilidades de alternativas de trabalho na perspectiva dos interesses dos trabalhadores, cumpre destacar que, no Brasil, a modernização tecnológica e gerencial propiciou o surgimento de novas formas de organização e gestão do trabalho, que vem se efetuando sempre na óptica de favorecer a acumulação do capital. A principal inovação na gestão do trabalho foi a terceirização que, na medida em que repassa atividades de uma empresa para outra, mais especializada, poderia não reduzir, no nível macro, a oferta de emprego. No entanto, a terceirização tem sido praticada com o único objetivo de reduzir os custos de produção, especificamente da mão-de-obra. E, assim, quando implementada para reduzir, por exemplo, o número de funções intermediárias e de chefia, a terceirização requer um menor número de trabalhadores que passam a ser contratados em condições inadequadas de trabalho. Como resultado, a terceirização traz consigo um saldo negativo de “postos de trabalho”, deterioração das condições de trabalho e remunerações mais baixas. Em síntese, a terceirização não teve como objetivo central uma maior focalização e especialização dos operários e, sim, a redução do número de trabalhadores, de impostos e de encargos sociais, ampliando o combate às organizações sindicais. Neste cenário de vulnerabilização do trabalho, críticas devem ser feitas ao unilateralismo político do sindicalismo brasileiro. Afirma José Ricardo Ramalho:

“O sindicato precisa apresentar necessariamente credibilidade e inserção social, resultados concretos de luta. O que vem acontecendo é um somatório de conquistas com uma perspectiva de mudança social e, nesse processo, há uma contradição. ‘Ficar só discutindo todo mês, brigando, fazendo greve para correção de salário... nós não vemos nada de revolucionário nisso. É um

sindicalismo reformista que só fica nos limites de correr atrás da inflação.”<sup>7</sup> (Ibid., 1995: 131)

Em verdade, o novo movimento sindical brasileiro precisa enfrentar, de forma efetiva, o fenômeno sócio-econômico da terceirização que contribuiu para a ampliação de um segmento de trabalhadores autônomos, de assalariados informais, bem como para elevação proporcional do emprego nos pequenos estabelecimentos ou negócios. Assim, a terceirização interferiu efetivamente na configuração de um mercado de trabalho dotado de expressiva diferenciação de acesso à renda, à escolaridade, às questões de cultura e gênero, à mobilidade ocupacional, etc. Enfim, a terceirização vem constituindo um fator de fragmentação de classe trabalhadora. Isso é uma problemática que desafia permanentemente os agentes governamentais, o empresariado e, de modo particular, as entidades sindicais.

É preciso considerar, também, que nesse Brasil do ajuste as transformações capitalistas e suas repercussões no mundo do trabalho são coordenadas por empresários interessados na redução dos seus custos. É a proclamada “redução do custo Brasil”. Neste sentido, o empresariado lança mão de formas tradicionais de organização dos trabalhadores — como as cooperativas — transmutando-as em instrumento de exploração do trabalho. Assim sendo, através da formação de cooperativas de trabalho que não respeitam a autonomia dos trabalhadores e buscam apenas a redução dos encargos sociais, a terceirização está precarizando as relações de trabalho e as cooperativas. Isso mostra a urgência da iniciativa de políticas educacionais, campanhas e denúncias que resgatem os princípios do cooperativismo e da autogestão, buscando a garantia dos direitos dos trabalhadores, a aculturação dos indivíduos na organização do trabalho e a capacitação técnica, a fim de contribuir com a maior democratização e autonomia destas organizações trabalhistas. Segundo o agente da Força Sindical Adalberto Cardoso:

“O trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência das empresas (...) O que ele quer é a participação nos lucros.”<sup>8</sup> (Ibid., 1995: 129-130)

No Brasil em crise, um novo cooperativismo se organiza lutando contra os ditames do capitalismo, onde as empresas capitalistas falidas são agrupadas, reestruturadas e reorganizadas aplicando-se o sistema de autogestão empresarial por intermédio da ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e de Participação Acionária. É uma associação não-governamental. A rigor, o que levou à criação da ANTEAG foram as falências generalizadas de indústrias causadas pela abertura à concorrência internacional, levada a cabo desde o governo de Fernando Collor de Mello (1989 – 1993). Algumas dessas empresas, logo após ou pouco antes de falirem, foram assumidas pelos trabalhadores que tinham a possibilidade de manter a empresa e seus empregos, mesmo que fosse necessário aceitar menores salários e instabilidade, seja pela situação da empresa no mercado, seja pelo próprio despreparo administrativo dos envolvidos. Foi esse o cenário dos primeiros repasses de empresas aos trabalhadores. Sem demora, algumas pessoas ligadas aos sindicatos (CUT) e suas agências de pesquisas (Dieese) resolveram sistematizar uma metodologia que pudesse facilitar a adaptação dos trabalhadores ao novo sistema de trabalho, fazendo prosperar as empresas autogestionárias.

Nesse contexto, criou-se a ANTEAG que promove a prática de modelos autogestionários que contribuam para humanizar o trabalho e a renda, desenvolvendo a autonomia, a auto-estima e a formação do trabalhador ao incentivar relações solidárias entre trabalhadores organizados, sempre orientando empresas autogestionárias no mercado. Doravante, qual é a missão da ANTEAG no Brasil?

“Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários, que contribuam para criar/recriar trabalho e renda desenvolvendo a autonomia e formação do trabalhador, estimulando ações solidárias e fraternas e representando empresas autogestionárias.”<sup>9</sup> (ANTEAG, 2000:1)

A rigor, o surgimento da ANTEAG é o marco da organização das empresas autogestionárias no Brasil. A princípio, alguns técnicos do Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos —, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, iniciaram em 1991 um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão na empresa Calçados Makerly, que havia encerrado suas atividades produtivas ao eliminar 482 empregos diretos. No início, procurou-se adaptar algumas experiências internacionais, principalmente o modelo norte-americano “Employee Stock Ownership Plans -- ESOPs” idealizado por um procurador de São Francisco, em 1956. A partir das experiências de Franca, surgiram várias outras como por exemplo: Coopervest, Hidrophoenix, Frunorte, Coopertex, Coopermambrini, Coopertratt etc. (ANTEAG, 2000).

Sem demora, com a finalidade de promover e coordenar a realização dos projetos, foi criada a ANTEAG em fevereiro de 1994, a partir do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Além do mais, a ANTEAG acreditava que não importava a forma organizativa do trabalhador na empresa de autogestão, podendo ser o cooperativismo ou o associativismo. Na verdade, o que importa é o trabalhador poder garantir a produção, o emprego e a renda através de uma administração por competência e com transparência.

Neste sentido, os objetivos da autogestão confundem-se com os objetivos da ANTEAG:

- “1. Manter e gerar novos empregos através de projetos que sejam viáveis do ponto de vista econômico e financeiro. Conseqüentemente, devem contribuir para uma política de renda, tendo como base os fatores produtivos, principalmente uma mão de obra inteligente, envolvida e competente;
2. Reeducar a mão-de-obra através de um trabalho de sensibilização para que ela acredite em sua capacidade e assuma a condução do processo de autogestão, rompendo com uma trajetória histórica de desqualificação do trabalhador. Sem isso, não haverá produtividade/qualidade e tampouco qualidade de vida e competitividade;
3. Viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, utilizando como instrumento a administração participativa do conjunto dos trabalhadores, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição individual e/ou coletiva;
4. Criar um marco legal que legitime e ordene as ações e o desenvolvimento das empresas de autogestão; esse programa regulamentado em lei inclui a concessão de incentivos fiscais para as empresas de autogestão. Os desiguais precisam de um tratamento desigual, sem paternalismo.”<sup>10</sup> (Ibid., 2000: 2)

Evidentemente, a posição da ANTEAG faz possível muitos conceitos teórico-práticos marxistas que dizem respeito à conscientização, educação, democratização do trabalho social, organização político-social da classe trabalhadora, a fim que a justiça social seja mais presente, concreta, no dia-a-dia dos trabalhadores. Sem dúvida, Marx almejava uma classe trabalhadora organizada como um partido político: consciente de seus direitos e deveres sócio-históricos; e capaz de transpor e transformar o momento histórico na sociedade em questão.

Contudo, o trabalho da ANTEAG no Brasil objetiva desenvolver projetos a partir de uma análise de viabilidade do negócio sob a óptica dos trabalhadores. Caso os trabalhadores estejam dispostos a participar do controle de uma empresa que é viável economicamente, a ANTEAG desenvolve todo o projeto e faz o seu acompanhamento, garantindo, com isso, o emprego e a renda dos trabalhadores. Ademais, o trabalho da ANTEAG — à construção da autogestão empresarial no Brasil — tem suas vantagens, pois

apresenta um projeto de trabalho que cabe aos trabalhadores a decisão de implementá-lo e executá-lo. A ANTEAG não se torna sócia da empresa e, sim, mantém sua independência como associação, buscando fortalecer a organização dos trabalhadores que são os reais donos do negócio.

No Brasil, entretanto, as dificuldades para o trabalho de educação autogestionária se limitam exclusivamente à idade dos trabalhadores, a baixa escolaridade e ao individualismo que impedem mudanças culturais e comportamentais mais rápidas. Assim sendo, analisando dados oficiais fornecidos pela ANTEAG, esta investe 70% do seu tempo no trabalho de educação nas empresas de autogestão. Infelizmente, as dificuldades são imensas devido ao peso da cultura tradicionalista e à alienação imposta pelo modelo de organização empresarial sobre o trabalhador (Fordismo, Tylorismo e Toyotismo).

Conseqüentemente, os anos da ditadura militar foram eficientes no sentido de acabar com as preocupações dos trabalhadores em se angustiar com questões humanistas, coletivistas e filosóficas. Ninguém precisava mais ler e as pessoas que chegassem às universidades teriam que pensar no “Brasil grande”, do “ame-o ou deixe-o” e estudar aquilo que pudesse agregar valor do ponto de vista do mercado, matérias exatas. Os militares cuidavam de tudo, até da maneira de pensar. Essa prática grotesca contou com o apoio servil e generoso dos empresários. As fábricas passaram a ser extremamente compartimentadas. Em muitas empresas, houve até a colaboração efetiva da OBAN (Operação Bandeirantes), grupo de militares que se infiltravam nas empresas para vigiar os trabalhadores. Muitos empresários que se dizem “democratas” hoje, foram fortes aliados e financiaram a OBAN. Muitos dos empresários que defendem o Estado mínimo hoje, defendiam o Estado máximo há alguns anos atrás. Os trabalhadores de hoje são filhos e filhotes deste período de repressão, de alienação e principalmente da anticultura. São

anos de atraso, difíceis de serem mudados, pois neles estão fortes componentes individualistas, antidemocráticos e anti-solidários. Ao componente alienante do período militar, há ainda as características dos trabalhadores das empresas de autogestão. Então, os trabalhadores das empresas representadas pela ANTEAG são “velhos”, pois a maioria tem mais de 30 anos de idade (nasceram antes do período do ditador Médici).

Ademais, pode-se afirmar que boa parte deste contingente ficou numa empresa de autogestão porque, simplesmente, não havia outra alternativa de emprego. São velhos para o novo padrão de produção no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Outro fator que dificulta a ação educativa junto à empresa é o grau de escolaridade dos trabalhadores. Segundo dados da ANTEAG (1999/2000), entre 3.240 pesquisados, 7% não têm nenhuma escolaridade e 36% têm o primeiro grau incompleto.

Para que a autogestão se torne possível no Brasil, enquanto alternativa para a humanização do trabalho, é necessário investir na ampliação conhecimento dos trabalhadores. Com isso, o trabalhador passa a ter um maior domínio de sua realidade, rompendo as estruturas tradicionais que comprometem o desempenho da empresa autogerida. Assim, os trabalhadores inteligentes são as fontes das inovações, pois o ato de pensar e criar são os verdadeiros motores das empresas de autogestão. Contudo, é preciso compreender holisticamente a situação da indústria como um todo, e não as pessoas individualmente. Nas empresas de autogestão, o valor econômico resulta do fato dos trabalhadores integrarem uma estrutura onde os resultados da organização coletiva valem mais do que a soma dos esforços individuais.

No Brasil, em síntese, as principais dificuldades à autogestão se estabelecer limitam-se à dificuldade de conseguir financiamento junto ao setor público e privado, pois os trabalhadores não têm aval/garantia devido às

preconceituosas instituições elitizadas e burocratizadas não acreditarem na inteligência coletiva dos trabalhadores. Isso dificulta ainda a existência de uma política de gestão econômico-financeira e de pessoal que vá além das “ciências” ou modismos atuais. Além do mais, a dificuldade de se trabalhar com o “coletivo tomando decisões” traz a possibilidade do perigo do antagonismo: centralismo x democratismo (assembleísmo). Contudo, outra dificuldade é em trabalhar na modernização tecnológica para tornar a empresa mais competitiva. Essa inovação de tecnologia traz, por sua vez, no curto prazo, condições de eliminar o trabalho insalubre e perigoso. E por último, a dificuldade em superar a cultura paternalista. Os trabalhadores esperam que façam tudo por eles. Alguns esperam tudo do Estado, do Sindicato, do patrão etc. onde coexistem a omissão em assumir responsabilidade e o risco do negócio, pois almejam só os benefícios. Sobre isso, José Roberto Sola, segundo Osmar Júnior, diz:

“A ANTEAG tem como uma das suas filosofias, que ‘a inteligência coletiva dos trabalhadores é o bem maior da empresa autogestionária’. Sem o desenvolvimento, sem o envolvimento dos trabalhadores em todos os aspectos do processo produtivo, a empresa está fadada a não ter resultados.”<sup>11</sup> (JÚNIOR, 2000: 69)

Portanto, a ANTEAG possibilitou a organização e desenvolvimento das empresas autogeridas, com o firme propósito de divulgar e dar legitimidade popular e política às empresas autogestionárias no contexto nacional atual. Nesse intuito, a autogestão vem sendo construída para a democratização da participação direta dos trabalhadores nos negócios e lucros das empresas, contribuindo para a construção da justiça social no Brasil.

## **2.2. Autogestão: uma alternativa em construção no Brasil**

A autogestão, como uma alternativa de melhoria sócio-econômica do trabalhador, somente começou a ser construída no Brasil, primeiramente,

com a crise social (maximização do desemprego) e, depois, com a crise econômico-financeira (falências das empresas nacionais), devidos às reformas neoliberais empregadas desde o governo Fernando Collor até o governo de Fernando Henrique. Assim, o Estado, reconhecendo o reflexo da crise econômica nas relações sociais, buscou como alternativa de amenização a adoção de uma pseudo-autogestão nas empresas e nas relações trabalhistas — que já era prescrita no art. 7º da Constituição brasileira (1988), como direito que assiste aos trabalhadores rurais e urbanos, e de outros que visem à melhoria da condição social:

“XI – Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei:

\* Regulamento: Medida Provisória n. 1.760-52, de 14-12-1998.  
(Constituição do Brasil - 88, 1999: Art. 7º, XI)”<sup>12</sup>

Em verdade, vinte três anos depois de tomarem posição pela democracia político-econômica, sob o governo do general Ernesto Geisel, os empresários da indústria nacional voltaram à cena no dia 22 de outubro de 1998, apresentando ao país uma proposta de política industrial (vide Anexo 1)\*. Duas crises cambiais e uma recessão depois, dizimados por juros e impostos recordes e pela abertura comercial indiscriminada, em meio a uma crise interna e externa que atingia o Brasil numa situação de grande vulnerabilidade, os empresários integrantes do Instituto Empresarial para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), com sede em São Paulo, entregaram ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Congresso e à Imprensa nacional um plano intitulado “Agenda” para um projeto de

---

\* Esse Anexo I evidencia as medidas reivindicadas pelos empresários brasileiros (1998) ao FHC, como principais propostas do documento “Agenda” para um Projeto de Desenvolvimento Industrial do Iedi. Isso significa uma ação política protecionista dos interesses e da continuidade da indústria nacional frente à concorrência do capital estrangeiro no mercado brasileiro. Sem dúvida, foi uma estratégia política encontrada pelos empresários a fim de garantir alguns privilégios da economia nacional para si mesmos, enquanto classe organizada que tenta sobreviver com a globalização política-econômica e cultural.

Desenvolvimento Industrial, cuja intenção era voltar a pressionar o governo por uma economia centrada no Brasil. Oportunamente, uma reivindicação fundamental na carta de intenções dos empresários defendia na época, e ainda hoje, a seguinte causa:

“Exclusividade dos financiamentos do BNDES a empresas nacionais e a investimentos de empresas estrangeiras em setores prioritários em acordo com os objetivos da política industrial. Condicionamento dos empréstimos para outros setores e para privatização a disponibilidade de recursos.”<sup>13</sup> (Revista Carta Capital. 1998: 27)

Então, a FIESP (Federação das Indústrias e Empresas de São Paulo) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) atuam como agentes sócio-econômicos fundamentais à inserção da política estratégica intervencionista governamental e empresarial. Nesta perspectiva, a autogestão limita-se às relações de melhoria salarial (pseudo-autogestão), negando a realidade social do trabalhador em sua totalidade, a fim de não interferir na política da “dependência econômica” que, por sua vez, é fundamental à ideologia neoliberal que evidencia a desarticulação sindical, desemprego em massa, a não-intervenção do Estado na economia nacional etc., a fim de maximizar os lucros da classe empresarial, cuja política de ação é ministrada pelo Estado através de reformas político-econômicas e que é, em essência, antidemocrática em seu fim último: a manutenção do poder do capital financeiro internacional. Desta forma, a FIESP monta os projetos de política estratégica das indústrias capitalistas no Brasil, voltados para os interesses do mercado financeiro internacional — longe do financiamento às novas alternativas que a “economia solidária” defende. Logo depois, o BNDES patrocina estes projetos criados na FIESP, investindo-lhes o capital para que estes se tornem uma realidade favorável à política neoliberal. O Governo apenas oficializa de fato a situação, mesmo que seja preciso

mudanças constitucionais para tanto, pois, na óptica neoliberal, a economia depende das reformas para continuar dinâmica em relação às exigências do mercado. Portanto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) compartilha dessa política ideológica neoliberal! desde sua estrutura hierárquica, onde os representantes do governo federal também possuem sua participação. Como exemplo disso:

“Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, formado por ministros e secretários de Estado e empresários; do Fórum da Produção Industrial, formado por empresários; e de grupos estratégicos, com representantes dos setores público e privado.”<sup>14</sup> (Ibidem)

Por seu turno, o BNDES lançou vários projetos que tentam apaziguar a gregos (empresários organizados) e troianos (trabalhadores organizados). Um destes projetos se chama “Projeto de Autogestão e Co-gestão”, com o qual o BNDES fomenta a associação de trabalhadores oriundos de empresas em processo de desverticalização ou de privatização a adotarem uma “estratégia de terceirização”, visando ao aproveitamento da experiência desses profissionais, de modo a assegurar-lhes a permanência no mercado de trabalho. Contudo, esse projeto dá continuidade à alienação do trabalhador na relação capital/trabalho, não resolvendo o problema da redução dos direitos e benefícios trabalhistas, pois o Estado e as empresas privadas interferem na gestão e produção dos trabalhadores cooperados.

De qualquer forma, visando estimular o surgimento e a consolidação dessas empresas autogestionárias, o BNDES dispõe-se a examinar diretamente operações, independentemente do seu montante, e a apoiar, quando necessário, o aprimoramento técnico e gerencial das organizações. Além disso, possibilita a aquisição de máquinas e equipamentos usados e a obtenção de crédito para capital de giro. Assim, os principais

requisitos para o financiamento às empresas autogestionárias são a viabilidade do negócio e o comprometimento individual de cada um dos sócios com o endividamento, que deve ser compatível com as demais empresas do setor. A rigor, o BNDES entende que a autogestão é um modelo administrativo no qual o controle da empresa é exercido pelos trabalhadores, cujo objetivo principal é a democratização do capital através de soluções coletivas para a manutenção dos postos de trabalho, associada ao desenvolvimento e ao crescimento empresarial. O BNDES não entende a autogestão como uma forma de libertação dos trabalhadores, frente aos fetiches e alienações provenientes da relação entre capital/trabalho. Ele entende o sistema autogestionário como uma forma de amenização dos conflitos de classe. Sendo assim, os interesses do capital globalizado e a acumulação flexível do capital interferem na performance administrativa e econômica da empresa, sujeitando os trabalhadores à ideologia neoliberal.

Mas o que realmente aconteceu, apesar de tudo, foi a maximização da macroeconomia nacional devido aos fortes investimentos no setor industrial pelo capital internacional que, por sua vez, soube valorizar os setores da economia que são seguros (com altas taxas de juros e com isenção fiscal variada) e primordiais ao desenvolvimento das forças produtivas à produção e reprodução do capital, financiando as grandes indústrias e inserindo tecnologia de ponta nas linhas de produção. Assim, é desestruturada toda e qualquer concorrência perfeita ampliando a quebra das microempresas e minimizando investimentos nos setores que compõem a microeconomia nacional e local, incentivando ao acirramento da discriminação comercial. O capital internacional assola também a subjetividade do trabalhador. Assim sendo, “o medo” do trabalhador de perder o emprego é “otimismo” para o empresário. Esse medo se fundamenta na incerteza que o trabalhador tem sobre seu futuro na empresa em caso de seu envolvimento na greve, por

exemplo. Dessa forma, o trabalhador entende que na vida social nenhum emprego é seguro, evitando contestar sua condição de explorado na relação capital/trabalho. Na perspectiva ideológica neoliberal, isso tudo é condição de otimismo para a classe burguesa, onde o medo é um instrumento de dominação psicológica sobre os trabalhadores organizados. Segundo a óptica de Antônio Delfim Netto:

“Ao contrário do que ocorre com a liberdade de movimento de bens e serviços, que tem uma sustentação sólida na teoria e resultados práticos notáveis no que se refere ao aumento de bem-estar das partes envolvidas, as vantagens da liberdade de movimento de capitais são muito mais duvidosas do ponto de vista teórico e suas conseqüências práticas não têm sido muito agradáveis. É certo que, quando um país pode financiar seu déficit em conta corrente com um fluxo estável de recursos, ele pode acelerar o seu crescimento com menor sacrifício do seu consumo. A divergência das taxas de juros internacionalmente sugere que os capitais se aplicariam nos países com maior taxa de retorno e, assim, a liberdade de movimento de capitais seria tão benéfica como a liberdade de movimento de bens e serviços. O pequeno problema é que parece que o mundo não funciona assim! os movimentos de capitais são controlados pelas oportunidades de arbitragem das diferenças da taxa de juros, mas obedecem ao velho lema: *fear is more powerful than greed!* O medo é mais poderoso que a ganância! É por isso que, desde sempre, os capitais entram quando o otimismo não tem fundamento e fogem quando o pessimismo não é justificado! (...) Não ha teoria econômica que sustente a desabrida liberdade de movimento de capitais: ela é apenas uma ideologia de conseqüências perigosas.”<sup>15</sup> (Ibid., 1998: 43)

Nessa consideração, o Brasil pode ser considerado como um país no qual a industrialização é dependente e extrovertida; um país onde as desigualdades regionais e sociais são flagrantes; e onde o empobrecimento é acompanhado pelo crescimento do Produto Nacional; é um país forçado a adotar uma política de grande potência em detrimento de sua imagem internacional, ao invés de se preocupar com a melhoria do nível de vida do seu povo. Assim, ao invés de incentivar a expansão dos setores dinâmicos, dever-se-ia dar mais atenção ao setor da socioeconomia solidária autogerida

que está dando alternativas de trabalho humanizado. Sem dúvida, uma das melhores alternativas para o Brasil seria uma abordagem acertada e de exigente aplicação imediata da autogestão como alternativa de humanização do trabalho. Por sua vez, esta alternativa requer modificações da própria conduta do Estado atual, como, por exemplo, incentivar e patrocinar a estruturação e a expansão da autogestão nas empresas, a fim de promover a justiça social.

Nesse momento, as tendências de modernização tecnológica, no Brasil atual, geram somente um número limitado de empregos. A máquina concorre diretamente com o trabalhador na empresa capitalista, aumentando a produtividade e os lucros do empresário. Assim, as máquinas reduzem a maioria da mão-de-obra nas fábricas, ditando o ritmo de produção e agravando o problema do desemprego estrutural. Em uma empresa heterogerida, a máquina concorre com o homem e, na empresa autogerida, a máquina está sujeita ao homem. Sem dúvida, as filiais multinacionais dos países centro do capitalismo empregam a tecnologia de ponta em suas empresas, reduzindo a oferta de emprego nos países de capitalismo periférico. A máquina está substituindo o homem na produção capitalista. Os países periféricos necessitam de investimento de capital estrangeiro na economia, sujeitam-se as exigências das multinacionais e criando relações de dependência econômica. Nesse sentido, a dependência econômica do Brasil em relação aos países do centro capitalista acaba por dinamitar um desenvolvimento sócio-econômico próprio (interno), aumentando a marginalização do trabalhador e os problemas sociais nacionais, cuja principal consequência é o aumento acelerado da pobreza e da miséria da população brasileira.

No entanto, foi com a quebra das microempresas nacionais que a classe trabalhadora começou a buscar novas alternativas de trabalho no Brasil,

devido à impotência de incentivos governamentais sólidos, cujos investimentos eram insuficientes frente à concorrência do capital globalizado no mercado nacional, pois investiram pesadamente no setor industrial e em tecnologia: com incentivos fiscais gordos e garantias governamentais que consolidaram a dependência da economia brasileira em relação aos investimentos do capital internacional.

A terceirização foi bastante incentivada pelo Estado e empresas brasileiras através da formação de cooperativas e associações de trabalhadores, a fim de atender à dinâmica do desenvolvimento político neoliberal (reduzir gastos e convertê-los em lucros) e dar assistência econômica, pelo menos parcial — se não total —, às empresas na redução dos gastos com direitos trabalhistas, contratação de trabalhadores e com a criação de novos postos de trabalhos. A terceirização, não resolveu o problema do desemprego porque a maioria dos trabalhadores não era especializada, possuía faixa etária fora da expectativa de mercado e/ou não tinha capital suficiente para investir em especialização profissional, pois o trabalhador não teria condições dignas de cumprir o pagamento das parcelas. E mesmo que fosse financiado por algum programa do governo federal e/ou local, a demanda de trabalhadores seria grande demais para uma quantidade reduzida de postos de trabalho no mercado, impossibilitando o atendimento da maioria dos desempregados. Então, a grande parte dos trabalhadores ativos está sem qualquer ocupação, passando privações sócio-econômicas e culturais.

Doravante, as empresas nacionais que não conseguiram ser competitivas frente ao capitalismo globalizante tendiam a declarar falência e incapacidade de pagamento de dívidas com direitos trabalhistas. Conseqüentemente, as dificuldades do “dono da empresa” em arcar com os débitos dos direitos trabalhistas eram grandiosas, pois sem capital não há possibilidade de pagamento ou garantias de emprego. Muitas vezes, os

trabalhadores tomavam atitudes radicais de puro desespero, chegando a ponto de invadir a empresa falida a qual trabalhavam. Um exemplo radical disso seria a COOPERMAMBRINI:

“... é fruto de uma empresa que praticamente foi à falência, (...), fabricante de caçambas para caminhão em Minas Gerais, onde os trabalhadores foram pegos de surpresa com o fechamento da empresa, quando não se tinha mais dinheiro. A empresa estava ‘devendo os olhos da cara’ e os trabalhadores partiram para uma negociação, não tiveram sucesso e tiveram que tomar uma ação radical: invadiram a empresa, expulsaram o dono lá de dentro e com os restos de sucata fizeram a primeira caçamba. Primeira caçamba essa foi construída graças à memória de um ex-trabalhador, porque o dono da empresa destruiu a memória técnica da empresa, destruiu todos os desenhos. E este trabalhador desenhou no chão a primeira caçamba e o pessoal conseguiu produzir, vender e começou a faturar. Foram ‘ver a cor’ do dinheiro três meses depois que iniciaram a cooperativa.”<sup>16</sup> (JÚNIOR. Op. cit., 2000: 73)

No entanto, existiam outras ações mais adequadas ao controle da empresa pelos trabalhadores organizados em associações ou cooperativas: a autogestão empresarial, como alternativa democrática às dificuldades sócio-econômicas dos trabalhadores frente à desestruturação da economia e à desumanização das relações de trabalho no Brasil. Os principais problemas brasileiros provêm das dívidas externas e internas, devido ao neoliberalismo e às exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional) que, por sua vez, exigia reformas constitucionais e tributárias não muito favoráveis ao desenvolvimento interno brasileiro. Assim sendo, fugindo dos grandes problemas econômico-financeiros que o Brasil enfrentava, os próprios trabalhadores buscavam alguma alternativa eficaz, que atendesse suas necessidades sócio-econômicas. Um exemplo disso foi o caso da Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. — fundada em 1986, na cidade de Brusque em Santa Catarina, no Sul do Brasil. Esta experiência aconteceu, de início, com um grupo de cinco pessoas engajadas, militantes do

movimento popular, sindical e político, da Pastoral da Juventude e da Pastoral Operária. Assim, ao obterem problemas em seus empregos devido à crise econômica nacional, no governo de José Sarney (Plano Cruzado - 1986), deu início ao surgimento de uma fábrica de telas para pintura. Como as telas rendiam somente o básico para a sobrevivência dos sócios, conseguiram máquinas de produção de cordas e cadarços para confecção de calçados. Formou-se uma sociedade limitada onde todos trabalhadores admitidos são sócios, com todas as implicações normais de uma empresa convencional (Osmar Júnior, 2000). Sendo assim, o espírito do trabalho caracterizou-se como autogestionário — tudo em comum, sem exploração da mão-de-obra, produzindo juntos para sobreviver com dignidade, sempre lutando contra a relação capital/trabalho na sociedade capitalista.

Isso mostra que, no Brasil, a gestão participativa nos lucros e a democratização da propriedade têm-se constituído, no último quartil do século XX, nos fundamentos para a formulação de novos paradigmas nas relações sócio-econômicas, particularmente, nas relações entre o capital/trabalho, contribuindo ao ressurgimento de experiências autogestionárias no contexto nacional. Isso revela o desejo do trabalhador em querer emprego e renda para realizar-se como cidadão livre da alienação do trabalho. Nesse sentido, Vladimir Rioli, do jornal Gazeta Mercantil, comenta:

“No Brasil, os modelos autogestionários que prosperaram nos últimos anos, em grande parte têm sido tentativas dos trabalhadores de garantir a manutenção do emprego e rendas.”<sup>17</sup> (RIOLI, 1998: 1)

Sem dúvida, no processo autogestionário, a participação do trabalhador na empresa brasileira é praticada em todos os níveis e esferas, ensejando um novo padrão comportamental, fundamentado na ética e na solidariedade, destacando-se como ápice dessa participação o poder de influir

ou, até mesmo, decidir sobre os destinos da empresa. Isso só é possível quando os trabalhadores tomam consciência e assumem a plenitude das ações estratégicas da empresa. Por fim, através da participação na gestão das empresas, os trabalhadores brasileiros assumem responsabilidades crescentes e o efetivo controle de suas funções, exercitando suas potencialidades individuais e coletivas (trabalho bilateral). Disso resulta o aumento da motivação, satisfação profissional e da auto-estima do trabalhador na vida social.

Portanto, a autogestão empresarial e a humanização do trabalho no Brasil (1990 – 2001) vêm construindo uma democracia participativa, onde os trabalhadores são sujeitos no processo produtivo. Considerando os problemas sócio-econômicos em que o “Brasil do ajuste” está mergulhado, a empresa autogerida pelos trabalhadores favorece para questionar visões fixas e ideológicas do capitalismo sobre a viabilidade do sistema autogestionário, como alternativa à democratização das relações de trabalho. As experiências empresariais autogeridas que emergem no Brasil ocorrem quando empresas heterogeridas abrem falência, mobilizando os trabalhadores organizados para a administração dos lucros e resultados da empresa em questão. Assim sendo, cabe-nos discutir, no seguinte capítulo, o surgimento de duas empresas autogeridas: Indústria de Cobertores Parahyba Ltda (PE) e a Fábrica de Cobertores Parahyba (SP). Vale salientar que essas duas empresas provêm do mesmo dono, o ex-senador Severo Gomes, que abriu concordata e dividiu, respectivamente, suas empresas entre dois grupos de trabalhadores cooperados: a Coopertex e a Coopertêxtil. Então, o fenômeno sócio-econômico da autogestão nas empresas brasileiras é o próximo assunto, pois destaca a construção da autogestão prática como uma alternativa ao trabalho humanizado.

## CAPÍTULO III

### O FENÔMENO SÓCIO-ECONÔMICO DA AUTOGESTÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

#### **3.1. A autogestão brasileira: humanização do trabalho**

Sob forte inspiração do ideário socialista do passado, hoje prosperam algumas empresas e organizações autogestionárias em economias de mercado desenvolvidas. No Brasil, a inserção dos ideários autogestionários não foi diferente do padrão vivenciado nos chamados países desenvolvidos. Segundo Gutierrez, a autogestão no contexto empresarial brasileiro emerge numa discussão articulada entre universidade e o meio profissional, sempre buscando uma melhor adequação das empresas autogestionárias ao contexto do mercado, a fim de que reduza os riscos de insucesso. Nesse sentido, diz:

“A evolução da concepção de empresa, as alternativas organizacionais e as estratégias gerenciais surgem, fundamentalmente, em debate em que interagem a academia e a prática profissional, trocando experiências e ajudando-se

mutuamente na busca de um ideal de excelência sempre passível de melhorar e aperfeiçoamento, dentro do mercado concorrencial.”<sup>1</sup>  
(GUTIERREZ, 1998: 68)

A rigor, as experiências de autogestão empresarial emergem como a busca de saídas para a crise do emprego no âmbito das redefinições no mundo do trabalho. É um fenômeno característico da década de 90 e da implementação das políticas neoliberais nos circuitos do ajuste brasileiro. Historicamente, o desemprego organicamente vinculado à precarização das condições de trabalho constituem um fenômeno contemporâneo, gestado nos processos de reestruturação produtiva e redefinições da economia brasileira impostas pela agenda do Consenso de Washington.

Nesse contexto, de ajuste à nova ordem do capital, as macros e microempresas no Brasil estavam decretando, gradativamente, falências em suas atividades industriais e comerciais por não obterem condições adequadas para concorrerem com o capital estrangeiro que penetrou fortemente na vida do país com a abertura irrestrita da economia dentro do modelo de Washington. Assim, consolidou-se a hegemonia do capital estrangeiro na economia nacional, com os incentivos típicos do ajuste brasileiro.

Submetendo-se à ditadura do capital estrangeiro, o Brasil concedeu privilégios financeiros e econômicos às empresas estrangeiras para aqui implementarem operações do processo produtivo com a desterritorialização do capital e flexibilização do trabalho. Então, a isenção fiscal, as melhores terras, o melhor mercado consumidor, a necessária infra-estrutura nos locais urbanos e rurais, para instalação dessas empresas e/ou atividades produtivas contribuíram para a derrocada das empresas nacionais que competiam por um mercado consumidor em condições amplamente desfavoráveis.

As empresas nacionais que tentavam concorrer com o capital estrangeiro não tinham capital de giro suficiente para investir na modernização e ampliação do “capital constante” e qualificação do “capital variável”, para a maximização qualitativa e quantitativa da produção em atendimento às demandas do mercado consumidor que, então, vivenciam mudanças substantivas com a abertura da economia e inversão massiva dos importados. Assim, acabavam endividando-se com empréstimos e financiamentos bancários milionários a altos juros.

Ao final do prazo, as empresas nacionais não obtinham a quitação das parcelas das dívidas, maximizando seus juros de débito, pois a produção nacional não recebeu o devido apoio pela inexistência de políticas industrial e comercial nos circuitos do ajuste. Assim sendo, a industrial nacional não tinha condições de concorrer com produtos ofertados pelo capital estrangeiro. Conseqüentemente, as empresas com tradicional inserção na economia brasileira — Pernambucanas, Mesbla, Mappin, Gurgel, Roncy — declararam falência ou funcionam com muitas dificuldades financeiras, à medida que o mercado minimiza sua capacidade de concorrência na produção nacional. A tendência é o predomínio do capital estrangeiro, com dominância na produção, no comércio e mesmo no setor financeiro.

Inquestionavelmente, as empresas de capital estrangeiro possuem, através do marketing comercial, uma impressionante capacidade de criar hábitos de consumo sobre os indivíduos, o que facilita a absorção e aceitação de seus produtos no mercado consumidor. Para tanto, as empresas brasileiras não estavam preparadas, pois o ritmo de oferta e de produção não tinha uma sincronia com a aceitação da qualidade e do preço dos produtos estrangeiros dominantes no mercado consumidor.

E quando a concorrência com o capital estrangeiro destruía as empresas brasileiras menos preparadas para as rápidas modificações da economia brasileira, as falências ocorriam assustadoramente. Conseqüentemente, o desemprego e a falta de perspectiva assolavam os corações e mentes dos trabalhadores.

Este é o momento da ação perversa do neoliberalismo que não poupou a dignidade, os direitos sociais e, especificamente, os direitos dos trabalhistas da população brasileira. Assim, a miséria se espalhava pelo Brasil onde o “valor econômico” supera o “valor social”, sob o argumento “modernização do Estado”, nos discursos político-administrativos das elites brasileiras. É o Estado favorecendo a acumulação do capital dentro da nova dinâmica do capitalismo às custas da miséria de muitos. As sombras da desesperança, do medo e da angústia pairavam sobre os homens e mulheres que vivem do trabalho. É a insegurança do e no trabalho no “Brasil do ajuste”.

Isso ocorria devido ao excessivo domínio da “dimensão econômica” sobre a dimensão ética que marca intensamente a vida brasileira. Sem dúvida, o neoliberalismo ainda determina mudanças político-econômicas no Brasil, de acordo com as necessidades de investimento de capital estrangeiro nos setores lucrativos da economia nacional. Assim, as privatizações foram incentivadas para a ampliação da concorrência estratégica do capital privado com o domínio do capital estrangeiro, colocando os interesses nacionais em segundo plano.

Nesse contexto, a classe trabalhadora buscava encontrar soluções alternativas aos seus problemas sócio-econômicos. Segundo Karl Marx, os homens não colocam problemas que, depois, não possam resolvê-los. Parece ser essa uma via fecunda para compreender esse esforço criativo dos

trabalhadores na perspectiva da autogestão quando se descobrem vulnerabilizados pelo capital.

Em verdade, os trabalhadores desempregados começaram a se organizar ao nível da própria produção, orientados pelos sindicatos (CUT) e, especificamente, pela ANTEAG na busca de novas alternativas de trabalho humanizado e democrático. Então, o sistema autogestionário começou a ser difundido e utilizado em empresas que declararam falências financeiro-administrativas, onde os trabalhadores decidiram participar ativamente da administração e da dinâmica produtiva dessas empresas. É a proposição de participação nos resultados financeiros (lucros), traduzida em mecanismos que aumentam a relação renda/esforço do trabalhador, provocando efetivo engajamento nos processos produtivos numa posição e situação essencialmente distantes das relações de exploração do trabalho.

Desta forma, numa perspectiva autogestionária, a participação do trabalhador na dinâmica do capital estabelece a conexão entre o aumento da renda futura do trabalhador com o desempenho da empresa em longo prazo. Na esfera estrutural, essa participação conduz ao fortalecimento do mercado de capitais, representando um avanço na democratização do capital e da propriedade, como um bem coletivo em benefício dos trabalhadores.

A rigor, existem duas funções fundamentais e indissolúveis para que a empresa autogestionária brasileira seja possível: a função econômica que objetiva maximizar o retorno do capital investido e a função social que visa otimizar o bem-estar dos agentes que se integram com a empresa, em especial, os trabalhadores e a comunidade onde ela se insere econômica e socialmente. Gutierrez, ao avaliar a autogestão empresarial brasileira, diz:

“A autogestão (...) não exclui a acumulação e a reprodução ampliada [do capital]; pelo contrário, a empresa autogerida pode,

teoricamente, situar-se privilegiadamente no mercado para alcançar estes objetivos, em função da possibilidade de eliminar controles internos típicos da heterogestão; embora aqui não se trate da acumulação puramente individual, mas de acumulação socializada entre os membros da organização.”<sup>2</sup> (GUTIERREZ, 1989: 97)

Essa avaliação confirma o discurso comunista de Karl Marx, quanto à função social do capital, no exercício da democracia participativa do trabalhador, longe da alienação e da exploração capitalista no trabalho. Eis a concepção marxiana:

“O capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento pela atividade comum de muitos membros da sociedade e mesmo, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência (...) pessoal é uma potência social. Assim, se o capital é transformado em propriedade comum pertence a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade. Ela perde seu caráter de classe.”<sup>3</sup> (MARX, 1999: 81)

Isso revela que o fenômeno da terceirização dos serviços não se constitui solução para os problemas sócio-econômicos. Claro, a terceirização evitou “parcialmente” a maximização catastrófica do número de desempregados no Brasil, porém possibilitou uma concorrência entre os trabalhadores e entre as cooperativas, reforçando o individualismo e selecionando as cooperativas mais aprimoradas à concorrência pela contratação de “prestação de serviços” para as empresas capitalistas. Neste sentido, a terceirização como estratégia do capital vem contribuindo para a ampliação da margem de desempregados, para a desarticulação sindical e alienação dos trabalhadores em função dos interesses dos empresários comprometidos com “o espírito do capitalismo”: o lucro.

A transformação das relações capitalistas empresariais heterogeridas, não-participativas e individualistas para autogeridas, participativas e coletivistas no Brasil será gradativa, à medida que as

empresas autogestionárias adquiriram uma ampliação física pelo Brasil, ganhando legitimidade sociopolítica e econômica, impondo socialmente a autogestão como nova alternativa à humanização das relações de trabalho.

### **3.2. Indústria de Cobertores Parahyba Ltda (PE) e fábrica de Cobertores Parahyba (SP): práxis autogestionárias alternativas no Brasil atual**

Atualmente, a práxis autogestionária está presente como movimento amplo e generalizado no chamado Terceiro Setor, cuja importância cresce dia-a-dia. O termo Terceiro Setor, em suma, é utilizado referindo-se a uma realidade mais ampla que incorpora a economia popular e solidária, a economia social e a autogestão.

O Terceiro Setor é uma área da economia brasileira onde também se enquadram entidades sem fins lucrativos e não-governamentais (ONGs), voltadas à produção de bens e serviços públicos, onde os recursos financeiros advêm, em sua maior parte, de doações sociais, sendo mínima a participação do Estado brasileiro e do Setor Privado da economia nacional. Atualmente, as entidades não-governamentais contribuem para a elaboração das políticas públicas e à descentralização da economia. No Terceiro Setor participam também as associações, sindicatos e cooperativas, pois são entidades que se organizam em função de sua atividade e buscam defender os interesses comuns de seus componentes filiados. Já, no Primeiro Setor e no Segundo Setor constam, respectivamente, o Estado e a iniciativa privada em geral.\*

Com a crescente crise do Segundo Setor brasileiro, devido às consequências das políticas neoliberais do Primeiro Setor — desempregos e falências — e ao despreparo infra e estrutural das empresas nacionais, frente às inovações tecnológicas e à concorrência do capital estrangeiro, as

---

\* Essa demarcação sobre os setores da economia brasileira proveio das informações do Almanaque Abril – 2001.

participações das cooperativas e associações de trabalhadores nas empresas falidas possibilitaram uma continuidade produtiva e garantia do emprego. Então, essas cooperativas e associações adotavam um sistema de trabalho democraticamente participativo chamado de autogestão, como meio de dar melhor eficiência na produção e, principalmente, melhoria de vida aos próprios trabalhadores. Segundo Nanci Valadares de Carvalho: “...todos os trabalhadores têm um forte interesse em administrar seu próprio trabalho e o setor público”<sup>4</sup> (CARVALHO, 1995: 37).

Sem demora, algumas empresas brasileiras do Segundo Setor passavam, após falência, para o Terceiro Setor devido à participação dos trabalhadores na administração e nos lucros dessas empresas autogestionárias. Em verdade, se no “Brasil do ajuste” o Segundo Setor não estivesse em crise, devido às implicações da abertura irrestrita da economia no percurso do ajuste, é possível que a autogestão não tivesse se formado como alternativa em construção no Brasil atual. Nessa perspectiva, Nanci Carvalho avalia a importância do trabalhador exercer seu papel de cidadão livre na sociedade através da autogestão:

“A autogestão dos trabalhadores é a forma mais moderna de governo pelo povo. Ela é um tipo de autogoverno no qual, assumindo a responsabilidade dos efeitos sociais da produção, seu agente (o trabalhador) torna-se capaz de exercer seu papel como cidadão na sociedade em geral. Assim, na mesma pessoa, ele pode assumir o governo do local de trabalho e da sociedade. Isso significa que só um trabalhador livre pode ser um cidadão livre.”<sup>5</sup> (Ibid., 1995: 55)

Nos processos de autogestão, o trabalhador é cidadão porque está livre da alienação das relações de produção do trabalho assalariado. E, inegavelmente, a autogestão é uma forma de exercício do autogoverno, enquanto veículo de libertação dos trabalhadores da relação alienada entre capital/trabalho. Sem dúvida, foi nessa perspectiva de democratizar as

relações de trabalho que os desempregados se organizaram na forma de cooperativa, a fim de se reconhecerem como cidadãos livres da opressão do capital sobre o trabalho.

No âmbito da crise na indústria brasileira, decorrente da abertura irrestrita da economia nos percursos do ajuste, a Tecelagem Cobertores Parahyba — cujo dono era o ex-senador Severo Gomes — sofria crises financeiras devido ao alto grau de competitividade do mercado têxtil e à política neoliberal dos governos que a impelia ao endividamento em função de empréstimos junto às financeiras e bancos a juros elevados. A tentativa da empresa era modernizar seu parque industrial para ganhar competitividade frente ao capital estrangeiro.

Com os juros elevados que marcam o “Brasil do ajuste”, as dívidas não poderiam ser quitadas. Assim sendo, o Sr. Severo Gomes decretou falência administrativa das empresas Tecelagem Cobertores Parahyba: a matriz em São José dos Campos (SP) e a filial na cidade de Moreno (PE). Com o decreto da falência, os trabalhadores de ambas as empresas se organizaram, formando cooperativas autogestionárias, funcionando independentemente uma da outra. Ademais, os trabalhadores buscaram manter as empresas Cobertores Parahyba funcionando, como garantia de continuidade de seus empregos, já que o até então dono da empresa — Severo Gomes — não poderia quitar suas dívidas junto aos trabalhadores.

Pós-falência, a matriz Fábrica de Cobertores Parahyba Sudeste e a filial Indústria de Cobertores Parahyba Nordeste recomeçaram as suas atividades na qualidade de cooperativas autogestionárias, funcionando independente, onde nenhuma pode interferir nas decisões da outra. Surge, assim, a COOPERTÊXTIL e a COOPETEX substituindo, respectivamente, a empresa matriz no Sudeste e a filial no Nordeste.

Vale salientar que essas empresas duas empresas são concorrentes perfeitas entre si mesmas, não existindo mais relações de dependência e status na determinação da diferenciação entre filial e matriz, pois são organizadas dentro de um sistema autogestionário, onde os trabalhadores participam ativamente e responsabilmente nos lucros e na administração de suas respectivas empresas. Todavia, Nanci Carvalho alerta sobre o perigo da persistência da relação capital/trabalho na empresa autogestionária:

“Para que esta forma de socialização suplante a estrutura piramidal das decisões (que existe para impor os interesses privados sobre os interesses sociais), a ação social deve ser orientada para o povo e não para o lucro. A sociedade civil tem de permitir um espaço para a propriedade social. Num contexto social como esse, as organizações de autogestão representariam o interesse de seus constituintes. Elas não seriam públicas (quando a mais-valia é acumulada pelos proprietários particulares), mas seriam empresas de interesse social.”<sup>6</sup> (Ibid., 1995: 119)

Dentro dessa avaliação, na COOPERTÊXTIL e na COOPETEX, a autogestão é um modelo administrativo onde as “decisões” e o “controle da empresa” são exercidos pelos trabalhadores. Eles decidem sobre tudo: metas de produção, salários, políticas de investimento e modernização, política de pessoal, mercado etc. A autogestão nessas empresas é exercitada como alternativa coletiva à humanização das relações de trabalho através do controle das empresas falidas. É a participação direta e inteligente do coletivo na tomada de decisões e no poder da empresa. As empresas autogestionárias Cobertores Parahyba representam um modelo de produção possível em decorrência da realidade anterior da empresa. Esta experiência vem reforçar a posição de Nanci Carvalho:

“A autogestão só é possível quando o grupo controla os meios e os produtos da produção. Esse controle torna-se explícito no direito de participar em todas as tomadas de decisões, na capacidade de constantemente aumentar o conhecimento técnico do grupo e a

autonomia legítima do grupo para atender os valores e objetivos da organização.”<sup>7</sup> (Ibid., 1995: 120)

Em verdade, essa nova organização das empresas Cobertores Parahyba busca atender a própria perspectiva das cooperativas de trabalhadores: exercício da cidadania e humanização das relações sociais. Assim, todos os cooperados participam nas decisões de suas respectivas empresas.

A rigor, o modelo de autogestão das empresas Cobertores Parahyba busca três grandes objetivos. O Primeiro, é amenizar as expressões da questão social hoje postas para os trabalhadores. Com a reestruturação industrial e recessão econômica, milhares de empregos foram eliminados nos últimos anos. Assim, o objetivo social primordial do projeto de autogestão é recuperar e manter o emprego. Conseqüentemente, este objetivo não significa “fazer caridade” e sim buscar o compromisso das pessoas em relação a um trabalho de caráter eminentemente coletivo. O segundo objetivo é mostrar a inteligência e a capacidade dos trabalhadores na direção empresarial. De fato, a autogestão vem mostrar que os trabalhadores são capazes e têm competência para administrar suas empresas com transparência, democracia e responsabilidade, usando como base a inteligência coletiva. Por fim, o terceiro objetivo é construir um empreendimento lucrativo. Uma empresa autogestionária busca ser lucrativa enquanto negócio, pois os projetos produtivos têm que ser viáveis do ponto de vista econômico e financeiro. E, os trabalhadores coletivamente decidem a destinação de tais recursos, seja no investimento para fortalecimento da empresa, seja no campo social com a distribuição de resultados. Nesse sentido, Nanci Carvalho analisa a importância da auto-estima (Self), enquanto possibilitadora da liberdade interior do trabalhador:

“Sob a autogestão, a emancipação do eu (*self*) é alcançada pela autolibertação do cidadão como trabalhador, que pode assumir responsabilidades pela sociedade como um todo em seu papel como cidadã/ão. Pois ‘a emancipação do trabalho exige a promoção do instrumento de trabalho para a propriedade comum da sociedade, e a regulamentação cooperativa de trabalho total com uma distribuição igualitária dos frutos do trabalho’. Em termos históricos concretos essa emancipação só pode ser alcançada como um objeto comunitário em longo prazo.”<sup>8</sup> (Ibid., 1995: 125)

A emancipação dos trabalhadores é fundamental para a construção de uma empresa autogestionária, onde o compromisso e a responsabilidade são virtudes que incentivam à distribuição igualitária dos benefícios do trabalho coletivo. Nesse sentido, considerando a experiência autogestionária das empresas Cobertores Parahyba no Brasil, a autogestão nas empresas brasileiras só será um fato quantitativamente concreto quando se investir na qualificação dos trabalhadores na perspectiva de sua emancipação. Com isso, o trabalhador passa a ter um maior domínio de sua realidade, rompendo as estruturas tradicionais que comprometem o desempenho da empresa. Os trabalhadores inteligentes e capacitados são as fontes das inovações no trabalho coletivo.

Nesta linha de raciocínio é importante considerar que os fatores de produção, como por exemplo, o capital e a renda, são importantes. No entanto, o capital não é capaz de pensar e agir. As máquinas podem trazer mais qualidade no processo produtivo e melhorar a produtividade, mas elas não criam. O ato de pensar e criar são os verdadeiros motores das empresas autogestionárias. É preciso olhar holisticamente a situação da empresa como um todo, e não os problemas isoladamente. Nas empresas de autogestão no Brasil, o valor econômico resulta do fato dos trabalhadores integrarem uma estrutura onde os resultados da organização coletiva valem mais do que a soma dos esforços individuais. Então, quando essa prática autogestionária no imaginário do trabalhador ocorre na realidade?

“Isto ocorre numa época em que as perspectivas e desejos de iniciativa, liberdade e democracia são continuamente aguçados e alimentados. A dificuldade em satisfazer essas expectativas faz necessária a revisão das formas institucionais de organização social do trabalho.”<sup>9</sup> (GUTIERREZ, Op. cit., 1989: 107)

Nesse sentido, as empresas autogeridas Cobertores Parahyba têm uma proposta que valoriza e incentiva a inteligência coletiva, destacando-se como eixos centrais:

1. Democratizar as tarefas que envolvam raciocínio, dando oportunidade para que o conhecimento chegue ao conjunto dos trabalhadores, tornando-se coletivo;
2. Eliminar todo e qualquer represamento de conhecimento em prol da partilha do conhecimento;
3. Buscar envolver o conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, aproveitando talentos e estreitando as relações das pessoas com a estratégia da empresa;
4. Fomentar toda e qualquer atividade no sentido de “trabalho em equipe”, pois as equipes captam e direcionam os talentos em prol do coletivo;
5. Transformar a “inteligência coletiva” no principal patrimônio da empresa, cultivando-a no contexto da ação.\*

Na configuração das experiências autogestionárias é preciso avançar na demarcação dos seus próprios limites. Nanci Valadares de Carvalho alerta para a compreensão das limitações da atividade produtiva da autogestão. A burocratização das relações produtivas dever ser evitada e

---

\* Esses eixos estão configurados no site

combatida, a fim de que a dimensão democrática autogestionária coletiva não sofra avarias irreparáveis em sua prática sócio-econômica. Assim, avalia:

“Esta dimensão democrática e coletiva da autogestão deve ser compreendida dentro das limitações intrínsecas da atividade produtiva, que em seu caráter contraditório tanto restringe a parcelarização e burocratização do trabalho heterogerido, como o inverso no caso da autogestão.”<sup>10</sup> (CARVALHO, Op. cit., 1989: 108)

Em verdade, muitas dificuldades sócio-econômicas, financeiras, culturais e políticas pairaram sobre as empresas Cobertores Parahyba, enquanto buscam a legitimação e o reconhecimento da autogestão empresarial na sociedade, como um fenômeno sócio-econômico que emerge como efeito das crises econômicas e sociais do Brasil atual.

Das várias dificuldades emergentes, cinco são classificadas como fundamentais para analisar o contexto das empresas Cobertores Parahyba.

A primeira dificuldade está em se conseguir financiamento junto ao setor público ou privado. Os trabalhadores não têm aval/garantia e as instituições elitizadas, preconceituosas e burocratizadas não acreditam na inteligência coletiva dos trabalhadores. A segunda reside em ter uma política de gestão econômico-financeira e de pessoal que vá além das “ciências” ou modismos atuais. A terceira dificuldade é, justamente, trabalhar com o “coletivo tomando decisões”. Perigo do antagonismo: centralismo x democratismo (assembleísmo). A quarta, é investir na modernização tecnológica para tornar a empresa mais competitiva, eliminando, no curto prazo, condições de trabalho insalubres e perigosas. Por fim, a quinta está em superar a cultura paternalista. Existe um resquício cultural na visão dos trabalhadores de esperar que façam tudo por eles. Alguns esperam tudo do Estado, do Sindicato, do patrão e não querem assumir responsabilidades e o

risco do negócio. Nesse sentido, os trabalhadores querem somente benefícios que lhe sejam garantidos por um “benfeitor”.

Portanto, é preciso, antes de tudo, mostrar a viabilidade da autogestão empresarial, superando uma visão arraigada na cultura empresarial de que empresas autogestionárias não se sustentam. Mais uma vez, Nanci Valadares de Carvalho abre uma fértil via de discussão:

“O processo produtivo democratizado radicalmente parece algo difícil de conceber e provavelmente inviável economicamente, num mercado concorrencial. A autogestão deve ser concebida como a autogestão dos produtores, ou seja, a autogestão pelos elementos diretamente envolvidos na obtenção e comercialização de um bem específico. Cabe aos elementos nesta posição dentro da empresa a responsabilidade pelas diretrizes que a organização deve procurar seguir, já que a sua inserção nas funções fundamentais da organização os municia de informações e vivências necessárias à tomada coletiva de decisões.”<sup>11</sup> (Ibidem)

Cabe, aqui, configurar elementos-chave nas experiências autogestionárias das empresas Cobertores Parahyba, mostrando uma realidade que vem sendo construída na prática cotidiana.

**3.2.1. A Indústria de Cobertores Parahyba Ltda (PE)** — localizada no município de Moreno – PE, centro da cidade, confeccionando artigos de cama, mesa e banho (atacado e fábrica), a antiga Tecelagem do Nordeste continua funcionando desde 1949, devido à iniciativa dos seus ex-empregados.

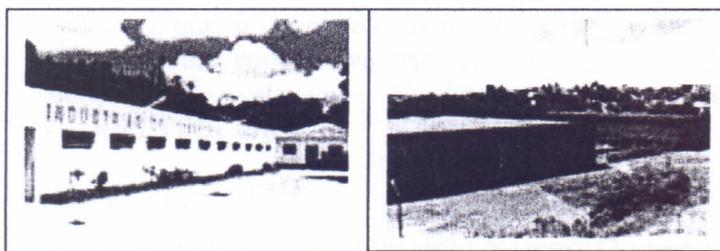


Fig. 3

A empresa parou as suas atividades em 1995 (2º ano do Governo FHC) devido a uma forte crise financeira com as modificações neoliberais na economia nacional que, por sua vez, preferiu valorizar as filiais das empresas multinacionais que no Brasil se instalavam e investiam significativamente no setor têxtil.

Para concorrer com o capital estrangeiro e escapar da onda de falências que assolava a economia nacional, a Indústria de Cobertores Parahyba deveria investir capital de giro em tecnologia de ponta, a fim de que fosse modernizada a sua linha de produção. Não conseguiu por falta de capital suficiente às modificações estruturais, decretando falência com grandes débitos junto ao governo federal e aos trabalhadores. Na época, os 645 funcionários pediram à família do ex-ministro e senador Severo Gomes, para que a companhia passasse a ser administrada pelos trabalhadores (Cobertores Parahyba, 2000).

Aceitando o pedido, Severo Gomes entregou a empresa aos ex-empregados que, por sua vez, formaram uma cooperativa para poder administrar melhor a empresa. Então, essa cooperativa chamou-se Coopetex. Segundo Valter Cardone, diretor presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Têxteis de Confeção e Vestuário de Pernambuco (Coopetex), querendo enfatizar o objetivo maior e o motivo da existência primordial da cooperativa, disse:

“Pedimos para continuar com a gestão da empresa, porque sabíamos que o grupo não podia pagar as nossas indenizações. Criamos uma cooperativa para reduzir os custos de produção, porque não estávamos conseguindo ser competitivos.”<sup>12</sup>  
(COOPETEX, 2000: 1)

Assim sendo, a indústria foi cedida pelo Severo Gomes e familiares acionistas, por oito anos, em “regime de comodato” aos operários. Esse

regime é um acordo jurídico datado entre o proprietário e seus trabalhadores, onde um percentual determinado da produção pertence ao real dono da indústria. Logo depois, o processo de autogestão dos trabalhadores foi iniciado em novembro de 1995, com o projeto de consultoria da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que orientou a recém empresa autogestionária em sua melhor administração e produção. Sobre a participação da ANTEAG, Valter Cordone avalia:

“Com uma administração convencional, não conseguimos reduzir os custos e foi necessário mudar. A consultoria [Anteag, portanto,] nos deu dicas de como fazer para criar uma nova empresa. A cooperativa, [logo depois,] representou uma redução de custos da ordem de 30%.”<sup>13</sup> (Ibidem)

Atualmente, a Coopetex presta serviço para a Indústria de Cobertores Parahyba Ltda. Assim, o salário dos trabalhadores continuou o mesmo até uma melhor estabilização financeira da empresa. Com efeito, os encargos sociais baixaram e a empresa passou a apresentar lucro. Tanto que, em 1999, o lucro da empresa, segundo dados da própria Indústria de Cobertores Parahyba, foi de R\$ 200.000,00. Uma parte desses recursos foi para amortizar o prejuízo de R\$ 1,7 milhão que a empresa acumulou até junho de 1998 e o restante foi aplicado na modernização da fábrica, a fim de melhorar seu grau de competitividade no mercado de varejo e atacado (Cobertores Parahyba, 2000).

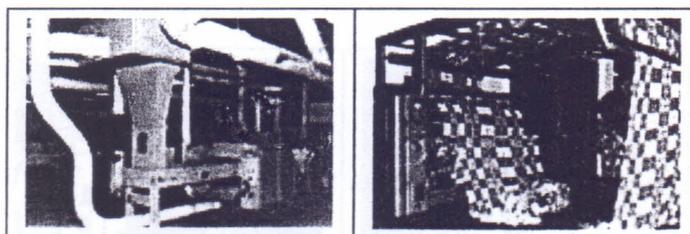


Fig. 4

Ademais, hoje a Indústria de Cobertores Parahyba Ltda. é especialista em fiação e tecelagem (tecido) e no sistema Now Woven (não tecido) agulhado. São cobertores e artigos (cama, mesa e banho) de linha popular de médio e de grande consumo pelas diversas classes sociais, com preço acessível e de boa qualidade no fabrico — qualidades essenciais para manter-se no mercado.

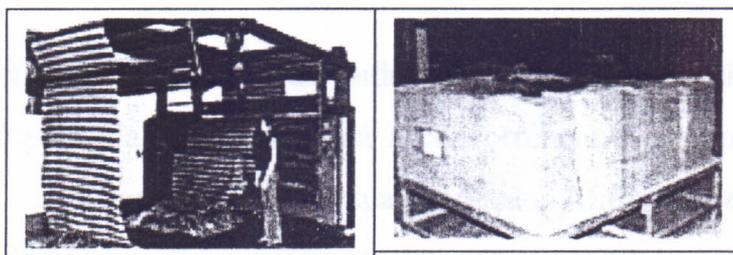


Fig. 5

Deste modo, com o exercício da autogestão pelos próprios trabalhadores e do grande sucesso entre os mesmos, à medida que se insere no mercado e aprimora seu produto, a Indústria de Cobertores Parahyba Ltda. dispõe de uma loja fábrica para atendimento ao público interno (trabalhadores da Coopetex) e ao público externo (atacado), onde são expostos todos os produtos fabricados pela Indústria, podendo ser feitos pequenos pedidos desses produtos. Além dos produtos da empresa, a loja Coopetex vende também confecções diversas e sapatos com preços muito competitivos no mercado, pois, por se tratar de uma loja da cooperativa dos trabalhadores, suas mercadorias são adquiridas de outras cooperativas conveniadas para vender a preço de fábrica aos conveniados e ao público.

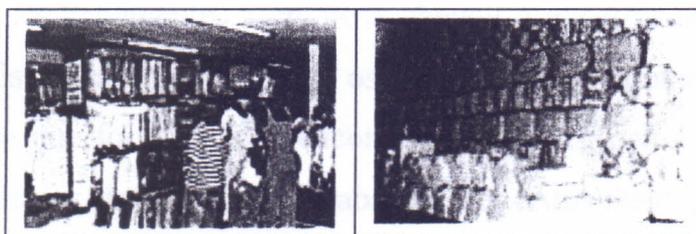


Fig. 6

Assim sendo, essa prática da comercialização dos produtos pela empresa autogestionária Indústria de Cobertores Parahyba Ltda., no mercado concorrencial, na óptica de Gutierrez, revela:

“Uma função de controle físico de bens e custos é imprescindível a qualquer empreendimento, tanto para preservar a propriedade comum como para possuir dados corretos que permitam a tomada de decisões sobre questões básicas, como quanto produzir e a que preço vender.”<sup>14</sup> (GUTIERREZ, Op. cit., 1989: 103)

Portanto, a inserção da Indústria Cobertores Parahyba Ltda. no mercado é organizada, pois considera a concorrência e suas perspectivas de continuidade da comercialização de sua produção. Afirmado essa avaliação, Gutierrez declara:

“A inserção no mercado é decisiva para a empresa autogerida. A existência da autogestão depende da sua eficiência no mercado, e as correções de rumo devem ser buscadas dentro desta perspectiva, desde a adoção de soluções originais até a divisão da organização ou a mudança de ramo.”<sup>15</sup> (Ibid., 1989: 109)

**3.2.2. A Fábrica de Cobertores Parahyba (SP)** — localizada em São José dos Campos (SP), no Vale do Paraíba, a Fábrica de Cobertores Parahyba possui a marca *Cobertores Parahyba*<sup>®</sup>, como uma das mais conhecidas em todo o Brasil, e é mantida hoje no mercado por uma cooperativa de trabalhadores. Afundada em dívidas, na época registrada como Tecelagem Parahyba, a fábrica encerrou suas atividades em dezembro de 1993, depois de 70 anos de funcionamento.

Conseqüentemente, a empresa chegou a encerrar as atividades por cerca de três meses, antes de os empregados adotarem o sistema autogestionário que foi a solução encontrada na época pelos proprietários da empresa, sindicatos da categoria e trabalhadores. Atualmente, a companhia é gerida pela Coopertêxtil, criada no fim do ano de 1998. E o nome da fábrica

foi mudado de Tecelagem Parahyba para Fábrica de Cobertores Parahyba. Portanto, a autogestão foi a única maneira encontrada pelos operários para dar continuidade à produção na fábrica.

Depois de tudo, gradativamente as mantas e cobertores Parahyba retomaram o espaço perdido nas sucessivas crises da empresa, que pertenceu à família do ex-senador Severo Gomes. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de São José dos Campos, Miranda Ueb Machado, foi um dos coordenadores do processo de transformação da antiga tecelagem para a empresa de autogestão Fábrica de Cobertores Parahyba. Como disse Miranda: “A família Gomes nos chamou e ofereceu a fábrica para uma cooperativa”<sup>16</sup> (OTTOBONI, 1999 : 1).

O processo foi difícil. O Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres da Indústria Têxtil também apoiou a mudança. As duas entidades de classe saíram na busca por um modelo que se adaptasse às necessidades da nova empresa. Isto foi encontrado numa fábrica de calçados, em Franca (SP), e trazido para a Cobertores Parahyba. Tomando dados da Parahyba, o início das operações industriais foi em março de 1994, com 150 funcionários. Cerca de 90 dias depois, já trabalhavam na linha de produção 420 empregados numa demonstração clara da força da marca. Segundo a presidente do Sindicato dos Mestres, Maria Auxiliadora de Alcântara: “A empresa conseguiu fechar novos contratos e recuperar parte do mercado”<sup>17</sup> (Ibidem).

Uma das dificuldades da Fábrica Parahyba foi obter capital de giro para adquirir matérias-primas e formar estoque. A saída foi promover uma parceria com os fornecedores, como a Rhodia Ster, até a chegada de US\$ 7,5 milhões financiados pelo BNDES. Como garantia, o agente financiador ficou com o maquinário da tecelagem. O capital foi usado para cobrir parte das dívidas trabalhistas, com fornecedores e readequar o espaço fabril. Cerca de

US\$ 1,5 milhão foi pago aos detentores da marca, a título de cessão de uso (Cobertores Parahyba, 2000). O ápice desta nova fase da fábrica foi no período de 96/97, quando novos contratos foram fechados com as grifes Pierre Cardin e Maurício de Souza. A linha de produção tinha 460 funcionários e a marca voltou a dominar 50% do mercado nacional. Segundo os sindicalistas, a empresa voltou a enfrentar problemas administrativos e acabou por deixar de pagar o empréstimo federal. No ano passado, a Fábrica Cobertores Parahyba encerrou as atividades com uma dívida no BNDES de US\$ 22 milhões (Ibidem).

A experiência até certo ponto bem-sucedida da primeira tentativa levou um grupo de 50 funcionários da fábrica a tentar novamente pela segunda vez. Em dezembro de 1998, foi criada a Coopertêxtil, cooperativa que tem gerenciado uma das mais fortes marcas no segmento de cobertores e mantas já existente no País. Atualmente a fábrica, que ainda funciona no mesmo local das anteriores, tem 320 cooperados e está conseguindo manter bons níveis de pedidos e novos contratos (Ibidem).

A marca foi cedida por “regime de comodato” aos novos administradores. Com menos de um ano de atividade, a cooperativa dá sinais claros de desenvolvimento e de retomada da produção. Os associados estão tendo de alongar as jornadas de trabalho para conseguir atender à demanda. Segundo os sindicalistas, a Coopertêxtil tem estimulado a criação de outras cooperativas de produção nos mesmos moldes no setor têxtil. Segundo a presidente do Sindicato dos Mestres, Maria Auxiliadora de Alcântara, “Eles se basearam na experiência anterior e conseguiram corrigir alguns erros do sistema de autogestão”<sup>18</sup> (Ibidem). Indiscutivelmente, a Fábrica de Cobertores Parahyba certamente é a empresa que mais acompanhou e participou do processo de crescimento e de desenvolvimento do Vale do Paraíba. Assim, a

marca Parahyba atua no segmento Cama, Mesa e Banho de maneira mais abrangente, com vários lançamentos na linha de lençóis e toalhas Parahyba.

Portanto, a Fábrica Parahyba foi uma das pioneiras na mídia televisiva com o desenho animado que desde 1960 encaminhou uma geração para a cama. Atualmente a empresa veicula um novo jingle pelo rádio e utiliza-se de anúncios (jingle) em jornais e revistas. A Fábrica de Cobertores Parahyba está instalada em 22.000 metros quadrados (Ibidem). Neste espaço estão instalados equipamentos modernos e competitivos, a fim de que permaneça sempre atuante no mercado e acompanhe a concorrência no setor têxtil (Ibidem).

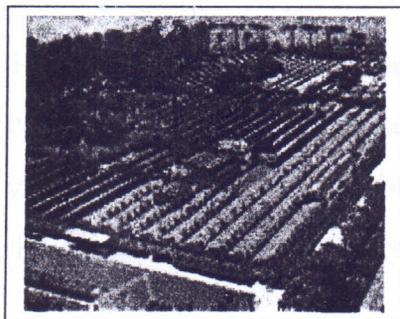


Fig. 7

## CONCLUSÃO

O eixo da política na dinâmica capitalista está na luta de classes entre os “detentores do capital” e “os que vivem do trabalho”. Neste contexto, a autogestão empresarial constitui-se como organização democrática e humanizadora da relação capital/trabalho, tornando-se uma alternativa de luta dos trabalhadores face à vulnerabilização que lhes atinge no atual momento. Assim, a co-propriedade é fundamental para o seu sucesso prático.

Indiscutivelmente, no cenário social do século XIX, o ideal anarquista da autogestão dos trabalhadores no interior das indústrias assume uma dimensão utópica. Esse desejo é retratado através da busca de reformas estruturais das instituições capitalistas, onde o trabalhador seria o beneficiado, recebendo, proporcionalmente, ao seu tempo de trabalho investido. Os anarquistas almejavam, portanto, que o poder, na sua dimensão administrativa de gestão das empresas, assumisse a forma descentralizada. Neste sentido, a empresa teria que aceitar a ação participativa da classe trabalhadora como uma forma de direcionar o poder nas decisões substanciais na empresa, “de baixo para cima”. Contudo, o anarquismo possuía ideais utopistas para a época e, ao vivenciar o utopismo radical e romântico, encontrou o fracasso prático de sua luta.

Sem dúvida, o anarquismo comunista — facção do anarquismo com idéias comuns ao marxismo — e o anarquismo econômico — organização da autogestão empresarial contra o autoritarismo — contribuíram para criticar a exploração do trabalho fundamentada na relação capital/trabalho. Ademais, essas duas facções do anarquismo ajudaram a fortalecer a ideologia marxista na busca da justiça social face a exploração capitalista.

Segundo Marx, como princípio, a consciência de classe se gesta na vida e na luta para transformar as condições de vida. Essa óptica marxista declara a importância da conscientização da classe trabalhadora para a transformação da sociedade capitalista. No momento contemporâneo de crescente vulnerabilização do trabalho, a dinâmica da luta de classes aponta a exigência de mudanças a serem feitas nas bases do sistema produtivo, como, por exemplo, a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Tal demanda, bem expressa a insatisfação com a dinâmica dos processos capitalistas. Assim, o ensejo dos trabalhadores de transformar o seu tempo denuncia a injustiça, a indignidade das relações humanas e a ausência da democracia nas sociedades contemporâneas. O trabalhador deve buscar formas de realizar-se pessoal e profissionalmente na sociedade, a fim de que seu potencial humano favoreça a edificação de sua dignidade. É necessário que os homens vivam sua humanidade na realização do trabalho, expressando, mesmo, a grandeza da humanidade no trabalho.

A análise da problemática do trabalho assalariado erguida pelo marxismo, enfatizava a criação da autogestão como uma alternativa política participativa. E foi ligada à Comuna de Paris (1871) que a autogestão desenvolveu seus primeiros passos dentro de uma teorização marxista. Contudo, as divergências ideológicas entre partidos trabalhistas, em seu caráter político, impossibilitaram a efetividade das comunas. A rigor, à medida que os antagonismos de grupos tornaram-se mais freqüentes mais o

movimento comunal se distanciava de uma possibilidade prática aceitável para as estruturas sociais do contexto histórico. Cada partido tentava exercer sua supremacia sobre os outros. Não existia uma síntese política capaz de assegurar a manutenção do caráter democrático do movimento comunal. Então, a ruína da Comuna de Paris foi puramente as divergências partidárias de cunho político-administrativo, porque o conceito de poder coletivo ainda não transcendera a ideologia capitalista individualista concorrencial.

Depois da Segunda Grande Guerra Mundial (1945), com a expansão do comunismo soviético pela Europa, a teoria marxista autogestionária incentivou a organização de várias associações de trabalhadores na História, a fim de que estes encontrassem uma forma mais digna de exercer sua humanidade possível. Então, essa possibilidade trouxe o modelo de planificação econômica e administrativa iugoslavo como prática realizável exemplar. A autogestão tornou-se a base desse modelo iugoslavo, manifestando-se com a alternativa mais adequada e mais democrática ao trabalhador. O projeto buscava extinguir o Estado e suas forças coercivas que desarticulam a consciência dos trabalhadores organizados. Nesse sentido, legitimar a ação revolucionária, através de uma implantação planejada das formas econômicas e administrativas de gerir as empresas (indústrias) é fundamental para o sucesso teórico da ideologia marxista em sua práxis. Segundo Rosseti (1984), o modelo iugoslavo caracterizou-se pelos princípios da descentralização econômica e da autogestão.

No contexto da época, o Estado Iugoslavo detém o poder de regular e coordenar o crescimento econômico, observando cuidadosamente os níveis de acumulação e de investimento e condicionando as aplicações de capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos da economia privada. Portanto, esse afastamento do Estado do modelo autogestionário atinge todas as dimensões da economia e da administração planejadas. Assim, há o incentivo à

implantação de propriedades privadas que concorreriam economicamente com as empresas estatais-coletivizadas (autogestão).

Com essa contradição da economia iugoslava, o Estado incentivava as pequenas empresas privadas a evoluírem economicamente, afetando a economia e administração iugoslava, desintegrando o campo econômico coletivista e o amadurecimento sócio-histórico das empresas autogeridas. Então, seria necessário um incentivo as reformas das estruturas administrativas e econômicas do Estado, a fim de que todos os fatores fundamentais à existência da autogestão fossem possíveis de se manter como fenômeno único na economia iugoslava. A rigor, até o meio urbano sofreu as conseqüências da concorrência direta das empresas privadas na economia e na formação de riquezas plausíveis à coletividade. Foi o fim do modelo iugoslavo de autogestão na Europa.

Cumpri, também, salientar as contribuições teórico-históricas da Igreja Católica para o desenvolvimento da autogestão. A rigor, o programa social da Igreja almeja a transcendência do homem sobre sua principal problemática: a crise do trabalho no século XX. O trabalho é entendido como uma questão social fundamental no contexto da sociedade de então. O trabalho é condição de vida para o homem, cuja dignidade consiste em usufruir dos resultados satisfatórios de seu esforço contínuo. Ademais, o problema do trabalho assalariado é entendido pela Igreja como originário na dicotomia entre trabalho/capital.

Indiscutivelmente, o firme propósito da Igreja Católica é valorizar a humanização do trabalho relacionada com a liberdade para o cumprimento da dignidade humana, no desenvolvimento de sua subjetividade própria. Desta forma, como um princípio fundamental de sua ação social, a Igreja Católica

prega a prioridade do trabalho humano frente ao capital para uma melhor inserção do homem na sociedade, na promoção de seu bem-estar.

Sem demora, a Igreja desabafa sua ira anticapitalista lutando contra as injustiças sócio-econômicas que promovem a miséria, a exclusão social dos indivíduos, apoiando a formação e a ação de grupos solidários a sua ideologia sócio-religiosa, à medida que possuam como meta à construção da justiça social. Nesse sentido, a Igreja avalia que quando a relação entre trabalho/salário não colabora para a edificação das dimensões humanas, fica difícil a humanidade viver a sua espiritualidade.

Segundo a doutrina social da Igreja Católica, o Estado deve possibilitar o surgimento dos meios eficazes que colaboram para a realização sócio-econômica do homem, como cidadão e trabalhador. Portanto, a Igreja defende que o trabalho humano deve ser solidário, a fim de que o trabalhador reconheça sua humanidade no que faz.

Com o avançar do século XX, assiste-se as redefinições do capitalismo. No chamado Primeiro Mundo, o modelo capitalista do pleno emprego, consubstanciado no “Welfare State”, já não atende às exigências da dinâmica capitalista. No rastro do colapso do Estado do Bem-Estar, vivencia-se, nos anos 80, nos países periféricos a crise do padrão desenvolvimentista, construído ao longo das décadas anteriores.

Assim sendo, três fatores se somaram na conformação desta crise: a crise fiscal do Estado; a terceira revolução industrial e a globalização. A crise de financiamento do Estado foi o motor do acelerado endividamento e das altas taxas de inflação. Como efeito de um ambiente globalizado, nos ciclos do capital produtivo, a acumulação flexível provocou profundas

transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho, gerando o enfraquecimento do poder sindical.

No caso brasileiro, esses fatores determinantes da crise do Estado desenvolvimentista caracterizaram a década de 90 no âmbito da experiência do ajuste do país à nova ordem do capital. Inicia-se, a partir desta mesma década, o chamado ajuste brasileiro, através da ampla intervenção do capital financeiro internacional na economia nacional. É um período marcado pela desregulamentação do Estado, com a penetração massiva do capital estrangeiro.

De fato, vivencia-se nos circuitos de ajuste a instituição do modelo de acumulação flexível: o capital adquire uma grande mobilidade, concentra-se e reorganiza/desorganiza o mundo do trabalho, com mudanças substantivas na produção: um grande seguimento da população trabalhadora é excluído do mercado de trabalho; surgem formas descentralizadas de organização da produção; a vida dos trabalhadores na empresa passa a ser regulada por contratos temporários de prestação de serviços; desmonta-se direitos trabalhistas. Enfim, no cenário brasileiro, verifica-se o intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho. Como consequência, a moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho.

A nova estrutura do mercado de trabalho no contexto dessa acumulação flexível, começa a ser formada, então, por três grandes categorias de trabalhadores: 1) um núcleo de trabalhadores no mercado formal articulado a 2) um grupo de trabalhadores autônomos e a 3) um grande grupo periférico de subcontratados. Neste contexto desfavorável aos interesses dos trabalhadores, os desempregados se organizaram na forma de cooperativas, como estratégia para enfrentar a desorganização do mundo do trabalho pelo

capital globalizado. A autogestão constituiu-se, então, como uma das alternativas mais viáveis na luta contra os ditames da relação capital/trabalho.

Com a autogestão empresarial participativa, o trabalhador investe no aumento da produtividade, humanizando as relações de produção ao reduzir a contradição da relação capital trabalho, possuindo acesso à ampliação patrimonial da empresa. A rigor, essa nova relação de produção afirma-se como forma de enfrentamento das demasiadas desigualdades de renda na empresa, causando uma maior eficiência na administração gerencial dos negócios e lucros favoráveis ao resgate da dignidade do trabalhador. Cumpre destacar que, no Brasil do ajuste, a autogestão emerge e avança como estratégia de luta dos trabalhadores. Entendemos que para garantir a sua instituição faz-se necessário a regulamentação de suas metas de humanização das relações de trabalho através de uma legislação forte e comprometida com a classe trabalhadora, possibilitando, na realidade, a participação total dos trabalhadores no capital das empresas. Assim, a autogestão empresarial luta para que a democracia seja estabelecida na relação capital/trabalho, como uma alternativa de manter os trabalhadores livres da alienação do capital.

Segundo os estudiosos, a autogestão constitui-se como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de trabalhadores organizados, onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participarem, com base na atribuição de poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade.

A participação dos trabalhadores cooperados na gestão e nos lucros da empresa evita os desvios de recursos no atendimento dos interesses do trabalhador. Como efeito, isso cria um interesse coletivo na retenção dos rendimentos ao possibilitar a descentralização do poder, a transparência nas

receitas fiscais e a capitalização humanizada da empresa. Indiscutivelmente, essa participação estimular o trabalhador à manutenção coletiva dos recursos dentro da empresa, desenvolvendo a auto-estima de cada trabalhador.

A autogestão é uma organização que agrupa esforço humano e material para a produção de bens e serviços, com o objetivo de serem comercializados na sociedade. Sem dúvida é um sistema auto-regulado internamente na empresa, com trabalhadores que participam nos objetivos da organização. É uma alternativa para a superação das deficiências administrativas das empresas, propondo uma nova forma de participação coletiva nos rendimentos e negócios empresariais. É nessa perspectiva que a ANTEAG pretende a humanização das relações produtivas na economia brasileira, assessorando a formação da autogestão empresarial para o século XXI, como forma de viabilizar o exercício da cidadania para a classe trabalhadora.

No atual cenário brasileiro, encontramos nas experiências autogestionárias brasileiras, em especial nas empresas Cobertores Parahyba, duas determinações essenciais do conceito de autogestão. A primeira é a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A Segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório. Inquestionavelmente, as empresas Cobertores Parahyba possuem as seguintes características que valorizam e incentivam a inteligência coletiva: 1) democratização das tarefas que envolvam raciocínio; 2) eliminação de todo e qualquer represamento de conhecimento em prol da partilha do conhecimento; 3) busca do envolvimento do conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; 4) fomentação de toda e qualquer

atividade no sentido de “trabalho em equipe”; e 5) transformação da “inteligência coletiva” no principal patrimônio da empresa. Fica claro que as cooperativas autogeridas, ao contrário de cooperativas heterogeridas, não aceitam a influência direta e indireta dos interesses empresariais capitalistas.

Ademais, a autogestão nas empresas autogeridas Cobertores Parahyba é exercida na forma cooperativa solidária, onde todos os trabalhadores, além de organizados, estão vinculados aos seguintes propósitos: 1) justiça social através da humanização das relações de trabalho; 2) democratização com a participação nos lucros e nas decisões da empresa; e 3) liberdade para transformar as relações humanas individualistas em relações solidárias de retorno social, na vivência do bem-estar da democracia participativa plena, a fim de construir no Brasil uma socioeconomia solidária possível, ativa e eficaz.

Portanto, a autogestão é uma forma que vem sendo socialmente construída através dos trabalhadores cooperados, como solução democrática alternativa a determinadas dimensões da questão social brasileira contemporânea — o desemprego, a vulnerabilização dos direitos trabalhistas, a injustiça social e o não exercício pleno da cidadania. Cumpre ressaltar que apenas uma minoria das empresas brasileiras que adotam a autogestão, como alternativa de luta contra precarização do trabalho e alienação das relações produtivas. Contudo, nota-se um bom desempenho econômico de empresas brasileiras que adotaram a autogestão como organização coletiva que humaniza a relação capital/trabalho.

**ANEXO**

# Carta de intenções

## As medidas reivindicadas pelos empresários

**P**incipais propostas do documento Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial, do IEDI:

- Política cambial que assegure a competitividade da produção nacional.
- Política de promoção de exportações de manufaturados.
- Rigor nos controles técnicos e econômicos das importações.
- Ajuste do déficit público não com aumento de impostos, mas por meio de redução dos juros.
- Aumento temporário das tarifas de importação.
- Em vez de aumento da CPMF, eliminação dos impostos em cascata e desoneração da produção, investimento e exportação.
- Rebaixamento geral das taxas de juros, assim que o Brasil controlar a crise financeira.
- Ações de emergência para preservar os recursos para o investimento, a exportação e as pequenas e médias empresas.
- Definição de estratégias conjuntas do setor público e do setor privado para o desenvolvimento econômico e política industrial e a adequação do Estado a este objetivo.
- Não-aceleração das negociações relativas à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por pressupor uma consolidação do Mercosul.
- Definição de uma política de desenvolvimento industrial, tendo como centro a empresa de capital privado nacional. Estratégias para financiamento e capitalização, regionalização do desenvolvimento, fortalecimento das pequenas e médias empresas e políticas setoriais.
- Fixação de quatro prioridades para a política industrial: promover o avanço de indústrias-chaves, agregar valor às exportações, adensar cadeias produtivas e completar a reestruturação da indústria.
- A política industrial não deve restringir a participação do capital estrangeiro nem o envio de lucros e dividendos, mas condicionar a concessão de incentivos, subsídios e financiamentos ao desempenho exportador, desenvolvimento tecnológico e produtividade.
- Redução dos conteúdos de importação associados aos investimentos diretos e ampliação das exportações por parte das empresas estrangeiras.
- Ampliação dos investimentos em capacidade de produção em relação à participação dos investimentos destinados à aquisição de empresas locais, as quais devem ser objeto de regulamentação específica.
- Exclusividade dos financiamentos do BNDES a empresas nacionais e a investimentos de empresas de capital estrangeiro em setores prioritários em acordo com os objetivos da política industrial. Condicionamento dos empréstimos para outros setores e para privatização a disponibilidade de recursos.
- Política de crédito bancário para favorecer o investimento, a exportação e o desenvolvimento tecnológico.
- Avaliação de uma redução geral da carga tributária sobre operações de crédito, principalmente de médio e longo prazo.
- Destinação de parcela crescente dos recursos dos fundos para títulos ligados a projetos de investimento, exportação e de inovação tecnológica.
- Simplificação tributária.
- Criação de uma agência especializada de financiamento da pequena e média empresa.
- Prioridade aos setores portadores de novas tecnologias, com bom desempenho exportador e outros.
- Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, formado por ministros e secretários de Estado e empresários; do Fórum da Produção Industrial, formado por empresários; e de grupos estratégicos, com representantes dos setores público e privado.
- Política de compras da produção nacional pelo governo.
- Política de desenvolvimento científico e tecnológico.
- Treinamento de recursos humanos.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Et al. **Teoria da cultura de massa**. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

ALENCAR, Francisco [Et. al.]. **História da sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 7. ed., Rio de Janeiro: EDUC, 1996.

ANTEAG *in* **Autogestão** – disponível em: [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br) Acessado em: 07 / 03 / 2000.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Et al. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 32. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1995.

ARON, Raymond. **As tapas do pensamento sociológico**. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- ARTIGOS E DISCURSOS. **Karl Marx e a actualidade**. Tradução de Edições Progresso. Moscovo/Rússia: Edições Progresso, 1983.
- BARREIRA, Irllys & VIEIRA, Sulamita (Org). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro** in: cultura e política no Brasil contemporâneo. Fortaleza: EUFC, 1998.
- BASSEGIO, Pe. Luiz. **O direito ao trabalho**. Semanário Litúrgico-catequético *O Domingo*. São Paulo: ano LXVII, remessa VI, nº 23, 02 maio 1999.
- \_\_\_\_\_. Luiz. **Direitos civis, sociais e econômicos**. Semanário Litúrgico-catequético *O Domingo*. São Paulo: ano LXV, remessa XI, nº 41, 31 agosto 1997.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho e emprego**. Semanário Litúrgico-catequético *O Domingo*. São Paulo: ano LXVII, remessa VII, nº 25, 16 maio 1999.
- BERGER & LUCKMANN. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópoles: Vozes, 1999.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução de José Carlos Barcellos. 2. ed., São Paulo: Paulus, 1985.
- BERNARDES, Cyro. **Sociologia aplicada à Administração: gerenciando grupos nas organizações**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1995.
- BÍBLIA SAGRADA AVE-MARIA. Revista por Frei João Pedreira de Castro, *O. F. M.*, 74. ed., São Paulo: Ave-Maria, 1993. Tradução dos originais da Vulgata latina pelos Monges de Maredsous - Bélgica - pelo Centro Bíblico Católico.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução por João Ferreira, Et al. 11. ed., São Paulo: Universidade de Brasília, 2000. Tradução da Editora UnB. v. 1 (A-J).
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zader Editores, 1974.
- BUCKLEY, Walter. **A Sociologia e a moderna teoria de sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.

- BURDEAU, Georges. **A democracia: ensaio sintético**. Tradução por Paulo Antônio dos Anjos. 3. ed., São Paulo: Publicações Europa-América, 1975. (Coleção Saber).
- CAMARGO, Maria Soares de. **Direitos humanos: terreno de diálogo e parceria**. Semanário Litúrgico-catequético *O Domingo*. São Paulo: ano LXV, remessa XI, nº 42, 07 setembro 1997.
- CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **Estudos de história: moderna e contemporânea**. São Paulo: Atual, 1988.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CHATELET, F. **As concepções políticas do século XX. História do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 8. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1999.
- Cobertores Parahyba. Vale do Paraíba, domingo, 25 de junho de 1998.  
Disponível em:  
[http://www3.eptec.inpe.br/well\\_come/noticias/vparaiba/980625](http://www3.eptec.inpe.br/well_come/noticias/vparaiba/980625) Acessado em: 27/09/2001.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Promulgada em 05/outubro/1988. 22. ed., São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).
- COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.
- COOPETEX in Notícias. Disponível em: [www2.uol.com.br/jc/\\_2000/27/03](http://www2.uol.com.br/jc/_2000/27/03).
- CRAVEIRO, Flávio. **Fábrica de cobertores em São José, considerada a mais tradicional no ramo, diminui 17,5% a fabricação de peças**. São José dos Campos (SP): 28 / Jun / 98. Disponível em:  
[http://www.eptec.inpe.br/well\\_come/noticias/vparaiba/980628.html](http://www.eptec.inpe.br/well_come/noticias/vparaiba/980628.html)  
Acessado em: 23/09/2000.

- DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, v. 51).
- DEMO, Pedro. **Sociologia: uma introdução à crítica**. 2. ed., São Paulo: Atlas S.A, 1987.
- DENIS, H. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/plruiil.html>  
Acessado em: 06/07/2001.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DURKHEIM, Émile. Coleção: os pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1978.
- ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- Fábrica de Cobertores Parahyba - São José dos Campos (SP). Disponível em: [parahyba.org.br/cobertoresparahyba.com.br](http://parahyba.org.br/cobertoresparahyba.com.br) Acessado em: 24/05/2000.
- FOGUEL, Sérgio & SOUZA, Carlos César. **Desenvolvimento e deterioração organizacional**. São Paulo: Atlas, 1980.
- FRIEDMAN, G. & NAVILLE, P. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973. v.1-2.
- GARCIA, Regina Leite & COSTA, M. Vorraber (org.). **Educação básica na virada do século: cultura, política e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GONZÁLEZ, Horácio. **A Revolução Russa**. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Guerra e Paz).
- GUARESHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 34. ed., Rio Grande do Sul: Mundo Jovem, 1994.
- GUTIERREZ, Gustavo Luís. **Autogestão, participação e estrutura organizacional: uma análise crítica da evolução formal da empresa média atual**. Monografia de Doutorado. São Paulo: EAESP/FCV, 1989.

- \_\_\_\_\_. Revista de Administração *in* **Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa**. São Paulo, v. 33, nº 1, p. 68-73, jan / mar - 1998.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução por Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. 4. ed., São Paulo: Loyola, 1994. Tradução da Editora Loyola.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed., São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOKHEIMER, M. & ADORNO, T. (Org.) **Temas básicos da Sociologia**. Tradução por Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1956. Tradução da Editora Cultrix Ltda.
- HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard. **História do pensamento econômico**. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.
- IGLESIAS, F. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. "Tudo é História").
- Indústrias de Cobertores Parahyba Ltda. – Moreno (PE). Disponível em: <http://www.parahybacobertores.com.br> Acessado em: 30/05/2000.
- JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Tradução de The Blackwell dictionary of sociology.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.
- LITTERER, Joseph. **Análise das organizações**. São Paulo: Atlas, 1970.
- LEÃO XIII. **Rerum novarum**. Tradução por Manuel Alves da Silva, S.J., 11. ed., São Paulo: Paulinas, 1999. (Carta encíclica sobre a condição dos operários de 1891).

- MAGNOLI, Demétrio & ARAUJO, Regina. **A nova geografia: estudos da geografia geral**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 1995.
- MALATESTA, E.; BAKUNIN; KROPOTKIN, P.; ENGELS, F. & GUÉRIN, Daniel. **O anarquismo e a democracia burguesa**. Tradução por Roberto Goldkon. 2. ed., São Paulo: Global, 1980. Tradução da Editora Globo.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução por Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).
- \_\_\_\_\_. **O capital**. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 7. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**. Tradução de Olinto Beckrman. 4. ed., São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases nº 27 - Economia).
- KLEIN, Josephine. **O trabalho de grupo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MINDÉLLO, Paulo. **Humanismo cristão: entre o liberalismo e o marxismo**. Fortaleza: 1990.
- NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NETO, Benedito R. M. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. 6. ed., São Paulo: Vozes, 1993.
- OLIVA, Jaime & GIANSAANTI, Roberto. **Espaço e modernidade: temas da geografia mundial**. São Paulo: Atual, 1995.
- OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

OLIVEN, Ruben G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: 1982.

OTTOBONI, Júlio. **Cobertores Parahyba é mantida por cooperativa de funcionários. Transformação da tecelagem que pertenceu à família Severo Gomes foi difícil**. São José dos Campos: Domingo, 31 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www3.estado.com.br/edicao/pano/99/10/30/eco652.html> Acessado em: 15/07/2000.

Partido dos Trabalhadores. Disponível em: [http://www.pt.org.br/congresso/4caderno/autogestao\\_socialist](http://www.pt.org.br/congresso/4caderno/autogestao_socialist) Acessado em: 22/10/2001.

PAULO II, João. **O trabalho humano**. 5. ed., São Paulo: Paulinas, 1982. (Carta encíclica: Laborem Exercens).

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Et. al. **Geografia: ciência do espaço - o espaço mundial**. 4. ed., São Paulo: Atual, 1993.

REALE, Giovanni & DARIO, Antiseri. **História da Filosofia: do romantismo até nossos dias**. 2. ed., São Paulo: Paulus, 1991, Vol. 3.

REVISTA Carta Capital, São Paulo, ano IV, nº 85, 28/ outubro/ 1998.

REVISTA Exame, 682. ed., São Paulo: Abril, ano 32, nº 4, 24/ fevereiro/ 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIGOTTO, Raquel M. (Org.). **As tramas da (in) sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará** in: "globalização" em questão: subsídios para análise do mundo em que vivemos. Fortaleza: INESP, 2001.

RIOLI, Vladimir. **Autogestão nas empresas**. Gazeta Mercantil, São Paulo: 5, 6 e 7 / junho / 1998. (Caderno Economia). Disponível em: [www.jsmnet.com/clippings/c0605a2.htm](http://www.jsmnet.com/clippings/c0605a2.htm).

RODRIGUES, Haroido. **Psicologia social para principiantes: estudo da integração humana**. Petrópolis: Vozes, 1992.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 1984.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultura, 1973.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). Et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAYLES, Leonard & STRAUSS, George. **Comportamento humano nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1969.
- SINGER, P. **Economia Política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SOUSA, José Pedro Galvão de, Et al. **Dicionário de Política**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução por Elia Ferreira Edel. 4. ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 3. ed., São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História da economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.